

Estudos Universitários

Revista da Cultura da Universidade do Recife

5 JULHO-SETEMBRO 1963

ENSAIOS

- PAULO GASPAR. Uma Sugestão para a Segunda Etapa do Sistema Paulo Freire 3
- BENEDITO NUNES. Existencialismo e Marxismo 9
- LEANDRO KONDER. Intolerância & Marxismo 17 ✓
- LUIZ COSTA LIMA. Trotsky: Arte e Marxismo 27 ✓
- GADIEL PERRUCCI. Realidade e Protestantismo no Brasil 41 ✓
- AFFONSO ROMANO DE SANT'ANNA. A Poesia de Vanguarda e a Escola Primária 65
- LOPES DE ANDRADE. Dinamismo Populacional e Renda, no Brasil 77

DOCUMENTOS — ESTUDOS

- EDUARDO WANDERLEY, FILHO. Sistema de Residentes no Brasil 85
- SEBASTIÃO UCHOA LEITE. Participação Cultural — Algumas Posições Críticas 97

RESENHAS

- MIKE SUND, JURACY DE ANDRADE, OSMAN DE FREITAS, PIERRE FURTER, LUIZ COSTA LIMA, ARTHUR EDUARDO DE CARVALHO, ORLANDO COSTA FERREIRA, MARCIUS FREDERICO CORTEZ, ADÃO PINHEIRO.

Ac: 208678

Ex: 8667409

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

REVISTA DE CULTURA DA UNIVERSIDADE DO RECIFE

Reitor JOÃO ALFREDO CONÇALVES DA COSTA LIMA
Diretor

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Aluizio Bezerra Coutinho

Prof. Cecília Maria Domenica Sanioto Dilascio

Prof. Evaldo Bezerra Coutinho

Prof. Francisco de Albuquerque Barbosa

Prof. Guilherme de Albuquerque Martins

Prof. José Cavalcanti de Sá Barreto

Prof. Gilberto Osório de Oliveira Andrade

Prof. Luiz Maria de Souza Delgado

Prof. Luiz Ferreyra dos Santos

Prof. Luiz Osório de Siqueira Neto

Prof. Maria do Carmo Tavares de Miranda

Prof. Newton Lins Buarque Sucupira

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Prof. José Gláucio Veiga

Prof. Joel de Albuquerque Pontes

Prof. Rui da Costa Antunes

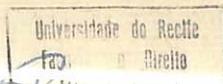
SECRETÁRIO-EXECUTIVO: Prof. Luiz Costa Lima

CORRESPONDENTE NA GUANABARA: Escritor Eduardo Portella

CORRESPONDENTE NA ESPANHA: Dr. Angel Crespo

RESUMOS EM FRANCÊS E INGLÊS: Jarbas Maciel, José Laurênio de Melo e G. Licari

CAPA E PROJETO GRÁFICO: Orlando da Costa Ferreira



PAULO GASPAR

Uma sugestão para a segunda etapa do Sistema Paulo Freire

A FOMULAÇÃO DE UMA SEGUNDA etapa do Sistema Paulo Freire tem preocupado desde o início a equipe central do SEC. Pedidos e sugestões têm vindo das equipes que aplicam o método noutros Estados. E, sobretudo, os adultos que foram alfabetizados nos Círculos de Cultura insistem por aprender mais: querem saber “o que há depois”, anseiam por satisfazer a sede de conhecimentos que a etapa inicial despertou.

Várias sugestões já foram apresentadas. A que sugerimos tem como título “Conhecimento do Brasil”. Diversos motivos justificam a escolha do Brasil como tema central.

Primeiro: Os objetivos do currículo. Parece fora de dúvida que faz falta no homem do povo a consciência da integração nacional. O senso da unidade nacional, uma sensibilidade mais viva dos seus problemas particulares em função de um conjunto mais vasto de que são solidários se tornam imperativos no momento histórico que atravessamos. “Ninguém aqui é Repúblico” dizia um antigo cronista. Ainda hoje o espírito público se encontra apenas em estado nascente: e é preciso que se desenvolva com urgência para transformar essa população constituída de uma poei-

ra de indivíduos, num grande e consciente Povo Brasileiro.

Segundo: Olhando o currículo do curso primário vemos que consta de: Língua Nacional; Geografia e História do Brasil, além de Arimética e Noções de Ciências Naturais. Assim é o Brasil a constante dêsse currículo; e não é por acaso, tanto o conhecimento da pátria é elementar para tôda a educação de base.

Terceiro: O próprio sistema Paulo Freire se propõe fazer o homem inserir-se no processo do Trânsito da Sociedade Brasileira; participar ativamente, criadoramente, do desenvolvimento do país. O homem vai fazer isso pelo trabalho, pela conscientização, pela cultura; mas êsse homem criador é situado e datado: situado na Terra brasileira, datado com um momento de História da Pátria.

Assim tudo nos leva a fazer do Brasil o centro de perspectiva do currículo. Nele deve ser inserido o homem brasileiro: que lança raízes na realidade espaço-temporal de sua pátria. Êsse homem por sua vez será focalizado nas *necessidades* que precisa satisfazer para realizar sua estatura de homem; condições indispensáveis para viver seu

destino de pessoa. O que lhe falta porém, não o receberá como presente de algum bom gênio tutelar e paternal; o homem é criador, agente principal de sua própria realização. Através de suas *atividades*, êle provê suas necessidades sempre mais vastas, e marcha para sua plenitude humana.

Apenas não se trata de visualizar o "Homem Eterno", mas um homem histórico, o homem da atual conjuntura do povo brasileiro.

Temos assim o gráfico central que contém em núcleo o programa da 2a. etapa do sistema.

Cada um dêsses 12 quadros constituirá por sua vez um tema gerador, uma unidade didática que será desenvolvida em relação com o todo.

1 — *Geografia, Cosmografia, Física*. Já temos um gráfico que mostra o homem situado na sua cidade, a cidade na região, a região no Brasil, o Brasil no Continente, o Continente no planeta, o Planeta no Cosmos. Faz-se aí uma transição do infinitamente grande para o infinitamente pequeno, que o recapitula. E do átomo à molécula, da molécula ao cristal ou à célula, da célula ao tecido, do tecido ao organismo, mostra-se o homem estruturado, como uma peça do universo mais vasto que o envolve e o constitui; enquanto pelo conhecimento êle recapitula e engloba o universo, como centro de perspectiva situado entre os dois infinitos.

2 — *Geografia Econômica*, recursos naturais. No estudo da geografia, dá-se uma ênfase especial aos recursos naturais do Brasil: suas riquezas minerais, energia hidráulica; as diferentes regiões do país, com suas possibilidades de exploração e condições de clima etc.

3 — *A Biosfera*. A vida que cobre a face do planeta, donde emerge o homem, que vive em simbiose com o mundo vegetal e animal. Uma visão bem orgânica, dentro da qual podem situar-se noções de agricultura e pecuária, no estudo da Flora e na Fauna do Brasil.

4 — *Cíclos da Economia Brasileira*. A História do Brasil não partirá dos feitos ou eventos de guerreiros e políticos: mas de sua infraestrutura econômica. Após a geografia, será o aspecto da História mais aderente à terra que se analisará: a História econômica.

5 — *A Evolução Política do Brasil*, terá como tema central o grau de participação do povo na vida política, através dos Regimes que se sucederam: e o conteúdo que os direitos individuais e sociais obtiverem nas diferentes fases do Estado brasileiro.

6 — *Formação da Sociedade Brasileira*. Apresentaria uma síntese da vida da Nação, com as diferentes etapas que foram modelando a atual sociedade brasileira.

Essa primeira parte serve de base para a compressão dos problemas do homem brasileiro de hoje. Situado nesta terra, donde êle procede, trazido à tona num momento de um fluxo de história que o conduz, a visão do homem se entreabre num díptico de indigência e de riqueza. Ser incompleto mas dotado de um dinamismo criador para realizar-se, o homem brasileiro vai analisar as necessidades que enfrenta no momento atual, e as atividades pelas quais poderá superá-las, em busca de sua realização perfeita.

7 — *Alimento, Vestuário, Moradia, Família.* As necessidades primárias, vegetativas, requisitos da conservação própria e da sobrevivência da espécie. O problema das reformas de base, sobretudo da reforma agrária se colocariam aqui, tratando-se de assegurar um mínimo existencial para todo o povo brasileiro.

8 — *O Trabalho.* A atividade correspondente e portanto básica, é o trabalho, que provê a subsistência e tira da terra, pelo esforço humano o essencial para satisfazer suas necessidades. O estudo do trabalho oferece imensas perspectivas, do ponto de vista social e humanista. Outras sugestões da 2a. etapa do sistema Paulo Freire apresentaram-no como tema central. Aqui êle se coloca situado e datado na realidade brasileira; embora esteja no centro de todo êsse dinamismo criador que faz o homem realizar-se.

9 — *Saúde, Higiene, Energia, Transporte, Crédito.* São necessidades derivadas, ou características de uma superior etapa de civilização. Porém, nessa etapa estão incorporadas às próprias necessidades básicas, para que o homem não somente subsista, mas tenha o bem-estar. Temas como noções de higiene, e mesmo a nacionalização da energia, dos transportes, dos bancos se inserem nesta unidade.

10 — *A Tecnologia e a Técnica Básicas da Linguagem e do Número.*

Numa civilização industrial, num país que demarrou o processo do desenvolvimento, é indispensável que o homem do povo saiba valorar a tecnologia, como condição do progresso econômico e social. É que assimile as técnicas básicas da língua escrita e da

arimética. A primeira etapa do sistema não incluía noções de matemática; e o recém-alfabetizado necessita de um melhor conhecimento da língua nacional para poder utilizá-la satisfatoriamente. Depois de uma motivação tecnológica, esta unidade inclui o essencial do mecanismo da língua portuguesa, e uma base de matemática necessária para o uso cotidiano.

11 — *Instrução, Liberdade, Socialidade.* As necessidades supremas, e propriamente espirituais podem ser reduzidas à *Socialidade*: anseio por comunhão humana, solidariedade, amor; *Liberdade*: ausência de toda opressão, e condições concretas para se realizar como pessoa; *Instrução*: que liberta a inteligência e a amplia em contacto com a Verdade; faz dominar a Realidade, conhecendo-a para agir e ser livre.

12 — *A Cultura.* Em tôdas as suas dimensões, arte, ciência, costumes, etc. é a atividade correspondente às necessidades espirituais, em que o homem cria valores marcados pelo tempo embora com a marca da eternidade.

Atividade que é a suprema florescência do trabalho humano, mas que produz frutos que redundam sobre todo o conjunto de necessidades do homem; que transformam a terra e iluminam a história. E promovem no homem sua inexaurível humanização.

A arte popular, as obras primas nacionais, a cultura brasileira serão o centro de interesse desta unidade.

A idéia é de fazer um livro de bolso para cada tema gerador dessa segunda etapa; conseguir, quanto possível, que um bom especialista ou pesquisador

universitário apresente uma síntese, (em 130 páginas, como a coleção "Que sais-je" francesa) contendo o que há de melhor e mais moderno sobre o assunto.

Paralelamente, coletar gráficos, ilustrações, cartazes, para organizar álbuns seriados correspondentes, de vez que as técnicas audio-visuais são imperativas no método Paulo Freire. Os livros e o material ilustrativo se destinam à formação dos que vão levar ao povo a 2a. etapa do sistema. Pois os coordenadores, — não só os professores primários, mas até o pessoal de nível universitário — precisam fazer cursos de aperfeiçoamento para levar ao povo o material programado. O ensino que receberam fazia do acessório sua própria essência; e o método de seus mestres não os predispuzeram especialmente para atitude de diálogo e de humildade com que deverão acercar-se do povo.

Quando se tiveram os livros para cada unidade e o material de ilustração correspondentes, resta condensá-los num livro único, que numa linguagem clara e agradável possa servir de enciclopédia popular. E preparar strip-films com as ajudas visuais como na 1a. etapa do sistema.

É de esperar que depois de concluída esta fase, o homem possa ler com proveito o livro do mestre, aquela pequena biblioteca de 12 brochuras onde encontrariam uma exposição mais técnica do que viu nos círculos de cultura. A duração prevista oscilaria talvez de ano e meio a dois anos, pois o horário será geralmente à noite.

A terceira etapa do sistema se colocaria naturalmente na continuação des-

ta fase, que lhe teria fornecido uma excelente base.

Enquanto o homem foi alfabetizado a partir de seu meio peculiar, de sua ocupação de cada dia, a instrução elementar se fêz num quadro mais vasto, na perspectiva da realidade nacional, e do conhecimento do Brasil; enfim o terceiro ciclo alargaria mais ainda sua visão, colocando-o numa perspectiva de universalidade. Corresponderia assim à Universidade popular, ou ao conhecimento da unidade e diversidade da cultura humana, onde o essencial da História, da Economia, da Sociologia, da Biologia, da Psicologia e de quaisquer ciências seriam levadas ao povo da maneira mais orgânica e dialogal que fôsse possível. Quase tudo resta a fazer neste setor; e esta é a função essencial do SEC: a democratização da cultura, levar a Universidade ao Povo. Se êle se tem voltado agressivamente para a alfabetização dos adultos, e se agora se propõe elaborar um ciclo elementar de conhecimentos, é a fim de fornecer uma base para sua atividade específica, que é talvez a tarefa mais urgente da Universidade brasileira na atual conjuntura histórica: levar o povo, por um acesso maior à cultura, a participar ativamente no processo do desenvolvimento do Brasil.

É a contribuição da Universidade para a Revolução brasileira; essa revolução que de todos os modos se pronuncia, como uma renovação profunda das estruturas sociais pela participação sempre mais real de todo o povo na vida econômica, política e cultural do País.

RÉSUMÉ

L'AUTEUR propose un programme pour la deuxième phase du système Paulo Freire. À son avis, le thème central devrait être le Brésil, car il manque chez nous la conscience de l'intégration nationale.

L'étude du cadre géographique du pays, et de l'histoire de la patrie, donne l'homme *situé* et *daté*. Ensuite on passe à l'analyse des nécessités qu'il doit pourvoir en vue de son plein épanouissement, et des activités par lesquelles il est l'artisan de sa réalisation humaine totale.

On présente dans un tableau le plan d'études qu'il faut développer pour apporter au peuple l'essentiel de l'instruction élémentaire. Le problème le plus pressant est celui de former ceux qui vont mettre ces connaissances à la portée du peuple, selon la méthode Paulo Freire.

D'après l'auteur la troisième phase du système se placerait tout de suite: elle serait l'Université Populaire, qui constitue la tâche principale du SEC, au service de la démocratisation de la culture.

ABSTRACT

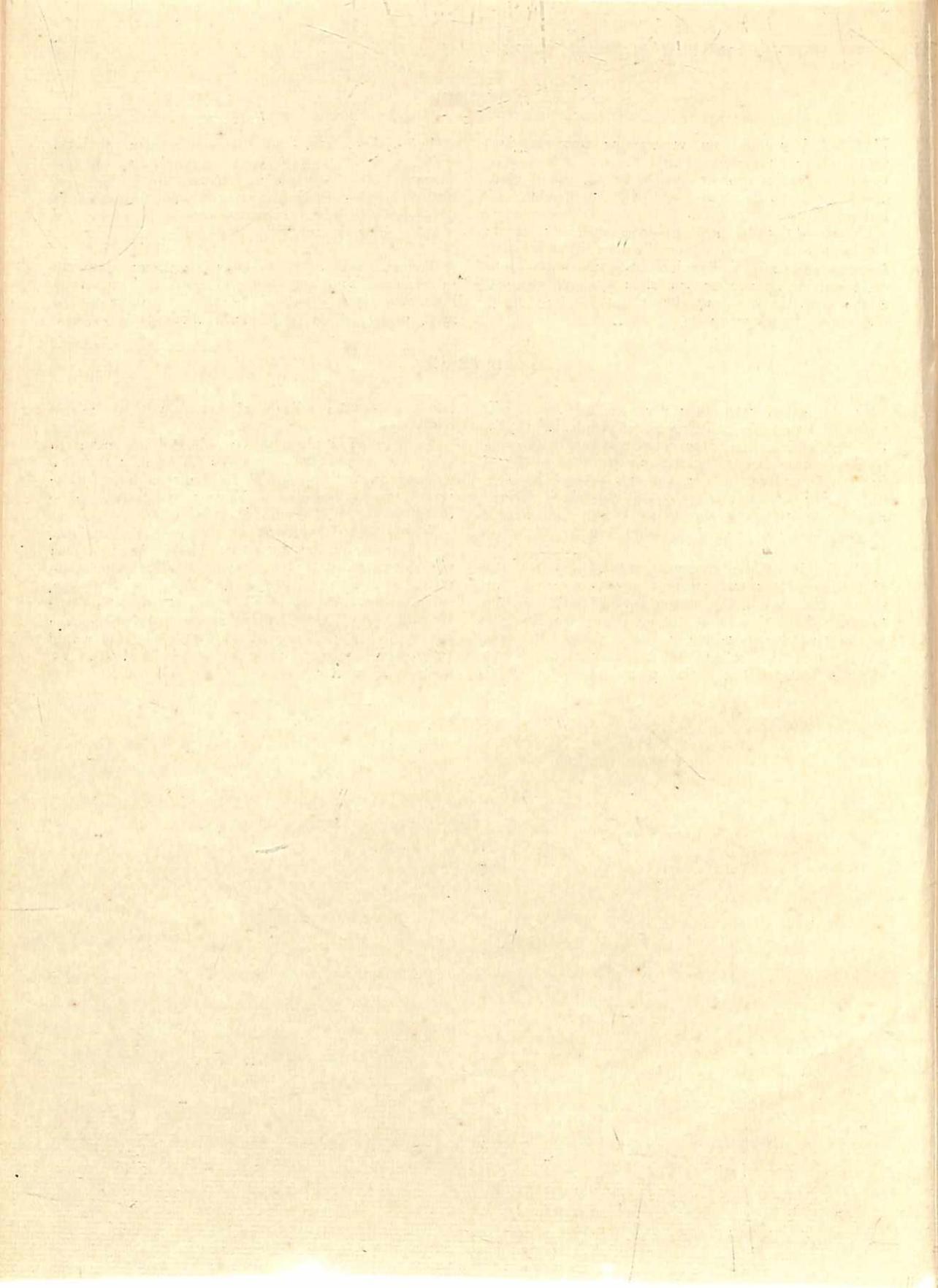
THE AUTHOR sets out a program for the second phase of Paulo Freire's System of Adult Education, the first phase being that concerned with literacy teaching now being carried on in the whole of Brazil. According to the author's views, the central theme of such a program should be Brazil itself since there is among us a widespread lack of consciousness toward national integration.

The study of the geography of the country and of history of the mother-land imparts a new picture of man as a being essentially "dated" and "situated". Following that there comes an analysis of the basic *needs* which he has to cope with and he becomes the artisan of his own total human of the corresponding *activities* by means of which

he becomes the artisan of his own total human realization.

A plan of studies to be followed in order to give the people the essentials of elementary instruction is then presented in diagram form. The most pressing problem to be met with seems to be along the lines of Paulo Freire's System.

Within the framework of the author's analysis, that of forming the instructors needed for this task the third phase of the System should come naturally: a People's University, which, by the way, coincides with the main objectives of the SERVIÇO DE EXTENSÃO CULTURAL (Cultural Extension Division, of the University of Recife). This would be entirely in accord with the principle of democratization of culture.





Instrução
Liberdade
Socialidade

A CULTURA
Ciências, Artes,
Costumes,
Civilização.

Crédito
Transporte
Energia
Higiene
Saúde

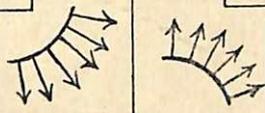
A TECNOLOGIA
e as técnicas
básicas de
Linguagem e
do número

Moradia
Família
Vestúário
Alimentos

O TRABALHO

NECESSIDADES
(Poço de necessidades)

ATIVIDADES
(feixe de Atividades)



O
HOMEM

PARCELA DA CROSTA
TERRESTRE

MOMENTO DA HISTÓRIA

HOMINIZAÇÃO

TRADIÇÃO

O
BRASIL

Biosfera

Formação da
Sociedade
Brasileira

A TERRA

A NAÇÃO

Geografia
Econômica

Evolução
Política
Brasileira

Geografia
Cosmografia
Física &

Ciclos da
Economia
Brasileira

BENEDITO NUNES

Existencialismo e Marxismo

COMO SE EXPLICA que em sua *Critique de la raison dialectique* Sartre vá encontrar na existência a origem mesma da dialética? Terá o existencialismo deixado de ser o que era?

Nesse livro, a razão dialética é o sentido inerente à totalização da existência, que se exterioriza na praxis, desde o plano individual ao das relações históricas concretas. Mas, por outro lado, é na consciência, onde Husserl viu a origem de toda significação, que essa razão, a qual deverá responder pela inteligibilidade do processo social e histórico, se fundamenta realmente.

Assim, o ponto-de-vista existencial, que não ia além da inter-subjetividade, do nexa entre as consciências, do *pour-autrui*, alcança, agora, o núcleo das questões dialéticas. O subtítulo da *Critique de la raison dialectique*, *Théorie des ensembles pratiques* — teoria dos conjuntos humanos — indica-nos já o alargamento por que passou a filosofia sartreana, à qual faltava o enquadramento social da existência humana.

Não há, de fato, em *L'Être et le Neant*, que é de 1943, uma perspectiva sociológica e especificamente histórica. As relações sociais e a história propriamente dita não eram tematizadas

nesse tratado, que focaliza a historicidade como a temporalização constitutiva da existência em seu caráter fáctico. Igualmente, o encontro conflitante das consciências, o antagonismo que as separa, a inevitável objetificação da existência de um indivíduo por intermédio da existência dos outros, delineavam as bases ontológicas da vida social, sem que houvesse, porém, uma passagem ao nível sociológico. Seria preciso para que essa transição se efetuasse, que as estruturas sociais e o movimento histórico fôsem diretamente visados, e que se pudesse extrair da idéia de *engagement* da existência uma teoria da situação social do homem.

Na linha da primeira formulação do existencialismo sartreano não há uma situação geral, abstratamente considerada, mas situações reais e concretas, que explicitam, por assim dizer, a carga das contingências que pesam sobre o ser humano e que a êle não se impõem como um pêso morto, estranho à existência. Para empregarmos a expressão tantas vêzes usada em *L'Être et le Neant*, essas contingências formam o *coeficiente de adversidade*, sem o qual a liberdade não se exerceria. Transcendendo as coisas, livre em seu movimento originário, a existência proje-

ta as suas possibilidades a partir de situações determinadas: o *corpo*, que nos assinala uns aos outros, o *passado*, que assumimos ou rejeitamos, a *família* a que pertencemos, a *classe* de que fazemos parte, o *partido político* ao qual nos engajamos, etc. A existência é mesmo liberdade engajada em diferentes situações sociais e históricas concretas. Através delas os indivíduos projetam as suas possibilidades, vivendo-as diferentemente, escolhendo êste ou aquêle caminho.

Não seria possível compreender o que os indivíduos fazem, o destino que escolhem, se não remontamos, pondo em prática a hermenêutica existencial, aos seus engajamentos situacionais. Os atos humanos são significativos e de todos emerge um sentido, inerente à ação como projeto pelo qual nos definimos perante os outros e perante nós mesmos. Mas êsse sentido, que não é circunstancial ou episódico, e que a hermenêutica elucida, só nos daria acesso à existência individual e não ao curso histórico da sociedade, que não teria um sentido independente daquele que a consciência lhe confere.

Em 1945, na conferência que tomou o título de "L'Existencialisme est un humanisme", Sartre ponderava: "Les situations humaines varient: l'homme peut naitre esclave dans une société payenne ou seigneur féodal ou prolétaire. Ce qui ne varie pas c'est la nécessité pour lui d'être dans le monde, d'y être au travail, d'y être au milieu d'autres e d'être mortel". Os elementos estruturais que configuram a condição humana não variam. E o que também se impõe, invariavelmente, é a necessidade do engajamento, da escolha

que nos determina e que, dada a universalidade ética dos projetos individuais, determina o destino dos outros homens. O escravo, na sociedade grega ou romana, escolhia-se livre ou resignado; o proletário, em nossa época, escolhendo os interesses que o ligam aos seus companheiros de classe, estará comprometido com determinados valores, com uma certa idéia do homem e da sociedade, que implica numa revolução a realizar. Num caso e noutro, a escolha importa num ato de responsabilidade, eticamente significativo, na medida em que põe em jôgo o destino dos outros. Mas a escravidão e a sociedade de classes são situações passivas, que permitem ao homem se definir desta ou daquela maneira e cujo sentido depende fundamentalmente do sentido que individualmente lhes emprestamos. "Ce que l'existencialisme a à coeur de montrer, dizia-nos o filósofo, c'est la liaison du caractère absolu de l'engagement libre, par lequel chaque homme se réalise en réalisant un type d'humanité, engagement toujours compréhensible à n'importe quelle époque et par n'importe qui, et la relativité de l'ensemble culturel qui peut resulter d'un pareil choix..."

Por aí se vê que a escolha, embora nos comprometendo universalmente, depende tão só do livre engajamento individual. Ela é, ao contrário daquele compromisso kantiano da vontade que elege o dever existente a priori, o ato criador que dá existência ao dever, aos valores, e que implanta no mundo a própria razão.

No contexto de *L'Être et le Neant*, a razão não vai além da existência individual. Quer em sua forma analítica, quer em sua forma dialética, a ra-

cionalidade é sempre possibilidade do *pour-soi* que se transfere à história e à sociedade, na forma de atitudes que traduzem opções pelas quais somos inteiramente responsáveis. Teríamos, pois, uma razão que se confunde com a responsabilidade ética. A hermenêutica existencial nos leva a compreender o que fazemos perante a história, mas não poderia explicar a história que está sendo feita nem a sociedade na qual existimos.

Dêsse modo, a dialética presente no primeiro tratado filosófico de Sartre, ensaio de ontologia fenomenológica, é somente a dialética incompleta da existência individual, do engajamento dramático, das opções decisivas. Entre a existência individual e a social, Sartre deixava um hiato. As relações de produção, as classes, o aparato institucional da sociedade não eram abstraídas, mas se apresentavam como elementos fácticos, causais, verdadeiros aspectos passivos que interferem com o exercício da liberdade total atribuída ao ser humano. Faltava ligar êsses aspectos passivos à racionalidade que encontrava na existência humana a sua única fonte.

Em 1945, no mesmo ano em que publicava a sua *Phénoménologie de la perception*, M. Merleau-Ponty dizia num ensaio, "La querelle de l'existentialisme", que *L'Être et le Neant* se ressentia da falta de uma teoria da passividade e do social. No debate que se travou então, após a conferência mencionada, "L'existencialisme est un humanisme", na qual Sartre divulgou, em forma acessível, o conteúdo de *L'Être et le Neant* e respondeu às críticas que lhe faziam mar-

xistas e católicos, Naville exprimiu, em nome dos primeiros, o desejo de que o existencialismo francês sofresse uma crise dialética.

Essa crise não tardou. Manifestou-se no diálogo com o marxismo, conduzido por Sartre e por Merleau-Ponty, em consequência do qual, os marxistas, como é óbvio, não deixaram de ser o que são nem o existencialismo abdicou de si mesmo. O que ocorreu foi uma apropriação da dialética, do conteúdo dialético do marxismo, apropriação que só podemos entender corretamente se precisarmos os termos em que se verificou a polêmica entre as duas doutrinas, mostrando, inclusive, a participação ativa que nela teve um Merleau-Ponty.

A *Fenomenologia da Percepção* de Merleau-Ponty era, sem dúvida, mais favorável a uma abordagem teórica do marxismo do que *L'Être et le Neant*. Nessa obra havia justamente aquilo que faltava na de Sartre: uma teoria da passividade, das inércias sociais e históricas que condicionam a liberdade e que constituem a matéria concreta das escolhas que nos determinam a agir. A liberdade não é, segundo ela, a pura recriação do homem pelo homem, a cada momento instituindo um sentido que nos engaja no mundo, e que no mundo imprime a marca dos nossos projetos.

O *pour-soi*, que transcende as coisas, está ligado ao mundo por uma intencionalidade primitiva, que adere às estruturas do real e aos significados a elas incorporados. Assim como predominam no espaço perceptivo direções que correspondem ao movimento do corpo,

e assim como há um dinamismo originário a que obedecem as formas dos objetos e que a consciência retoma, mas cujo sentido não é por ela constituído, assim também as situações sociais e históricas têm um dinamismo, uma significatividade própria, que solicitam a consciência. Dêsse modo, a liberdade não é a simples projeção de possibilidades através de situações determinadas. Estas, configuram a liberdade, dão-lhe um conteúdo, orientam o seu élan, ajustando-a à estrutura mutável do mundo.

O grande mérito de Merleau-Ponty é ter dado à fenomenologia das situações existenciais uma dimensão social e histórica. No que respeita à consciência de classe, por exemplo, êle corrige e enriquece a posição que a idéa sartreana do engagement permitiria assumir.

Ao começar o diálogo com o marxismo, em relação ao qual "*L'existentialisme est un humanisme*" assinala a primeira etapa, o existencialismo de Sartre não podia ver na classe mais do que um dado do coeficiente de adversidade por meio do qual o homem é capaz de afirmar-se livremente. Se presto adesão aos interesses da minha classe, ela passa a existir como objeto para mim e para os outros. A classe existe quando faço dela o meu destino, quando a projeto como minha própria possibilidade. Em resumo, não haveria classe sem consciência de classe; é pela consciência que reconhece e mobiliza certos interesses, que lhes infunde significado — porque une êsses interesses **ao projeto da minha existência** — que a classe surge para mim. No momento em que, como operário, luto, ao mesmo

tempo, contra a exploração e contra o Estado que a mantém ou em que, como burguês, sinto-me ameaçado juntamente com a ordem social que me apoia, engajo-me com os outros, escolhendo por meu destino o objetivo histórico da classe, o qual passa a existir através de mim e de outros.

Mas para Merleau-Ponty, se é verdade que não há classe sem consciência de interesses comuns, sem que tais interesses passem a integrar o projeto da existência de cada um de seus membros, não é menos verdade que as relações de classe estruturam o ambiente social e condicionam a nossa situação. Antes que a consciência se pronuncie, a classe já se apresenta como forma de vida, como origem de certas limitações e regalias, como fenômeno objetivo transindividual. Ela se incorpora à situação e não é extrínseca à existência.

A consciência de classe surge de um movimento dialético entre a situação objetiva e o indivíduo. A primeira não é apenas um dado bruto que necessitamos sujeitar à liberdade, o segundo se projeta na situação, mas de acôrdo com um sentido prévio que nela se encontra depositado.

Isso quer dizer que a liberdade, para concretizar-se, necessita ser mediada e, nesse caso, é a classe que constitui essa mediação entre o ato livre e as possibilidades concretas que se oferecem na situação social que ocupamos, e que nos fazem participar da burguesia ou do proletariado. A dialética entre o indivíduo e a classe não pode isolar-se do movimento geral da sociedade. **A análise existencial de Merleau-Ponty levar-nos-ia, portanto, para além daquela hermenêutica da existência que**

nos impõe *L'Être et le Neant*, dentro da qual não passamos da órbita dos projetos essencialmente individuais, cujo sentido reside única e exclusivamente na consciência. Como diz, Merleau Ponty, é preciso que a minha vida tenha um sentido que a consciência não constitua. 'A cette condition il peut y avoir des situations, un sens de l'histoire, une vérité historique, trois manières de dire la même chose. Si en effet je me faisais ouvrier ou bourgeois par une initiative absolue, et si en général rien ne sollicitait la liberté, l'histoire ne comportait aucune structure, on ne verrait aucun événement s'y profiler, tout pouvait sortir de tout'.

Se há um movimento *noético* da consciência intencionalmente voltada para o mundo, há também uma trama de significados constituídos, de *noemas* que procedem do mundo e que estruturam a consciência. Foi o que Husserl chamou de *Lebenswelt*. Dialéticamente, a *Lebenswelt* pode ser concebida como a interação do sujeito com o objeto, da consciência com o mundo, do indivíduo com a história. O homem, ser-no mundo, é sujeito social e histórico. Sua existência inclui a sociedade e a história. Os projetos individuais são possibilidades do *pour-soi*, mediados por determinados tipos de relações sociais e por horizontes históricos definidos.

Sendo assim, encontramos dois momentos entrelaçados: a existência individual e a social, a existência singular do indivíduo e a genérica da sociedade — momentos que pertencem a um mesmo ser-no mundo, a uma mesma realidade humana em movimento. Já não bastará a hermenêutica, interpretação dos atos segundo o sentido que têm para os

indivíduos, se não fôr suplementada pela razão dialética que decorre da atividade social do homem.

Foi precisamente no movimento da realidade-humana como *praxis* que Sartre encontrou a origem da dialética. Mas nem a perspectiva dialética que se pode extrair da fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty (e que é por ele desenvolvida em *Les aventures de la dialectique*) nem o ponto-de-vista ultimamente firmado por Sartre em sua *Critique de la raison dialectique* resultam de uma contribuição pacífica do marxismo ao existencialismo. O que houve, tanto num caso como no outro, foi uma conquista polêmica de certos princípios fundamentais do marxismo, uma apropriação do conteúdo dialético dessa filosofia. Merleau-Ponty, porém ao contrário de Sartre, não levou êsse aproveitamento às últimas consequências. Compreendeu o materialismo prático de Marx. E como Sartre, criticou o cientificismo marxista, que se apoia na dialética da natureza e na gnoseologia de Lenin.

Nos ensaios "Marxisme et Philosophie", "La querelle de l'Existencialisme" e "Les aventures de la dialectique", o autor da *Phénoménologie de la perception* mostra-nos que o marxismo vivo não se harmoniza com a noção da consciência reflexo e da dialética da natureza, e que a dialética histórica tem por fonte a inter-subjetividade humana concreta, a *praxis* como exteriorização da existência, que se objetiva, se aliena, num processo de totalização que une o individual e o social, a consciência e os objetivos coletivos, a atividade criadora ao prático-inerte.

Mas enquanto Merleau-Ponty, em *Signes*, considera o marxismo uma verdade de segundo grau, que a própria história estaria superando, o filósofo de *Critique de la raison dialectique*, mantendo as mesmas críticas que fizera anteriormente ao marxismo, em *Materialisme et Revolution*, (1946), e que coincidiam com as de seu companheiro filósofo, afirma que essa filosofia é a filosofia insuperável do nosso tempo, enquanto continuarem a prevalecer as relações de produção que até agora têm predominado.

A adesão prática de Sartre à filosofia marxista baseou-se numa assimilação crítica do conteúdo do pensamento dialético e, pode-se dizer também, numa reconstituição do pensamento dialético através das categorias existenciais.

Dada a falta de uma perspectiva histórica e social em *L'Être et le Néant*, (falta de que não padecia a *Phénoménologie de la perception* de

Merleau-Ponty), a preocupação de Sartre, vê-se bem, é suprimir o hiato entre a existência e a história, entre o *engagement* que possuiria o sentido que a consciência lhe dá e a *escôlha* pela qual o indivíduo, encontrando-se a si mesmo, também se encontra participando de um empreendimento coletivo, que não define apenas a sua responsabilidade perante a história, mas o seu papel de agente efetivo do movimento histórico. O objetivo de *Critique de la raison dialectique* é fazer da razão dialética o movimento de totalização da existência, unindo a racionalidade como projeto humano individual à racionalidade da vida social e histórica.

A fundamentação da dialética que Sartre tenta fazer no primeiro volume da *Critique de la raison dialectique* resulta da experiência desse movimento de totalização, que é não só uma experiência teórica, mas verdadeiro empreendimento prático, decorrente de uma escôlha existencial, de uma opção decisiva do pensador voltado para os problemas de sua época.

RÉSUMÉ

L'AUTEUR a observé que la pensée de Sartre dans "L'Être et le Néant" ne dépassait pas le domaine du subjectif, et que c'est seulement avec sa "Critique de la raison dialectique" que ses perspectives se sont élargies au cadre social de l'existence humaine. "Dans ce livre, écrit-il, la raison dialectique c'est ce qui donne à l'existence son sens total en la faisant passer du plan individuel à celui des relations sociales et historiques concrètes".

Pour le Sartre de "L'Être et le Néant", un fait a besoin pour exister de s'insérer dans le temps grâce à sa valeur historique. Les contingences qui pèsent sur l'être humain constituent un "coefficient d'adversité" sans lequel la liberté ne pourrait pas s'exercer. Une telle liberté se concrétise pour l'individu en un acte de choix qui emporte une responsabilité éthique dans la mesure où cet acte met en jeu le destin d'autrui. Dans "L'Être et le Néant" la raison ne va pas au delà de l'existence individuelle, des possibilités du "pour soi" transposé dans l'histoire et la société. La raison se confondrait donc avec la responsabilité éthique.

Sartre laissait un hiatus: pour Merleau-Ponty "L'Être et le Néant" manquait d'une théorie de la possibilité et du social.

Cette théorie incomplète de l'existence individuelle passa par une crise qui n'allait trouver de solution que dans le dialogue avec le marxisme. Tant Sartre que Merleau-Ponty conduisirent ce dialogue de manière à s'approprier le contenu dialectique du marxisme, mais dans des perspectives différentes.

Dans sa deuxième partie l'auteur estime que déjà dans la "Phénoménologie de la Perception" de Merleau-Ponty, on trouvait une possibilité de rencontre avec le marxisme, encore absente dans "L'Être et le Néant". Selon Merleau-Ponty la liberté n'est pas une pure faculté de l'homme de se créer lui-même en s'engageant à chaque instant dans un certain sens et en imprimant dans le monde la marque de ses projets. Le grand mérite de Merleau-Ponty est d'avoir donné à la phénoménologie des situations existantes une dimension sociale et historique. En résumant sa pensée on peut

dire que s'il y chez l'homme une intention consciente d'organiser le monde il y a aussi une trame de "significats constitués", de noumènes, qui précèdent du monde et qui structurent sa conscience.

Par la suite, Sartre, lui-même, trouvera l'origine de la dialectique dans le mouvement de la réalité qui s'extériorise par la praxis. C'est pourquoi une interprétation des actes d'après le sens qu'ils ont pour les individus est insuffisante si elle n'est pas complétée par la raison dialectique qui découle de l'activité sociale des individus.

En conclusion, l'adhésion pratique de Sartre à la philosophie marxiste est fondée sur une assimilation critique du contenu de la pensée dialectique, reconstituée ensuite à travers les catégories existentielles.

L'objectif de la "Critique de la raison dialectique" est de faire de la raison dialectique le mouvement qui totalise l'existence en unissant les projets rationnels de l'individu en tant que tel et les projets rationnels de l'individu dans la vie sociale et historique.

ABSTRACT

IT IS THE AUTHOR'S remark in this paper that Sartre's thought does not go beyond the subjective domain in "L'Être et le Néant". It will be only with his "Critique de la raison dialectique" that his perspectives are set wide open, encompassing human existence in its social dimension. "In this book", he writes, "dialectic reason is that which imparts existence its total sense in making it pass from the individual range onto that of concrete social and historical relations".

According to Sartre, in "L'Être et le Néant", any fact has got to insert itself in time thanks to its historical value. Human contingencies make up an "adversity coefficient" without which freedom will have no meaning and no place. Such freedom is realized by the individual in an act of choice that carries along with it some moral responsibility which depends, on its turn, on the extent to which that act influences other people's fate. In "L'Être et le Néant" reason does not go beyond individual existence and the possibilities of the "pour soi" transposed onto history and society. There is no superimposition, thus of reason onto moral responsibility. Sartre left a gap: in Merleau-Ponty's opinion "L'Être et le Néant" lacks a theory of passivity and of the social.

Sartre's incomplete theory of individual existence went through a crisis which would not come to a stop until his dialogue with Marxism. Both Sartre and Merleau-Ponty would then afterwards conduct this dialogue in such a way as to absorb the dialectic content of Marxism but even this from rather different perspectives.

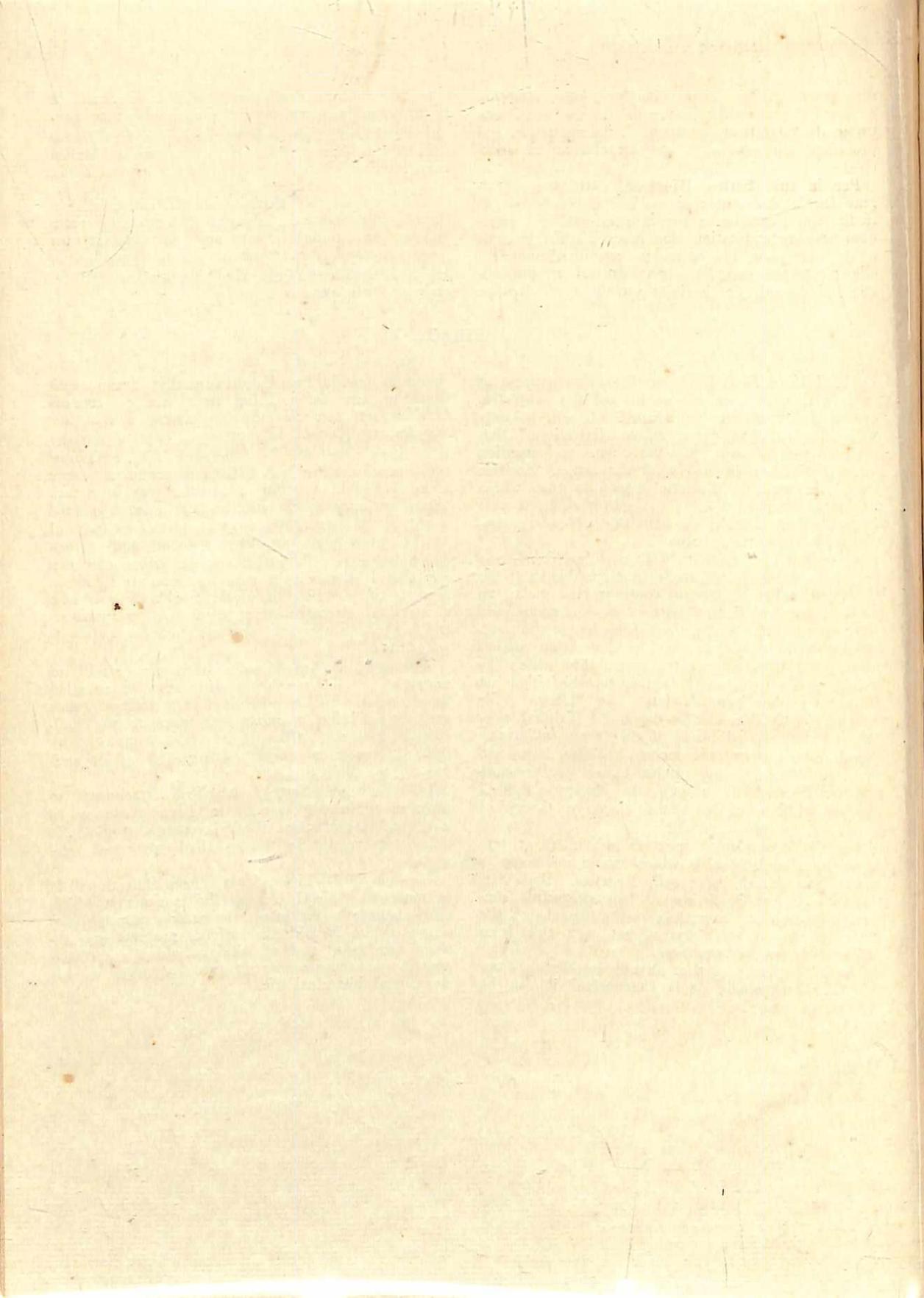
The author believes that already in Merleau-Ponty's "Phénoménologie de la Perception" it may be

found a possibility of again getting across with Marxism, the same being not true as regards "L'Être et le Néant". According to Merleau-Ponty, freedom is not some sort of faculty that man has at his disposal for some time now creating himself while getting engaged at every moment and in a certain particular way in a task whose ultimate result will be his imprint on the world. Merleau-Ponty's great merit is that of having given phenomenology a social and historical dimension. Summing up his ideas one can say that if there is in man a conscious intention towards the organization of the world, there is also a mesh of "constituted meanings of noumenons" which gives in a certain way a structuring to man's conscience.

This way, Sartre himself finds the origin of dialectics in the movement of reality as revealed by a *praxis*. This is why an interpretation of acts according to the meaning they have to the individuals does not suffice if it is not completed by dialectic reason as resulting from the social activity of the individuals.

In conclusion, Sartre's practical attachment to Marxist philosophy seems to have its root in a critical assimilation of the contents of dialectic thought as rebuilt by the so-called existential categories.

The aim of "Critique de la raison dialectique" is to make of dialectic reason the movement which gives existence its integral meaning through the union of the individual's rational projects *qua* rational projects, and of the individual's rational projects as they appear in the framework of his social and historical life.



LEANDRO KONDER

Intolerância & Marxismo

O TEMA DA TOLERÂNCIA & intolerância não é exclusivo do nosso tempo. De um ou de outro modo, a preocupação com a questão da intolerância se tem manifestado, através da história, em pensadores das mais diversas épocas.

A relativização da verdade empreendida pelos sofistas na antiguidade, por exemplo, refletiu um movimento inequivocamente anti-dogmático, de feição individualista, avêso às formas de intolerância religiosa mais difundidas no seu tempo.

São Francisco de Assis manifestou, também, disposição de não aceitar os métodos coercitivos de proselitismo postos em prática, então, pelo seus irmãos da Igreja. Evidenciou tal disposição pelo seu próprio exemplo de humildade e pelo conselho: "Não desprezeis a quem não vive como vós; Deus é senhor deles como vosso e fácil lhe é chamá-los a Si por outros caminhos" (1).

Pierre Bayle, no século XVIII, preconizou a pluralidade das religiões e a coexistência pacífica das seitas com o ateísmo. Foi um autêntico campeão da tolerância. "Um grande gênio — escreveu — amparado num grande saber, não considera de modo algum que o erro esteja todo de um lado só; descobre um aspecto forte e um aspecto

fraco em cada partido, compreende tudo o que há de mais especioso nas objeções dos seus adversários e tudo o que há de menos sólido nas suas próprias provas" (2).

Outros, muitos outros, poderiam ser lembrados.

Parece-me, contudo, que a questão da intolerância, com o aparecimento do marxismo, assumiu uma fisionomia nova.

O marxismo veio a constatar a existência de uma relação inescamoteável entre toda produção ideológica e o contexto histórico concreto em que a mesma se produzia. E veio a definir a natureza desta relação: o ser condicionando o pensar, não em forma de causalidade unívoca, mas à maneira dialética.

Mesmo um filósofo não marxista, como Merleau Ponty, registrou esta conquista do marxismo: "Ter ensinado a confrontar as idéias com o funcionamento social que elas animam, nossa perspectiva com a dos outros, nossa moral com a nossa política, eis um mérito definitivo do marxismo" (3).

O marxismo cobriu de ridículo a pretensão de estabelecer uma convivência amena e cordial entre o explorador e o explorado sem acabar com a condi-

ção do explorador do primeiro e com a condição de explorado do segundo. Cristo recomendara aos homens: "Amai-vos uns aos outros". Os marxistas indicavam a inaniidade da recomendação nas sociedades divididas por antagonismos de classe, apontavam-lhe a ineficácia histórica em quase vinte séculos e propunha medidas concretas, revolucionárias, para banir a alienação e possibilitar o desenvolvimento de relações fundadas na estima recíproca entre os homens, unindo-os pelo trabalho e pelo desfrute comum dos frutos do trabalho.

Marx vinha a tornar clara uma vaga intuição de Diderot, segundo a qual as controvérsias teóricas de grande significação não se decidem, verdadeiramente, no plano crítico-especulativo, e sim no plano crítico-prático. Inútil esperar, por conseguinte, que a prédica da tolerância viesse, por si só, a banir dos embates as manifestações de intolerância. Inútil esperar que a tolerância, com ser proclamada, difundida em exemplos e defendida em razões teóricas, viesse automaticamente a se implantar, sobrepondo-se a interesses materiais de grupos ou a conflitos de classes sociais.

Com os critérios marxistas, compreendemos que a relativização da verdade pelos sofistas só podia levar mesmo à sofística e nunca à dialética moderna. Compreendemos que a sofística nada podia contra o dogmatismo e que as práticas de intolerância da época dos sofistas não foram erradicadas e nem sofreram redução apreciável de incidência ou de gravidade em decorrência dos esforços dos livres-pensadores. No entanto, em face das circunstâncias históricas, a constatação da necessidade

do fracasso não nos leva a desprezar os sofistas e sim, pelo contrário, a considerá-los, neste particular, merecedores da nossa especial simpatia, pois os sentimos mais próximos de nós, mais afinados conosco do que os seus contemporâneos conservadores, preconceituosos.

Com os critérios marxistas, compreendemos que a tolerância de São Francisco de Assis nada pôde contra a intolerância da Santa Inquisição, que se desencadeou depois dêle. Compreendemos a pouca utilidade histórica que tiveram a sua abnegação, o seu desprendimento pessoal e a sua humildade como fatores divergentes da violência exercida contra a consciência dos infiéis. No entanto, interessa-nos muito mais a personalidade dêste místico do que o caráter tão menos humano do rígido Inácio de Loyola, apologista fanático da disciplina e da hierarquia. Podemos mesmo supôr que não é o fundador da Companhia de Jesus e sim o "povorello" quem encontra eco no pensamento cristão mais avançado dentro da Igreja, nos nossos dias. Como, por exemplo, no pensamento do cardeal Béa, que adverte: "A quem queira objetar que o êrro não tem o direito de existir, basta responder que o êrro é uma coisa abstrata e por isso não é objeto de direito, ao passo que o homem sim, mesmo se êle há de se enganar de modo invencível, isto é, sem poder se corrigir. Êle (o homem) tem, portanto, o direito e o dever de seguir a sua consciência — e assim, semelhantemente, o direito a que esta independência seja respeitada por todos" (4).

Antes de Marx, já Hegel concebera o

mundo como um processo, quer dizer, como uma totalidade em movimento. E, com base na sua concepção de um todo dinâmico, no qual tudo implicava em tudo através de incontáveis mediações, Hegel se opuzera tanto à eternidade das fórmulas fixas como à intuição e à revelação, que chamou de “saber imediato”. Em seu livro fundamental, escreveu: “A maneira dogmática de pensar no domínio do saber e no estudo da filosofia não é outra coisa senão a opinião segundo a qual o verdadeiro consiste em uma proposição que é um resultado fixo, ou, ainda, uma proposição que é imediatamente sabida” (5). E, mais adiante, acrescentou que a revelação imediata, a seu ver, quando se apresentava como sucedâneo da pesquisa filosófica, funcionava como chichórea na qualidade de sucedâneo do café.

Mas o historicismo hegeliano encontrava-se limitado pela natureza idealista do sistema elaborado por Hegel e se chocava com a concepção de uma *Idéia Absoluta*, em função da qual se determinavam os “espíritos dos povos” e os “espíritos das épocas”.

Por força desta limitação, Hegel (cuja perspectiva de classe ainda era a de uma classe ociosa) nem sempre foi consequente ao empregar o método dialético. Estudou, por exemplo, as instituições políticas dos povos antigos como fenômeno histórico; porém se abstraiu da *historicidade* do Estado prussiano do seu tempo, imaginando-o como o resultado final da evolução política das sociedades e como “o Estado racional por excelência”.

Para Hegel, ainda situado em um quadro de valores burgueses, o trabalho

humano ainda aparece fundamentalmente como um trabalho mental, como um trabalho da consciência. E, como esta consciência figura em situação privilegiada ante o “corpo” e as suas condições materiais de existência, torna-se uma consciência um tanto mítica. De modo que, para Hegel — membro de uma classe ociosa — o trabalho é abstrato.

Marx, contudo, vai além de Hegel e rompe decididamente os limites da consciência de classe burguesa, perfilhando a perspectiva de classe do proletariado, classe que não usufrui dos privilégios de nenhuma forma de propriedade particular quanto às fontes de produção, classe cuja emancipação implicava na supressão das classes sociais (e, portanto, na supressão dela mesma enquanto classe), classe cujo ponto-de-vista particular era o único que socialmente oferecia possibilidade de vir a gerar um ponto-de-vista autenticamente comum a toda a humanidade.

A concepção de Marx, por isso, não estabeleceu limites para a dialética. E pôde ser definida como constituindo um “historicismo absoluto” (Gramsci).

Marx substituiu a noção de totalidade “fechada” do sistema hegeliano (a *Idéia Absoluta*) por uma noção de totalidade “aberta” (o conjunto das condições concretas de vida dos homens). Elaborou uma concepção do mundo que não podia se prestar para “receituário” no entendimento dos fatos porque não admitia a redutibilidade do real ao saber.

Tais características da concepção marxista do mundo, com certeza, foram as que levaram o escritor (católico) Jean Lacroix a afirmar: “Em sua ins-

piração mais profunda, o espírito marxista é, sem dúvida, uma negação radical de todo dogmatismo” (6).

Todavia, com ser a negação radical de todo dogmatismo, o marxismo não exclui, evidentemente, a possibilidade de que na sua prática revolucionária se manifestem elementos do mais deprimente dogmatismo e da mais estreita intolerância. Convém lembrar que Lênin mesmo era quem advertia: “Por si só, o reconhecimento do marxismo não exige ninguém dos êros” (7).

A constatação de que, na experiência da revolução socialista levada a cabo à luz dos princípios do marxismo, numerosas anomalias, fenômenos culturais, equívocos e excessos de graves consequências vieram a ocorrer, tal constatação — feita publicamente no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética — não pode deixar de exigir de um marxista consequente que êle empreenda um exame objetivo das condições concretas daquela experiência revolucionária para alcançar a efetiva compreensão, em suas raízes, das anomalias e dos equívocos já referidos.

Não é difícil verificar, por exemplo, que a política cultural posta em prática na União Soviética, conquanto bem sucedida no que concerne à promoção do desenvolvimento tecnológico, teve até hoje um rendimento que deixa muitíssimo a desejar no campo artístico e no campo da filosofia propriamente dito.

No campo artístico, sobretudo no campo das artes plásticas, as realizações do realismo socialista deixam muito a desejar, situam-se num nível sabida e reconhecidamente insatisfatório. Quan-

to aos estudos filosóficos, à exceção de uns poucos, os que tenho podido ler me deixam, geralmente, uma impressão penosa de pensamento muito tímido ou excessivamente disciplinado.

Só me refiro aqui a esta minha impressão pessoal porque pude observar que ela coincide com a de numerosos intelectuais brasileiros de esquerda. Diversos amigos meus, desprovidos de prevenção anti-marxista, e às vezes simpatizantes ou até mesmo militantes da revolução, têm manifestado em conversa comigo opinião segundo a qual a produção filosófica soviética moderna é muito “quadrada”, devendo ser superada a elaboração de manuais que são verdadeiras “vulgatas” do marxismo e tratados que parecem redigidos por burocratas destituídos de qualquer *inquietação*, absorvidos por um espírito de rotina, sem audácia, sem inventiva, medíocres e como que intelectualmente castrados.

É claro que os ideólogos da burguesia, os críticos anti-marxistas, comprometidos com os privilégios de classe que o marxismo se esforça por destruir, se aproveitam desses fenômenos para atribuí-los às “deficiências intrínsecas” do marxismo. Mas a existência desta exploração política em torno de tais fatos não pode levar os marxistas a uma recusa de reconhecê-los. E o reconhecimento dos efeitos do dogmatismo pode ser encontrado, aqui e ali, na obra de expressivos escritores marxistas contemporâneos.

Assim, por exemplo, sob o estímulo do desafio e das críticas de Sartre em *Questions de Methode*, Roger Garaudy — filósofo do Partido Comunista francês — empreende uma revisão de seus

métodos de trabalho e escreve: “É inevitável que um pensamento militante, sobretudo nos momentos de extrema tensão histórica e de polarização de forças, seja levado, pelas necessidades da vigilância e do combate, a uma certa rigidez no acolhimento feito a outras fontes de pensamento. Mas não há dúvida, para qualquer marxista, sejam quais forem as exaltações e os êrros inelutáveis, que o marxismo não pode viver e desenvolver-se senão integrando e superando tudo que a filosofia contemporânea tem de vivo” (8).

Outro marxista francês, denunciando a preguiça mental dos dogmáticos e a deficiência básica da crítica ideológica feita por êles escreveu: “O dogmatismo consiste não em colocar claramente os princípios do marxismo, mas em se contentar com apenas proclamá-los, em crer que a sua simples proclamação basta para derrotar o adversário (...) Assim, o dogmatismo não é excesso de rigor, mas *ausência* de rigor. Não é excesso de combatividade, mas *fracasso* diante do combate ideológico real” (9).

É claro que estas afirmações não fazem senão aflorar o problema, ou melhor, o complexo de problemas de que se constituem os fenômenos de dogmatismo e intolerância ligados ao que se convencionou chamar de “stalinismo”. De modo geral, não é razoável esperar do Primeiro Ministro Nikita Khrushchiov, que colocou tais problemas na ordem do dia, que êle mesmo empreenda a análise em profundidade dos mesmos. Sua tendência, por motivos de caráter político, é a de explicá-los através do “culto à personalidade”. Para nós, contudo, esta explicação é insatisfatória. Um rigoroso exame das

raízes históricas do dogmatismo e das práticas arbitrárias de intolerância levadas a cabo em nome dos “superiores interesses da revolução” se faz necessário e está apenas prenunciado nas abordagens do tema já realizadas por escritores marxistas.

Acreditamos que esta será, desde logo, uma das tarefas fundamentais com que se terão de defrontar os marxistas das gerações mais novas. O que não exclui a participação da *velha guarda* marxista, é claro. Quando menciono, em especial, os marxistas das gerações mais novas, penso em um aspecto da questão: para os antigos marxistas, que viveram o período staliniano e nêle formaram as suas concepções, o processo auto-crítico dêste exame, a análise das raízes do dogmatismo como principal fonte teórica das práticas de intolerância e de fanatismo sectário, é um processo particularmente doloroso: é uma intervenção cirúrgica com o bisturi cortando na própria carne.

Por isso, creio que é predominantemente sôbre os ombros dos jovens que vão pesar as responsabilidades de realização da tarefa, o que não quer dizer que não lhes seja imprescindível o apoio dos mais lúcidos dentre os elementos da *velha guarda* do marxismo. Um exame detido das idéias de dois pensadores marxistas das gerações precedentes, sobretudo, será fundamental no estudo das vicissitudes sofridas pela revolução mundial e das medidas indispensáveis para a correção dos êrros. Êstes dois pensadores, a meu ver, foram os dois únicos marxistas que

trouxeram avanços significativos para o marxismo desde Lênin: o húngaro Georg Lukàcs e o italiano Antonio Gramsci.

Lukàcs tem sido, em muitos aspectos, um pioneiro; autor de trabalhos sobre questões filosóficas, artísticas e literárias, pensador independente, “rebelde”, por vezes indeciso, em outros momentos revelando admirável coragem, sofreu o fôgo implacável da burrice dogmática e foi vítima de insistente acusação de *revisionista*. Ante a acusação, êste moderno campeão da luta contra a intolerância tem respondido dizendo que reconhece no *revisionismo* o perigo mais grave (porque mais sutil) que existe hoje para o marxismo. O *revisionismo* é o resultado do esforço da burguesia, na luta ideológica contra o movimento operário, para minar as bases da concepção do mundo da classe operária, lançando-a na confusão, utilizando idéias e critérios marxistas para procurar destruir os princípios do marxismo. Lukàcs considera necessário lutar contra o *revisionismo*, mas adverte que, para fazê-lo, é necessário eradicar o dogmatismo. O dogmatismo entorpece o desenvolvimento do marxismo, impedindo o trabalho de revisão permanente exigido pelo marxismo em sua prática para se enriquecer dialéticamente. O dogmatismo confunde êste trabalho de revisão com o *revisionismo* e, com isso, contribui para fortalecer o *revisionismo*.

Gramsci sofreu menos do que Lukàcs na mão dos dogmáticos porque sofreu muito mais nas mãos da reação. Logo depois da ascensão do fascismo ao poder na Itália, Mussolini encarcerou Gramsci e mantêve preso o grande pensador até vê-lo doente, combatido pelos

muitos anos de sofrimentos passados no cárcere; quando se certificou de que êle não tinha muitos dias de vida, mandou soltá-lo, a fim de que, morrendo preso, êste não viesse a se tornar um mártir.

Através de seus onze anos de cadeia, brutalmente afastado das condições de militância em que fundara o Partido Comunista Italiano, Gramsci anotou em cadernos as conclusões esparsas, fragmentárias, das suas meditações a respeito de temas marxistas. Estas anotações, dispostas por assunto, foram publicadas em livros pelo editor Einaudi, depois da derrocada do fascismo italiano. Constituem um tesouro da filosofia marxista; especialmente as notas publicadas sob o título de *Il Materialismo Storico e la Filosofia di Benedetto Croce*.

A par das péssimas condições de trabalho, o cárcere possibilitou a Gramsci certa forma de libertação em relação às preocupações políticas de caráter imediato, situando-o em uma perspectiva mais “distanciada” que permitia ver aspectos da luta não vistos pelos que nela estavam absorvidos. Assim, pôde recusar-se a “conceber a discussão científica como um processo judicial” (10).

Observou que o marxismo, como ideologia da classe operária, precisou ser elaborado à base de um amplo domínio do material ideológico mais avançado da cultura burguesa (o que não podia ser feito por operários, dadas as suas condições de vida e deficiências culturais sob o capitalismo; teve de ser feito por dois intelectuais de origem burguesa: Marx e Engels). Observou que, no entanto, o marxismo, dado o seu

caráter, tinha de procurar mobilizar as massas, atuando *didaticamente* sobre elas, simplificando-se e combinando-se com formas culturais pouco superiores à cultura popular de nível médio, que era “medieval”. Em decorrência da prioridade atribuída a esta tarefa “didática”, foi relegada a segundo plano a execução de outra tarefa, que era a de prosseguir na elaboração ideológica “de alto nível”, combatendo as ideologias modernas em suas formas mais refinadas e integrando os elementos culturalmente válidos das mesmas. Em lugar de se tornar “conquistador”, o marxismo, nesta sua fase popular, restaura fórmulas típicas do “materialismo vulgar”, erige-se em “ortodoxia”, impregna-se na sua prática de elementos de “preconceito” e “superstição”. A nocividade deste comportamento, segundo Gramsci, reside no fato de que êle sacrificou o rendimento do próprio trabalho “didático” realizado junto às massas, confirmando os elementos a-críticos existentes no senso comum das mesmas. Ao invés de exercer uma influência educacional verdadeiramente fecunda e libertadora, o marxismo “ortodoxo” transigia com a cultura mumificada das massas e substituía umas formas de alienação por outras formas de alienação. (11).

Às agudas observações de Gramsci, é preciso acrescentar ainda uma análise das circunstâncias históricas especiais em que se processou a pioneira experiência revolucionária da União Soviética, cercada de inimigos poderosos, isolada, consciente da sua fragilidade, duramente intimidada ante a possibilidade muito viável (e catastrófica) do seu fracasso.

Este seria, como disse, apenas o quadro inicial do exame auto-crítico em que o movimento revolucionário analisa as suas vicissitudes, faz um balanço das suas experiências e procura compreender as raízes mesmas das suas moléstias para empreender-lhes a cura. É um exame que está somente no começo, mas que terá de ser levado adiante, sem esmorecimento, sem timidez. É um exame que se deverá beneficiar da alteração efetuada hoje na correlação de forças no plano internacional; o socialismo passou a ter a iniciativa das ações, assumiu a ofensiva, reduziu o mundo capitalista à defensiva e à inferioridade. Não há mais base para a psicologia intimidada dos tempos da *política de cêrco*, no campo da revolução.

Aos intelectuais — tanto aos intelectuais “produzidos” pelo proletariado (classe em ascensão) como aos intelectuais conquistados pelo proletariado à burguesia — cabe um papel *decisivo* na realização deste exame. Cabe-lhes desempenhar uma função crítica eficaz no sentido de ser preservado o humanismo revolucionário e de serem contidas as manifestações de dogmatismo e de intolerância no seio da revolução.

Claro que esta crítica pressupõe a adoção de uma posição revolucionária, pois ela só pode ser *efetiva* se feita *dentro* da revolução, sem qualquer dilettantismo. Mas nem por isso ela pode deixar de ser uma crítica irredutivelmente livre — tão livre quanto consciente — sem se deixar substituir por sucedâneos de nenhuma espécie.

Quero encerrar estas minhas consi-

derações bastante alinhavadas com uma explicação, ainda. Logo no princípio da minha abordagem do tema afirméi que, segundo me parecia, a questão da tolerância & intolerância assumira, com o marxismo, fisionomia nova. Gostaria de explicar em que consiste, a meu ver, esta "fisionomia nova".

Julgo que, a partir da concepção marxista, ninguém alimentará a esperança de banir definitivamente as manifestações de intolerância enquanto não forem instauradas relações sociais que unam os homens, em lugar de jogá-los uns contra os outros. Uma sociedade dividida em classes segrega a intolerância na medida mesma em que produz conflitos que envolvem poderosos interesses de grupos antagônicos, carregados êstes interesses inapelavelmente de uma carga explosiva de paixões e idiosincrasias.

De acôrdo com o marxismo, contudo, existem condições em nosso tempo para que um movimento revolucionário, baseado no elevado grau de desenvolvimento da técnica de produção e na ação da classe operária, venha a construir uma sociedade sem classes. Nesta sociedade sem classe, a intolerância poderá ser reduzida a níveis prática-

mente inexpressivos no conjunto da vida social.

Não é preciso esperar, porém, que o estágio da sociedade sem classe seja alcançado para combater a intolerância dentro do movimento que conduz a sociedade para aquêle estágio. Pelo contrário, é indispensável combater desde já a intolerância. Pois os marxistas, aptos para compreender que o que caracteriza a manifestação de intolerância como tal é o fato de não existir nela qualquer *inevitabilidade* — e tendo em vista o efeito profundamente deseducativo que tem o ato de intolerância tanto para quem o sofre como para quem o pratica — ficam obrigados, em nome do futuro que almejam alcançar, a um combate sem trégua contra tudo que nega ou afasta êsse futuro.

O fato de que o marxismo não reconheça na tolerância um valor metafísico não acarreta negação de qualquer valor ao conceito; pois o desprezo pela tolerância — desde que encarado o conceito em têrmos históricamente justos — levaria a um entorpecimento do processo de transformação do mundo, da sociedade e do homem. E constituiria uma incoerência, do ponto-de-vista do marxismo.

NOTAS

- (1) — Apud *Na Luz Eterna*, do pe. J. Lehmann.
- (2) — *Dictionnaire Historique et Critique*, artigo "Melanchton".
- (3) — *Humanisme et Terreur*.
- (4) — *Allocution du 13 janvier 1963 sur la liberté religieuse*.
- (5) — *Phénoménologie de l'Esprit*, trad, Hypolite, p. 35.
- (6) — *Marxisme, Existencialisme, Personnalisme*, p. 8.
- (7) — *A doença infantil do esquerdismo no comunismo*, p. 40.
- (8) — *Perspectives de l'Homme*, p. 10.
- (9) — *La Nouvelle Critique*, n.º 77.
- (10) — *Il Materialismo Storico...*, p. 21.
- (11) — *Idem*, p. 84, 87, 105 e 120.

RÉSUMÉ

AFIN DE SITUER d'abord le problème de l'intolérance l'auteur se réfère aux sophistes en lutte contre le dogmatisme philosophique et contre l'intolérance religieuse de leur époque, à Saint François d'Assise critiquant les méthodes coercitives de prosélytisme mises en pratique par l'Eglise, à Pierre Bayle enfin, préconisant la pluralité des religions et la coexistence pacifique des sectes et de l'athéisme.

L'apparition du marxisme éclaira la question de l'intolérance d'un jour nouveau: on ne pouvait nourrir l'espérance de banir à jamais l'intolérance et ses manifestations tant que ne seraient pas établies des relations sociales qui unissent les hommes au lieu de les dresser les uns contre les autres.

Autant la dialectique de Hegel avait été bornée par des considérations idéalistes (il estimait par exemple l'Etat Prussien de son temps parvenu au stade final de l'évolution politique des sociétés) autant celle de Marx était sans limite. L'auteur cite Jean Lacroix: "L'esprit marxiste est profondément inspiré par un refus radical de tout dogmatisme". Il cite aussi Lénine: "En elle-même, l'adhésion au marxisme ne protège personne des erreurs."

Pourtant, en pratique, les révolutionnaires marxistes ont manifesté un dogmatisme déprimant et une rigoureuse intolérance. Le XX^e congrès du P. C. de l'URSS le reconnaît, en exigeant que les marxistes soient conséquents et examinent objectivement l'expérience révolutionnaire soviétique afin de comprendre les raisons d'anomalies telles que celle la politique culturelle: Pourquoi cette politique a-t-elle donné d'excellents résultats dans le secteur technologique, et des résultats de beaucoup moins bons dans le

domaine des arts et de la philosophie? C'est une critique dont les écrivains marxistes contemporains comme Roger Garaudy et Lucien Goldmann, et les écrivains brésiliens de gauche, s'accordent à reconnaître le bien-fondé.

On éprouve aujourd'hui la nécessité d'un examen rigoureux des causes historiques du dogmatisme, et des méthodes arbitraires mises en pratique au nom des "intérêts supérieurs de la Révolution". Mais, comme le note l'auteur cet examen a été beaucoup plus annoncé que vraiment abordé par les écrivains marxistes. L'auteur pense que c'est une tâche qui attend plutôt les jeunes générations marxistes que la vieille garde, car pour celle-ci cela équivaudrait à taillader au bistouri sa propre chair. Les deux seuls écrivains qui depuis Lénine ont contribué d'une manière efficace au progrès du marxisme sont: Georg-Lukács et Gramsci. Pour le premier, le dogmatisme aboutit en fait à renforcer la tendance révisionniste, en assimilant l'examen critique du passé avec le révisionisme. Pour Gramsci c'est la priorité donnée aux tâches didactiques que redéga au second plan la poursuite du travail d'élaboration d'une idéologie capable d'affronter les idéologies modernes, tout en intégrant ce qu'elles pourraient offrir de valable.

Les marxistes ne peuvent méconnaître ces erreurs pour la seule raison que les penseurs bourgeois les attribuent à des "déficiences intrinsèques" du marxisme.

Dans sa conclusion l'auteur affirme que l'intolérance provient de la division de la société en classes, mais qu'il est nécessaire de la combattre, sans attendre, au sein même du parti qui prépare l'avènement de la société sans classe.

ABSTRACT

IN ORDER to pin down the question of *intolerance*, the author refers the sophists in their struggle against all forms of philosophical dogmatism and against the religious intolerance of their time; to St. Francis of Assisi who never seemed to accept the coercive methods of conversion then put into practice by the Church; and to Pierre Bayle who preached the plurality of religions and the peaceful coexistence of all sects and atheism.

With the upsurge of Marxism the question of intolerance gained a new impetus, for starting from a Marxian conception of the world no one will ever hope to do away with intolerance until new social relations are brought about, and ones which will tend to unite men rather than throw man against man.

Hegel's dialectics had idealistic limitations. It was an inconsistent dialectics. He would consider, for instance, the Prussian State of his time as the final outcome of the political evolution of society. Whereas Marx's conception establishes no limits to dialectics. The author quotes Jean Lacroix: "In his deepest inspiration, the Marxian approach is doubtless a radical negation of all dogmatism". He also quotes Lenin: "All by itself, an acceptance

of Marxism will not redeem anybody of his errors". Nevertheless, in the Marxist's revolutionary practice, it is to be found many an element of dogmatism and petty intolerance. This has been recognized by the XXth Congress of the Communist Party of the Soviet Union, and asks for an objective re-examination, on the part of all consistent Marxists, of Soviet revolutionary experience, in order to understand the roots of these contradictions. The cultural policy of the Soviet Union, for instance, has yielded excellent results on the technological field. The same cannot be said, however, of the artistic and philosophical production. Quite a few Brazilian leftist intellectuals, free from anti-Marxist prejudices, agree with this, as do some contemporary French writers like Roger Garaudy, Lucien Goldman and others.

A rigorous examination of the historical roots of dogmatism and other arbitrary practices of intolerance carried on in the name of the "superior interests of the Revolution" finds now its place and is already being announced by the critique on the part of a number of Marxian writers. The author believes that this is precisely one of the tasks of the new generations of Marxists, since such selfcriti-

cism would be just too much to expect from the elder ones, a fact that by no means precludes the need for it. Two Marxian writers are then referred to, in the opinion of the author, as the only ones who managed to bring about some really significant advances in Marxism: Georg Lukács and Antonio Gramsci. According to Lukács, dogmatism contributes to establish a confusion between a necessary work of revision and the so-called "revisionism", contributing to strengthening the latter. According to Gramsci, the priority imparted to the didactical task resulted in the delay of another task — that of the continuation of high level ideological

studies — which then became of secondary importance.

Marxians cannot go away without recognizing these hard facts of life, just because a few bourgeois ideologists attribute these symptoms to some alleged "intrinsic deficiencies" of Marxism.

The author concludes with the statement that a society divided into classes creates intolerance, whereas in a classless society intolerance may be kept down to very spurious levels. However, one should never wait for the coming of a classless society prior to starting to fight intolerance right in the movement which will bring society to such a level of development.

(A. a.)

LUIZ COSTA LIMA

Trotsky: Arte e Marxismo

MARX NÃO SÓ DEIXOU aberto o campo para a realização de uma estética marxista e de uma análise da cultura em termos de totalidade, como, ademais, sua obra apresenta textos passíveis de interpretação internamente contraditória.

Essa possibilidade de contradição interna pode ser vista a partir de duas perspectivas. Uma primeira que encare a arte quanto ao problema da alienação, uma outra que considere a arte quanto à sua função social.

A primeira foi demonstrada por Kostas Axelos, no seu recente *Marx, Penseur de la Technique*. Verifica o autor que Marx nunca esclareceu definitivamente se a alienação da arte era um fato histórico ou se era a própria arte uma das encarnações assumidas pela alienação do homem. (1)

Essa primeira ambiguidade, contudo, é apenas especulativa. Muito mais grave é a segunda, porque de ordem prática, podendo fundamentar políticas contraditórias assumidas quanto à arte em nome do marxismo. Ela torna-se clara pela comparação de textos como:

“...Na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças pro-

dutivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência... Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela. Quando se estudam essas revoluções, é preciso distinguir sempre entre as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção e que podem ser apreciadas com a exatidão própria das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência dêsse conflito e lutam para resolvê-lo” (2, págs. 301-302)

Leia-se agora o texto menos conhecido do “Apêndice”:

“Sabe-se que, na arte, certos períodos florescentes não estão de modo algum em relação com o desenvolvimento geral da sociedade, nem, por conse-

quência, com a base material, a ossatura de sua organização” (3, pág. 312).

Interpretando-se o primeiro texto isoladamente, a arte é apresentada como um reflexo ou um mero produto ideológico determinado pela infraestrutura. Ora, destacando em *O Dezoito Brumário* o que Marx entendia por ideologia:

“Sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais de existência, ergue-se toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiarmente constituídas. A classe inteira os cria e os forma sobre a base de suas condições materiais e das relações sociais correspondentes. O indivíduo isolado, que as adquire através da tradição e da educação, poderá imaginar que constituem os motivos reais e o ponto de partida de sua conduta” (4, pág. 224)

conclui-se que a obra de arte, em ser um produto ideológico (5), é o resultado da “consciência falsa”, de uma visão invertida da realidade. Ela então é um produto servil, efeito da injustiça social e da dominação de uma classe a que ela busca deleitar. Pode-se daí extrair que, a não ser desprezada, a única maneira de fazer-se a arte “recuperável” está em que ela se engaje no preparo e na anunciação do tempo novo, o tempo da redenção do homem pelo socialismo. Em suma, do referido texto termina-se logicamente justificando o dirigismo da arte, aquilo que se conhece pelo nome do “realismo socialista”.

Essa interpretação desde logo se choca com o o segundo texto citado. Na verdade, ela parecerá repugnante a quem conheça com mais penetração a subs-

tância da obra de Marx. Quando nada, ela tornaria injustificável a epígrafe de Dante na portada de *O Capital*, bem como a conhecida admiração de Marx pelo cortesão Goethe, pelo monarquista Balzac e pela arte de uma sociedade escravagista como a grega. Mas, repugnante ou não, a obra do autor permite essa ambiguidade de interpretações.

Por sua vez, a obra de Lenin torna a permitir uma confusão sobre a arte. As causas são distintas. No caso de Marx tratou-se de uma falta de tempo para uma análise detida do fenômeno artístico em particular, a que se aliou a imprecisão em que nos parece ter sido deixada a caracterização da ideologia (6).

Já em Lenin foi a necessidade de exercer uma censura rigorosa que consolidasse a vitória da revolução o que provocou de novo a ambiguidade. Comparem-se êstes dois textos:

“É necessário esforçar-se o mais possível para elevar o nível de consciência dos operários em geral; é preciso que os operários não se limitem ao quadro artificialmente restrito da “literatura para operários” e sim que aprendam a compreender e assimilar, cada vez melhor, a *literatura em geral*” (7, págs. 52-3).

“Cada artista... tem o direito de criar livremente de acôrdo com os seus ideais, independentemente de qualquer coisa. Apenas, naturalmente, nós, comunistas, não podemos ficar de mãos cruzadas e deixar que o caos se desenvolva na direção que possa. Devemos guiar êste processo de acôrdo com um plano e metodizar os seus resultados” (8, pág. 302).

Embora uma leitura atenta mostre

que o segundo texto não se opõe ao anterior, de tôda maneira, êle pode ser usado para justificar uma política de violência e de arbitrariedade sôbre a arte e a cultura, como a que se fixou na URSS, desde Stalin.

É em verdade dêstes antecedentes que a obra de Trotsky sôbre literatura cresce de importância. Trotsky estuda a aplicação do marxismo à realidade da arte mais sistemáticamente do que haviam feito Marx, Engels ou Lenin. Ademais, defrontando-se com a realidade nova da ação do Partido, que nem Marx, nem Engels poderia haver estudado, êle se detém nas relações do Partido com a realidade da arte na sociedade socialista. Por estas razões, *Literatura e Revolução* deveria estar cercada de uma contínua curiosidade. Entretanto, com a exceção da referência de Edmund Wilson em *The Triple Thinker* e Eliot em *The Function of Poetry and the Function of Criticism*, a obra passou a residir no absoluto esquecimento. O exílio de Trotsky se prolonga além da sua morte e para êle contribuem quer os marxistas ortodoxos, desconfiados porque o autor ainda não foi reabilitado, quer os simples marxistas, quer os avessos ao marxismo ou a êle indiferente. É o caso então de acrescentar ao que dissera Wright Mills: “Se algum dia o Partido vier a publicar grandes edições das obras completas de Trotsky e a discutir ampla e livremente, certamente isto será mais propício a abrir novas vias ao marxismo soviético” (9, pág. 470-1). Acrescente-se a Mills que o conhecimento da sua obra não será importante apenas para os rumos do marxismo soviético. Mais limitada e imedia-

tamente, a abordagem de *Literatura e Revolução*, tema que não interessava diretamente ao sociólogo americano, importará quer para diminuir a negação do significado do marxismo quanto à crítica de arte e de literatura, quer para a elaboração de uma estética e de uma política de arte de fato marxista.

Consideraremos os dois pontos analisando parceladamente as idéias mais ligadas a um desenvolvimento teórico (estético) e, daí, as posições práticas assumidas quanto a uma política da arte.

Iniciemos aquela primeira parte nos perguntando: o que o marxismo tem representado para a crítica literária? Vejamos o testemunho de dois críticos atuais. O primeiro, René Welleck o fulmina com uma negativa absoluta:

“Os críticos marxistas não só estudam estas relações entre literatura e sociedade, mas também têm seus conceitos claramente definidos de como estas relações deveriam ser, quer na nossa sociedade presente, quer na futura sociedade “sem classes”. Êles praticam uma crítica valorativa, “judicial”, baseada em critérios políticos, não literários e éticos” (10, pág. 89-90).

Já o testemunho de E. E. Hyman é superior porque não preconceituoso:

“Aos marxistas posteriores, contudo, com a exceção de umas poucas figuras isoladas como Caudwell, têm faltado a elasticidade e o escrúpulo de Marx e de Engels, assim como o seu brilho e conhecimento, de modo que o marxismo na prática dificilmente tem realizado a sua reivindicação de um sistema integrador” (11, pág. 289).

Apesar de uma grande diferença, basicamente o juízo dos dois críticos con-

corda em que o marxismo não tem se revelado um instrumento de primeira ordem na análise da cultura. A carga de Welleck, entretanto, se justificaria apenas por uma hostilidade ao marxismo? Se lemos tôda a sua *Theory of Literature* verificamos que o seu julgamento se baseia nas obras da atual crítica soviética. Trotsky lhe é uma figura completamente ignorada. O seu expatriamento em 1929 não justifica a omissão, quer porque a obra fôra terminada antes, em 1924, quer pelo fato de que o autor nunca renegou o marxismo. Na verdade, o tipo de julgamento de Welleck tem como condição necessária a ignorância da obra de Trotsky.

Não queremos agora colocar a realidade em uma camisa de força e explicar a incapacidade de o marxismo se desenvolver em um sistema ingrato também para a crítica literária ainda por efeito do ostracismo intelectual de Trotsky. A realidade não é tão simples nas suas peças. Antes haveremos de recorrer à rigidez em que se converteu o pensamento marxista após o extermínio da oposição por Stalin. A objetividade científica passou a ser tida como uma forma de academismo. O julgamento se limitava à função de declarar se tal fenômeno era contra ou a favor do lado marxista. Dentro dessa perspectiva geral de dogmatismo e enrigecimento foi sufocada a obra de Trotsky. Ela passou então a não parecer “representativa” do marxismo, quer para os membros dos PC, quer, muito menos, para os indiferentes ou contrários. Neste sentido então é que o seu desconhecimento também foi substancial para a desorientação, a ignorância ou

quando nada pelas terríveis lacunas com que têm se apresentado às interpretações marxistas da arte e da cultura.

A êste ponto cabe perguntar gravemente o que há de tão importante em *Literatura e Revolução* que o seu esquecimento provocou ou está ligado a tantas deficiências? Partamos então para a sua análise, com o cuidado de tampouco supervalorizá-la.

A obra mencionada é importante não mesmo pela formulação que consiga de uma estética marxista. Isso demandaria mais reflexão que a de que dispunha o autor. Se ela é imprescindível é pelo que mostra no que não poderia consistir uma estética marxista! A sua recusa de confundir a arte com a política, um govêrno proletário com a hostilidade a todo o legado da burguesia, a sua compreensão das relações internas entre forma e conteúdo, sôbre o papel da tradição são feitas no momento em que Trotsky está no poder. Não depois de sua derrota e exílio. Em matéria de arte, êle sempre foi coerente, um “racionalista” no sentido em que M. Ponty criticou as suas idéias políticas escritas após a sua derrota (12). Ou seja, nunca transigiu ou justificou a violência contra artistas “contra-revolucionários”, a propaganda pela arte, o seu servilismo. Na verdade, isso tudo parece hoje muito fantástico. Já ouvi mesmo recusas catedráticas: “nunca ouvi dizer que Trotsky tivesse essa idéia”. Mais uma razão para a análise interna da *Literatura e Revolução*.

Questões de um Estética Marxista

Vejamos inicialmente como Trotsky entendia qual podia ser a função do

marxismo na compreensão profunda da obra de arte:

“Uma obra de arte deve, em primeiro lugar ser julgada pela sua própria lei, isto é, pela lei da arte. Mas só o marxismo pode explicar por que e como uma dada tendência na arte tem-se originado em um dado período da história; em outras palavras, que foi que provocou uma demanda por tal forma artística e não por outra e por que” (13, pág. 178).

Pois Trotsky, numa antecipação que até agora não ressoa na maioria dos críticos, percebia que faltava dar uma amarração concreta às interpretações da arte e da literatura. Trotsky deve ter tomado conhecimento do grande desenvolvimento que no tempo se operava na estética e na crítica de arte alemã. É de supor então que êle percebia que a maior contribuição do marxismo ao amadurecimento daquelas pesquisas estava em fornecer um instrumental capaz de romper com a idéia romântica central àqueles alemães: a idéia da vida autônoma da forma artística.

“A essência social de um poeta pode ser encontrada mesmo se está diluída na forma mais sutil. E não compreender esta essência, deixa o crítico de arte e a história de arte flutuando no ar”. (13, pág. 61).

Para efetuar esta amarração ao concreto tornava-se fundamental a aplicação do conceito de classe social:

‘As condições sociais na sociedade humana histórica são, antes de tudo, as condições de filiação de classe. Isto é por que um modelo de classe é tão frutífero em todos os campos da ideologia, incluindo a arte, e especialmente na arte, porque ela freqüentemente expres-

sa as mais profundas e ocultas aspirações sociais” (13, pág. 60).

Na mesma passagem, porém, Trotsky mostra como o elemento referido não basta para evitar equívocos:

“A base social não é sempre tão transparente e irrefutável. Mas isso é somente porque, como já tem sido dito, a maioria dos poetas está ligada às classes exploradoras que, por efeito da sua natureza de exploradoras, não falam sobre si mesmas do mesmo modo como pensam, nem pensam sobre si do mesmo modo como são” (13, pág. 61).

Aquêle “somente porque” simplifica a realidade, por igualar totalmente os dois termos: o poeta e o explorador. A base social da arte não é tão transparente pela sua *autonomia relativa* face ao condicionamento econômico. Embora Trotsky não houvesse chegado a esta precisa conclusão, ela, no entanto, não é estranha a outras observações suas paralelas. Por que então não há sentido, como é uma das afirmações, em se opor a cultura proletária à cultura burguesa? Como discutiremos depois, se a cultura proletária pode e deve absorver a tradição da cultura burguesa, transformando-a radicalmente, é porque a cultura não é um mero “espelho” da condição de classe. É porque ela é relativamente autônoma. Sem insistir na crítica, a dificuldade em localizar a base social da arte está em que na sua feitura intervém a tradição, isto é, a soma de recursos formais que oferece condições para *orientar* a captação da realidade. A tradição oferece um *modelo de seleção da realidade* e êsse não se confunde com o espírito de classe determinada. Trotsky notou bem que o elemento de classe é básico para

a clarificação da obra de arte. Êle sozinho, entretanto, não pode se dar conta do outro vetor de igual importância: o vetor da tradição, atuante no tempo específico que se pesquisa. Se a consciência de classe dá uma posição histórica marcada à obra, a soma de conhecimentos formais advindos de outras gerações, de artistas de outras classes e de épocas bem distintas dificulta essa localização.

Dentro desta reflexão sobre os limites propostos por Trotsky para a aplicação do marxismo à arte analisemos um último texto:

“O método marxista nos concede uma oportunidade de estimar o desenvolvimento da nova arte, traçar tôdas as suas origens, ajudar as tendências mais progressistas por uma iluminação crítica do caminho, porém não faz mais do que isso. A arte deve encontrar o seu próprio caminho e por seus próprios meios. Os métodos marxistas não são idênticos aos artísticos” (13, pág. 218).

Não se discute do acêrto das duas afirmações finais. A maior parte da citação, porém, merece uma reflexão. Posta em conjunto com os textos que temos até agora referido e analisado, essas passagens em comum expressam em que limites o marxismo pode ser útil para a interpretação artística. Serão justos êstes limites? Para o autor, o papel do marxismo seria o de delimitar as raízes sociais da arte. Êle teria então um papel decisivamente sociológico. Esclarecido o elemento de classe, descoberta a intenção socialmente condicionada do artista, terminaria a contribuição do marxismo. A partir daí o crítico teria de se defrontar com “a lei interna da arte”, que não pode

ser julgada por nenhum critério externo anterior. A contribuição do marxismo estaria, portanto, em oferecer condições para uma interpretação mais eficaz das causas que provocam a manutenção e a mudança de um estilo:

“Uma nova forma artística, tomada em uma larga perspectiva histórica, nasce em resposta de novas necessidades... Se não houvesse mudança na psicologia produzida por mudanças no meio social não haveria movimento na arte; as gentes continuariam de geração a geração satisfeitas com a poesia da Bíblia ou com a dos velhos gregos (13, pág. 167).

Para julgarmos o ponto de vista de Trotsky haveremos de levar em consideração três fatores: a) o fato de que na época em que escrevia, Trotsky não encontrava nenhuma aplicação séria do marxismo à realidade da arte. Havia Plekhánov, entretanto nem sempre liberto do mal-estar do dogmatismo, b) aliado a essa carência, o crescimento do papel da liderança do Partido, que tendia a ditar uma política da cultura, c) o fato de que, de um ponto de vista geral, tôda a estética é por si mesma limitada.

Vejamos como êstes três fatores interferem positiva e negativamente no pensamento do autor.

O primeiro interferia sobre a formulação de Trotsky no sentido de obstruir a percepção de tôda a fecundidade a que podia o marxismo conduzir. Por outro lado, vendo as aplicações grossuras que se ensaiavam, Trotsky foi levado a realçar que a validade do marxismo quanto à arte se restringia a um trabalho de esclarecimento externo. Hoje em dia, após as análises dos mais brilhantes crí-

ticos e pensadores marxistas europeus, Lukács, Gramsci, W. Benjamin, Cr. Caudwell, Goldmann, Hauser e E. Fisher, é lícito reconhecermos que o marxismo pode ir além daqueles limites. Que êle pode ser um instrumento mais sensível para descobrir o quanto o condicionamento social e a tradição existente se combinam para pressionar sobre "a lei interna" da obra. Só a um marxista rígido deixa de haver sentido em analisar o que na obra considerada há de jôgo dialético entre o papel do talento criador e a pressão do exterior (posição de classe, caráter dos canais de comunicação, caráter e qualidade da tradição encontrada). A importância do marxismo para a crítica de arte está em que pode oferecer um instrumento mais sensível de averiguar até que ponto o talento individual rompeu e até que ponto sofreu a pressão da sua posição histórica. Assim um "approach" marxista pode mais do que traçar as origens sociais de uma obra. Contudo Trotsky tinha razão em perceber que em algum momento o método marxista se mostra ineficaz. Essa ineficácia não é específica a êle. Antes caracteriza tôda a estética. Tôda a estética é limitada e deve se saber como tal. A sua função é a de se aproximar o mais possível de uma clarificação da "lei interna" da obra de arte. Tinha razão Trotsky em falar em "lei interna". O que uma estética pode fornecer é um modelo de análise ao investigador, nunca um instrumental que julgasse prèvia e inflexivelmente da qualidade de uma obra. Isso decorre da própria natureza da linguagem artística. Como é sabido, enquanto a linguagem da ciência é de tipo abstrato-generalizante, a da arte é de

tipo concreto-individualizante. Daí resulta a impossibilidade de se formularem leis gerais para a arte. A tarefa do esteta está em oferecer modêlos de análise que não serão antecipadamente modelos de distinção valorativa. A composição social sempre determinou uma tendência a considerar em uma época tais gêneros como mais elevados do que outros. No caso específico do momento que Trotsky enfrentava essa tendência assumia um caráter mais extremo. Realizada a primeira revolução socialista, imposta a necessidade de uma direção forte e de uma atuação progressivamente mais ampla do Partido, crescia paralelamente o perigo de uma oficialização dos temas e dos grupos *em nome* do marxismo. É contra esta tendência, depois triunfante, que Trotsky ressaltava os limites de aplicação do sistema. Êle não se apercebe que êsse limites podiam ser cientificamente mais amplos. Trotsky, entretanto, restringia para não errar. Por isso dizíamos que a sua grandeza está menos na constituição de uma estética marxista do que na verificação de por onde ela podia se realizar.

Do que acima comentamos depreende-se que em *Literatura e Revolução* dois temas básicos são colocados: a busca de determinação de critérios para uma aproximação crítica da obra e a caracterização de posições práticas ligadas a uma política da arte.

A Tentativa de Compreensão Interna da Obra

Na análise dos autores e movimentos surgidos após a Revolução, Trotsky valoriza o papel da tradição, do legado dos autores do passado. Essa será das

percepções mais agudas do autor contra uma aplicação grosseira do marxismo. Seguidamente êle ressalta que uma fase cultural não surge do nada. Assim, se referindo à “Fraternidade Serapião”:

“Êles absorvem as realizações literárias e técnicas das escolas pré-revolucionárias sem o que não podia haver movimento para diante” (13, pág. 177).

Essa absorção é ressaltada por Trotsky como fundamental porquanto:

“Uma nova classe não cria tôda a cultura desde o começo, mas entra em posse do passado... e sôbre êle constrói adiante” (13, idem).

“Seria infantil pensar que cada classe possa inteira e totalmente criar a sua arte de si mesma e, particularmente, que o proletariado seja capaz de criar uma nova arte por meio de guildas ou de círculos fechados de arte ou pela Organização para a Cultura Proletária, etc. Geralmente falando, o trabalho artístico do homem é contínuo. Cada nova classe se coloca sôbre os ombros da precedente. Mas essa continuidade é dialética, isto é, ela se encontra a si mesma através de repulsões internas e de quebras” (13, pág. 179).

Por outra perspectiva podemos melhor compreender o que essas idéias significam contra um marxismo grosseiro. Elas implicitamente afirmam que o conceito de luta de classe não pode ser extrapolado para uma análise da cultura, sob o risco de que nada mais seja entendido. Embora isso possa parecer demasiado óbvio, entretanto às vêzes, mesmo as afirmações óbvias fazem falta. No Brasil, por exemplo, elas seriam necessitadas por muita gente.

Se Trotsky valoriza a tradição cultural não é apenas por uma espécie de

oportunismo: como o de quem dissesse temos de aprender o que antes fizeram pois sòzinhos não iremos longe. A ênfase com que êle destaca o papel da tradição tem uma razão mais séria. É que na arte a forma é imprescindível:

“O materialismo não nega o significado do elemento da forma, nem na lógica, nem na jurisprudência, nem na arte. Assim como um sistema de jurisprudência pode e deve ser julgado pela sua consistência e a sua lógica interna, assim a arte pode e deve ser julgada do ponto de vista das suas realizações na forma, pois não existe arte sem essas realizações” (13, pág. 179).

Ora, Trotsky valoriza a forma porque sabe que não podia pensar em uma arte nova, que significasse a realização estética da Revolução de outubro, sem que ela fôsse modelada em uma forma nova. As formas não surgem arbitrariamente. E a utilidade do marxismo imediatamente se mostra na percepção das suas causas materiais.

Dêstes postulados decorre o interesse com que o autor se volta para o futurismo russo. Êle não se choca com que a matriz do movimento, na Itália, tivesse se confundido com o fascismo. Trotsky medita sôbre as diferenças de rumo das duas vertentes, encontrando natural tanto a identificação com o fascismo, no primeiro caso, quanto a integração com a revolução proletária no caso russo. Daí parte a atenção crítica que dedica a Maiacovski e seus companheiros. Ela contrasta com a dureza, embora nem por isso deixe de ser polido, com que se refere a grupos como o dos escritores proletários da Kusnitsa e o neo-clássico: “Se o futurismo foi atraído pelo dinamis-

mo caótico da Revolução, procurou exprimir-se no dinamismo caótico das palavras, o neo-classicismo exprimou a necessidade de paz, de formas estáveis e de pontuação correta. Na linguagem do grupo "Fronteiras Mutáveis" isso poderia se chamado de "conservadorismo revolucionário" (13, pág. 113).

Entretanto essa ainda seria uma mera análise sociológica. A sua percepção é mais intensa e o faz compreender que uma nova forma estética representa, essencialmente, a luta contra um vocabulário estagnado, o qual, por sua vez, se prende a uma sociedade estável e concentrada na sua iniquidade: "A luta contra o vocabulário e a sintaxe velhos da poesia, a despeito de tôdas as suas extravagâncias boêmias (refere-se ao futurismo), foi uma revolta progressista contra um vocabulário que era apertado e selecionado artificialmente com a pretensão de não ser perturbado por nada estranho..." (13, pág. 142). E no mesmo ensaio ainda: "É verdade que novas palavras e novas combinações de palavras, novos ritmos e novas rimas foram necessárias porque o futurismo, em seu sentimento do mundo, redispôs fatos e acontecimentos e estabeleceu, isto é, descobriu por si mesmo novas relações entre êles" (13, pág. 145).

Com base nesta interpretação se poderia retrucar que, se o artista por si só consegue ultrapassar as contradições da sociedade estagnante qual a necessidade de uma análise mais que formal da sua obra? Essa bastaria para mostrar a vitória do criador contra a alienação do meio. Trotsky afasta a objeção. Os seus argumentos parecem roçar pelo patente. No caso do futurismo, mal-

grado a sua decisiva importância, êle mantém a marca da boêmia artística de que se nutria, com o que se manteve incapaz de uma expressão mais aguda da Revolução. O futurismo, observa Trotsky na mais profunda das suas observações, se manteve a meio caminho, antecipando um dilema que hoje cerca a tôda a poesia de vanguarda estética e revolucionária: "O sentido de medida na arte é o mesmo que ter o sentido de realismo na política. A falta principal da nossa poesia futurista, mesmo nos seus melhores exemplos, resulta da ausência de um sentido de medida; ela perdeu a medida do salão e ainda não encontrou a medida da rua" (13, pág. 151).

Mas então, em face desta "ausência de um sentido de medida", por que o revolucionário russo não se inclinava pelos movimentos e autores que tivessem adquirido o nível de compreensão das praças e das ruas?

"Naturalmente a enorme maioria da classe trabalhadora de hoje não está interessada nestas questões. A maior parte da vanguarda da classe trabalhadora está muito ocupada para tratá-las, ela tem tarefas mais urgentes. Mas o amanhã também conta. Êsse amanhã demandará uma atitude mais atenta e acurada, muito maior maestria e uma atitude mais artística diante da linguagem, como o instrumento fundamental da cultura não apenas em tórno da linguagem do verso, mas também da linguagem da prosa, e especialmente da prosa" (13, pág. 144).

Porque a sua posição não era de índole pragmatista. Trotsky negava-se a colocar a cultura a serviço do poder, ainda quando êle mesmo fôsse dêste poder, pois a oficialização de uma das di-

regões da cultura significava o estrangulamento da sua realização no regime nôvo. A revolução, como Trotsky a entendia, não se cumpria apenas pela sua dimensão política e econômica. Ora, êsse leque de dimensões a serem realizadas, não podiam se cumprir simultaneamente. A respeito da cultura sabia Trotsky que haveria de ser lento o seu amadurecimento. Então, se lhe era impossível prever tôdas as condições necessárias, uma pelo menos aparecia como fundamental: conseguir a ascensão também cultural do proletariado. Mas para que ascensão? Simplesmente para que o povo russo se capacitasse a ler Pushkin e Lermontov? Essa ainda seria uma recepção passiva da cultura. Tampouco seria bastante fazer dos clássicos um paradigma sôbre o qual se aprendesse a introjetar a nova visão do mundo:

“A classe trabalhadora não tem de e não pode quebrar com a tradição literária porque a classe trabalhadora não está na posse de tal tradição. A classe trabalhadora não conhece a velha literatura, ela tem ainda de se comunicar com ela, ela tem de se assenhorear de Pushkin, absorvê-lo e assim ultrapassá-lo” (13, pág. 130).

Pois, conforme referimos atrás, Trotsky, em antecipação a Maiacovski, compreendia que uma arte nova implicava em uma nova forma.

Todo o roteiro de Trotsky, então, tinha uma intenção direta: como promover a formulação da arte pós-revolucionária, partindo de que ela não deveria ser uma expressão de segunda classe ou simplesmente conformada aos modêlos conhecidos, e levar o povo até ela. Isso faz com que Trotsky se preocu-

passem com duas questões imediatas: qual o papel do Partido na formulação da arte e qual a função das organizações para a cultura proletária.

O Papel do Partido

A idéia de Trotsky é bastante clara e coerente com os postulados teóricos que desenvolvera:

“O Partido não tem e não pode ter decisões pré-fabricadas sôbre versificação, sôbre a evolução do teatro, sôbre a renovação da linguagem literária, sôbre o estilo da arquitetura, etc, do mesmo modo como em outro campo o Partido não tem e não pode ter decisões pré-fabricadas sôbre o melhor tipo de fertilização, sôbre a mais correta organização do transporte, sôbre as mais perfeitas armas de fogo” (13, pág. 139).

“O Partido conduz o proletariado mas não os processos históricos da história. Há domínios em que o Partido dirige, direta e imperativamente. Há domínios em que êle sômente coopera. Há finalmente, domínios em que êle se orienta a si mesmo. O domínio da arte não é da espécie que o Partido seja chamado a comandar” (13, pág. 218).

Refletindo-se sôbre as palavras do autor, podemos entender que êle percebia o risco de se converter uma organização político-partidária no supremo árbitro de tôdas as questões importantes da nova sociedade. Êsse risco supremo crescia pela própria revelação marxista do conteúdo de classe que é expresso pela obra individual. Porquanto dêste conhecimento poderia se derivar o emprêgo da arte a serviço das organizações no poder, que tinham, ademais, em sua defesa a alegação de que

a arte seria controlada para que melhor se pusesse a serviço das massas exploradas ou recém-libertadas. Daí não só o esforço por conservar o Partido longe das disputas literárias, quanto a recusa em reconhecer quaisquer dos grupos literários atuantes como o exemplar. Aquela ingerência ou esta oficialização deformariam a necessária expressão artística da revolução.

Função das Organizações Proletárias

A vitória de outubro implicava em uma completa reviravolta nas relações do homem com o mundo. Com isso era então imediatamente afetada a realidade da cultura e o aspecto da sua comunicação.

A partir do aparecimento de uma sociedade socialista se caracterizava uma cultura artística de extração burguesa, a dos clássicos europeus e russos, ao mesmo tempo que fermentava uma literatura originada do proletariado (o grupo da Kusnitsa, as fôlhas volantes das fábricas, etc).

Trotsky se indagava qual a posição correta de um marxista diante do fato. Em primeiro lugar, êle compreende a infantilidade de se extrapolarem termos ligados a uma análise política e econômica da sociedade para uma consideração da arte. Assim, do conceito de luta de classes chegar-se a estabelecer uma oposição valorativa entre cultura burguesa e cultura proletária há um salto e um absurdo. Incisivamente Trotsky declara a inanidade da oposição e mais, acrescenta a inexistência atual ou futura da cultura proletária:

“É fundamentalmente incorreto contrastar cultura e arte burguesa de cul-

tura e arte proletária. A última nunca existirá, porque o regime proletário é temporário e transitório. A significação histórica e a grandeza moral da revolução proletária consiste em que ela está lançando os fundamentos de uma cultura que está acima de classes e que será a primeira cultura verdadeiramente humana” (13, pág. 14).

Com esta afirmação Trotsky não deixaria de despertar rancores. Ao grupo dos escritores proletários não soariam “progressistas”, nem agradáveis êste outro texto:

“Cultura proletária”, “arte proletária”, etc., em três entre dez casos é usado acriticamente para designar a cultura e a arte da sociedade comunista vindoura, em dois casos entre dez para designar o fato que grupos especiais do proletariado estão adquirindo elementos separados de cultura pré-proletária e, finalmente, em cinco entre dez casos ela representa uma mistura de conceitos e palavras das quais não se pode compreender nem o pé nem a cabeça” (13, pág. 195). Trotsky não confraternizava com simplismos e se revoltava que, sob pretexto de populismo, se pretendesse a diluição da qualidade da arte:

“A arte proletária não deve ser uma arte de segunda classe” (13, pág. 205).

O trabalho a que se propõe Trotsky toma por lema a recusa do mais fácil que ao mesmo tempo implique no falso. Era mais fácil opor a cultura passada à pós-revolucionária. Trotsky nega-se a fazê-lo. É o seu respeito mesmo pelo povo que, aliado à sua lucidez, lhe faz perceber com clareza que um nôvo período cultural não se desenvolve sem o intenso e demorado senhorio das técni-

cas formais. Sem a reformulação e o desenvolvimento de uma tradição. Por isso sabia êle:

“Nossa época ainda não é uma época de nova cultura, mas somente de ingresso a ela” (13, pág. 191).

Como decorrência daquele ponto de vista, chegava o autor a um segundo ponto-chave. O trabalho presente das organizações para a cultura proletária será a de possibilitar ao proletário condições de acesso a um acêrvo que lhe estivera proibido.

“...A importância de tais organizações como a Proletcult (Organização para a Cultura Proletária) não pode ser medida pela rapidez com que elas criem uma nova literatura, mas na medida em que elas elevem o nível literário das classes trabalhadoras, a começar pelos strata mais altos” (13, pág. 205).

Fazer uma arte ao nível atual das massas, diz êle, é “populismo reacionário, um pouco falsificado para se ajustar a uma ideologia “proletária” (13, pág. 25).

Não se confundam as obras bem intencionadas porém grosseiras que surgem após a revolução com os monumentos esperados da arte da nova época. Êles são importantes como documentos:

“Os poemas fracos e incolores e mesmo os poemas dos analfabetos podem refletir a trilha do crescimento político de um poeta e de uma classe e podem ter um incomensurável significado como um sintoma de cultura. Porém os poemas fracos e, o que é mais, os poemas dos iletrados não constituem poesia proletária porque não constroem poesia nenhuma” (13, pág. 202).

Em resumo, portanto, as idéias de *Literatura e Revolução* levam ao desenvolvimento de postulados gerais referentes à aplicação do marxismo à crítica literária e de arte, do qual decorrem posições práticas concernentes à realização da arte pós-revolucionária. Essas posições práticas podem ser assim sintetizadas: a) É necessário auxiliar a formulação de uma nova visão do mundo que expresse o homem de um tempo nôvo. Para tanto o Partido tem um papel a desempenhar: o de cooperar, orientando-se a si mesmo a partir do trabalho realizado dos artistas. Orientando-se a si mesmo e não se comportando como se fôsse uma agência de princípios estéticos. Oficializar uma das tendências artísticas em ação significaria burocratizar um processo que teria de encontrar por si próprio o seu caminho específico; b) Do mesmo modo que a revolução proletária não triunfaria senão ao desenvolver e expandir as conquistas técnicas do mundo moderno, seria um absurdo pretender realizar-se poesia revolucionária com formas, sentimentos e palavras ajustadas à época da lamparina e do lampião de gás.

A cristalização das formas dilui a arte e a transforma em um meio de encobrir a realidade. Assim, uma postura que valoriza formas cristalizadas é uma postura claramente reacionária. Pensava Trotsky que só em uma sociedade socialista uma visão integralizada da arte seria possível. Os acontecimentos posteriores mostrariam que também um regime socialista pode-se converter em um anteparo para os que temem essa nova visão.

c) Se, entretanto, o Partido não devia se apropriar da arte como um instrumento e, se a grande massa não tinha condições quer de se apropriar imediatamente do legado antigo, quer, muito menos, das formas avançadas que se desenvolvessem, um problema prático se punha: como assegurar a necessária circulação da arte entre o povo? Para

isso é que deveriam atuar as organizações para a cultura proletária.

Hoje em dia, com freqüência, e às vezes com razão, o marxismo vem sendo confundido com sectarismo ou estupidéz. A ausência da obra de Trotsky, a exemplo de *Literatura e Revolução*, na bibliografia dos estudiosos é indispensável para aquela identificação.

NOTAS E REFERÊNCIAS

(1) *Marx, Penseur de la Technique*, especialmente o capítulo "L'Art et Poésie", págs. 160-178 do livro V, "L'Aliénation Ideologique". Editions de Minuit, 1963.

(2) "Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política", in *Obras Escolhidas*, volume 1 Editora Vitória, 2a. edição, 1961.

(3) Apêndice à "Contribuição à Crítica da Economia Política", Editions Costes, Paris.

(4) In *Obras Escolhidas*, volume 1, obra cit.

(5) Engels apresenta no *Anti-Dühring* uma formulação mais clara de ideologia: "O pensamento tem como único conteúdo o mundo e as leis do pensamento.

Os resultados gerais do estudo do mundo advém no fim deste estudo; eles não são *princípios*, pontos de partida, mas *resultados*, conclusões. Construí-los em sua cabeça, partir deles como base e em seguida servir-se deles para reconstruir o mundo em sua cabeça, isto é a ideologia". In *Études Philosophiques*, Editions Sociales, Paris, 1961, pág. 74.

(6) Se a ideologia é o resultado dos conflitos de interesse das classes, que assumem então uma consciência parcial da realidade, de "boa fé" desprezando aqueles elementos que se chocam com os seus interesses classistas, isso não significa, contudo, que, por todo material ideológico, se apresente uma visão distorcida da realidade. A ideologia representa, sem dúvida, uma perda de objetividade. Mas esse é o peso que o homem paga em ser histórico. Em termos de L. Goldmann, a ideologia é a "idéia da

perspectiva parcial inevitável" (Le Dieu Caché, Gallimard, Paris, 1956, pág. 273). As ideologias são então inevitáveis e impossível que sejam totalmente anuladas. Entretanto, se não pode haver uma libertação absoluta do ideológico, pode-se conseguir uma diminuição da arbitrariedade subjetiva distorcedora do real. Ou seja, não é nem inútil nem plenamente vitorioso o esforço humano de romper com as dificuldades de penetrar no real.

Esse aprofundamento rompe com a possibilidade de uma interpretação contraditória da função da arte, segundo Marx. A arte é uma forma ideológica. Mas a ideologia não se confunde obrigatoriamente com a "consciência falsa".

(7) Citado por Leandro Konder in "Alguns Problemas do Realismo Socialista", revista *Estudos Sociais*, 17, junho de 1963, págs. 52-3.

(8) Cit. por Raymond Williams, in *Culture and Society*, cap. "Marxism and Culture", pág. 294. A Doubleday Anchor Book, New York, 1960.

(9) Wright Mills, *The Marxists*, a Laurel Edition, New York, 1962.

(10) *Theory of Literature*, Harcourt, Brace and Company, New York, 1949.

(11) *The Armed Vision*, A Vintage Book, New York, 1961.

(12) *Humanisme et Terreur*, cap. "Le Rationalisme de Trotsky", Gallimard.

(13) *Literature and Revolution*, tradução ao inglês de Rose Strunsky, Ann Arbor Paperbacks, The University of Michigan Press, 1960.

RÉSUMÉ

L'AUTEUR analyse l'importance de l'oeuvre de Trotsky (Littérature et Révolution) pour la méditation actuelle sur la la signification du marxisme. Il distingue dans l'oeuvre analysée les postulats d'ordre général, et les positions pratiques qui en découlent.

Il considère comme des postulats généraux: l'importance donnée à la notion de classe dans l'étude de la situation sociale dont l'oeuvre d'art 'est 'un reflet', les relations établies entre la situation des classes et la culture qu'elle engendre, la nécessité d'une nouvelle forme d'art correspondant à la nouvelle vision du monde.

Il analyse ensuite la position du Parti en face de l'art, en relevant que Trotsky déniait au parti la mission de fixer à l'art une "ligne" rigide, et le problème des organisations pour la culture du peuple. Le rôle de ces organisations devrait être de fournir des conditions pour l'élévation culturelle du prolétariat afin que, après avoir absorbé le legs culturel des auteurs classique, il puisse parvenir à cette formulation nouvelle nécessitée par l'ère socialiste.

Pour l'auteur, ces idées de Trotsky sont devenues fondamentales parce qu'elles éliminent cette ambiguïté qu'il perçoit dans les écrits de Marx,

Engels et Lénine sur l'art et la littérature. D'où l'intérêt de cette étude, soit pour le développement, aujourd'hui entamé, de l'esthétique marxiste, soit pour montrer les déformations du marxisme appliqué à l'art et à la littérature, depuis Staline jusqu'à nos jours avec Krouchtchev.

ABSTRACT

THE IMPORTANCE of Trotsky's work (cf. *Literature and Revolution*) for an understanding of the meaning of Marxism in literary criticism is analysed by the author. To this end he draws a distinction between some general postulates, which contribute to clarify a number of aspects of the work of art from a Marxist viewpoint, and their corresponding practical results.

As regards these postulates, the author takes into consideration the importance of the class element in the investigation of what the work of art might represent as a response to real life situations; the relations between class status and its cultural production; the limitations inherent to an application of Marxism to the understanding of Art and finally the relations between a new conception of the world and the need for a corresponding new concept of form.

As regards some of the practical results of those postulates, the author moves into an analysis of the position held by the Soviet Communist Party before the problem of Art, pointing to Trotsky's attitude of negation as to the fitness of an Art policy that would obey the Party's directives. The

question of all sorts of popular organizations (as the Proletcult) as a means to some form of proletarian culture then follows as a consequence. The rôle to be played by these organizations should then be that of supplying the proper conditions for the raising of the cultural standards of the proletariat, so that, after absorbing the heritage of the Classics, it could also move onto the new formulation that is made necessary by the new socialist order.

The author's analyses of Trotsky's ideas is evolved against a background of whatever Marx, Engels and Lenin wrote about Art and Literature. He believes that these ideas represent a development of Marxism, and a truly fundamental one since it has the added merit of eliminating the ambiguities found in quite a few texts by those other 'classics' of Marxism. It is precisely this the main reason for considering them here, once they may contribute to the present-day evolution of Marxist aesthetics as well as to show some of the deformities of modern applications of Marxism to Art and Literature ever since Stalin up to Krouchtchev.

GADIEL PERRUCCI

Realidade e Protestantismo no Brasil

— *A Gastão de Holanda* .

É BEM CONHECIDO o conselho de Ortega y Gasset, quando dizia que, de todas as obras de caridade, a mais adequada ao nosso século seria a não publicação de livros supérfluos. Ensaios supérfluos, também, acrescentaríamos. Teorizar e discutir sôbre o óbvio. Para que as palavras não se tornem pedras de tropêço, nem as muitas letras, como foi dito de São Paulo, nos confundam e, o que é mais importante, não confundam o próximo.

Não sei, entretanto, de oportunidade mais legítima do que a atual para que se deixem os jovens pensar, e que dêsse refletir se origine a ação que possa revitalizar a cultura brasileira contemporânea e sugerir novas perspectivas para o desenvolvimento nacional, válidas dentro de nosso tempo e abertas às naturais transformações da sociedade, características dêste século. Vale dizer que a juventude é sempre renovadora, revolucionária, no sentido em que pressente melhor as necessidades e a evolução da sociedade em que vive. Melhor ainda, a juventude vive a revolução, determinando-a de acôrdo com a sua formação ideológica.

Dos jovens, portanto, é que vem o despudor do processo revolucionário;

porque, precisamente, é a juventude a parcela do povo ainda não contaminada e viciada pelo retrógrado, pela senilidade social. Mas, do espírito jo vem, também se espera o exercício da verdade e da lealdade em seu depoimento. E de uma fase de reflexão ingênua, e por isso mesmo prepotente e vaidosa, êle adquira uma consciência clara da realidade, por isso mesmo combatente e corajosa, que se concretize numa visão humilde mas confiante no destino do homem e da sociedade. Do homem, enquanto existe objetivamente, vale dizer, do homem terreno, obrigado a satisfazer necessidades biológicas e culturais, quaisquer que sejam suas crenças extraterrenas. Do homem brasileiro, dentro de uma realidade brasileira injusta, desumana e humilhante que, apesar disso, ainda nos é pregada e imposta por muitos que teriam a missão da denúncia.

Não se pode conhecer o Brasil de hoje sem que se faça um mínimo de reflexão histórico-cultural sôbre o seu passado, dentro de um contexto ocidental. Impossível conhecer bem o Brasil, sem se olhar para as transformações político-econômico-sociais que ocorreram nos últimos cem anos de his-

tória mundial. Quer dizer, não há conhecimento útil de nossa realidade sem se analisar pelo menos dois fatos externos à nação, ou seja, a americanização, hoje, em declínio, que tomou conta do Ocidente e o fenômeno socialista que se avoluma no mundo oriental e progride, inclusive, em áreas ocidentais. Êsses fatos externos tornaram-se, por catarse, fonte de nossas mais cotidianas discussões, influenciando, agora, decisivamente, em quase tôdas as nossas atitudes públicas ou privadas. Clima social nôvo que lança o Brasil como participante da vida mundial e que o torna consciente como nação e povo e que não surgiu, contudo, apenas, pela imposição externa da própria temática internacional. Também por causas internas que vêm amadurecendo desde os tempos coloniais, anunciadas angustiosamente por um ou por outro brasileiro, mas que somente depois da revolução de 1930 têm aflorado como problema nacional, isto é, estão sendo assimiladas pelo povo que as impõe e as discute.

Assim, o desenvolvimento econômico-social, como problema brasileiro, não pode fugir a uma polarização ideológica que se realiza em plano internacional. Quer exista a vocação nacional para a conciliação ou o meio-térmo, quer isto não passe de uma ilusão, a verdade é que a solução ou o suicídio dependerá da adesão a uma das posições ideológicas do desenvolvimento, a socialista ou a capitalista.

As transformações sociais são feitas, no entanto, mais de acôrdo com as características íntimas da alma nacional, vale dizer, com a vocação popular, do que mesmo com a imposição de um

sistema econômico-social de cima para baixo. Quando promovidas pelo povo elas são lentas mas irreversíveis. Assim, é necessário consultar o povo, para se ter um diagnóstico seguro da transformação que se acredita estar vivendo. Mas, falar em vocações populares, talvez, seja ainda, se o exame fôr rápido e superficial, falar vaga e abstratamente, visto que, hoje, existe a insidiosa e sutil capacidade de se criar, artificialmente, características e vocações populares. Basta uma simples consulta aos órgãos de imprensa, através dos quais as chamadas vocações populares brasileiras são construídas e manipuladas por um pequeno grupo em sua maior parte constituído pela "imprensa livre" e pelos que se dizem líderes do povo no parlamento.

Dessa forma, é de suma importância que se examine, metódicamente, que eventos determinaram o tipo de sociedade ou realidade em que vivemos e qual o tipo de vida que experimenta o nosso povo. Sòmente depois dêsse exame, será possível discutir que soluções serão válidas, se elas estão de acôrdo com o mundo moderno, qual a nossa posição diante delas, quais as suas consequências e quais as nossas possibilidades de, aceitando-as, sobrevivermos. Ôbviamente, é importante se saber como sobreviver à coisa criada, para não cairmos no equívoco de construir um futuro que nos esmague, sem, no entanto, amarrarmo-nos ao primarismo de querer condicionar uma transformação segundo as nossas características e preconceitos individuais. Alguns falsos revolucionários, por exemplo, têm criado situações dolorosamente suicidas, em que o fato nôvo é tão

gigantesco perante a sua própria imaturidade que, alienando-se à renovação, alienaram-se, também, à própria vida. Isso é possível quando o revolucionário não está preparado para aceitar o próprio fato que persegue; quando apenas pressente ou vislumbra a transformação. Não a vive, não se transforma, êle próprio, parte da revolução. Ou mesmo, quando tenta realizar uma revolução parcial, falsa, sem comover as bases reais do problema. O que aconteceu, provavelmente, nas revoluções anteriores ao século XX, como a francesa, em que o povo ajudou a burguesia na tomada do poder, mas, êle mesmo, não era revolucionário, pois o seu entendimento não subira acima do estômago. Ao contrário do que pregam os demagogos, não é apenas a fome e a miséria que determinam uma transformação radical da sociedade, mas a íntima compreensão do povo em se colocar num estado de produtividade não alienada, isto é, de desejar a coparticipação de todos os aspectos da vida material e espiritual da nação. E essa explosão da consciência popular é, cotidianamente, anestesiada e retardada pela tentativa da classe dominante e de seus ideólogos em escamotear e falsear a realidade ao acreditar e pregar que a causa principal e única da inquietação do povo brasileiro, ou, como chamam, da "agitação comunista" é a fome e a miséria. O povo não precisa do poder, dizem êles, visto que o poder já é exercido pelo próprio povo, através de seus representantes eleitos.

Pretende-se, pois, aqui, caracterizar uma sociedade — a brasileira — em explosão. Que amadurece rapidamente, porquanto em estado de acelerada cons-

cientização. Uma realidade que se torna, ela mesma, problema, por isso mesmo revolucionária. Realidade ou revolução brasileira, portanto.

O povo brasileiro formou-se, pouco a pouco, de uma mistura de raças que aprenderam a conviver e a pensar conjuntamente. A consciência de unidade, no entanto, apareceu lentamente. Com a expulsão dos holandeses. Com o progresso da colônia e o concomitante espírito de rapina da metrópole, fazendo com que os interesses daquela fôsem inteiramente contrários aos da colônia. Influências externas, aliadas ao importantíssimo fenômeno interno da miscigenação que, fazendo de três raças oriundas de três continentes e com três culturas diversas, apenas uma, concedeu ao Brasil êsse importante fator integrativo que é a homogeneidade étnica de sua população. E o cruzamento racial foi e continua sendo contribuição do próprio povo. Dêle, pode-se dizer, pois, que é parte ibérico, parte africano e parte ameríndio, não formando, contudo, uma soma ou um produto racial, mas, sim, um organismo invés de um maquinismo bem montado. Povo, de resto, magnificamente formado e apto para, maduramente, assimilar o progresso moderno, em área tropical.

Mas, é êste povo brasileiro, de excelente formação étnica, constituindo uma democracia ou quase democracia racial, que vive uma realidade confusa e tremendamente contraditória, particularmente provocada pelas estruturas econômico-sociais colonialistas que o dominam interna e externamente e que, de fora ou de dentro, lhe estrangulam a alma.

Internamente, vem de longa data o

grande desequilíbrio regional na distribuição das riquezas e na produção dos bens, quer dizer, no desenvolvimento econômico-social. O Centro-Sul brasileiro, passada a fase de relativa prosperidade nordestina, agigantou-se no plano industrial, absorvendo as matérias primas do Nordeste e Norte e remetendo-lhes os seus produtos industrializados. Além dêsse gigantismo industrial sulista que suga de nossa região riquezas naturais e grande parte de sua mão-de-obra ociosa, há que destacar o desequilíbrio perigoso entre a produção industrial e a rural, fenômeno distorsivo, aliás, típico de países subdesenvolvidos cuja única saída, dentro de um sistema de economia capitalista, tem sido o apêlo para uma acelerada industrialização dos grandes centros urbanos. Assim, têm sido chamados para o sul do Brasil, especialmente São Paulo, não só quase todos os incentivos oficiais à implantação de indústrias, mas também, de longa data, braços da população rural e o maior contingente imigratório, constituído de pessoas vindas de países de melhor grau de cultura técnica, quer agrícola, quer industrial. Dentro de um mesmo país, os problemas do desenvolvimento são agravados pela existência de áreas super-industrializadas que funcionam como foco orbital às regiões pobres e arrasadas, semi-industrializadas ou não industrializadas, aumentando cada vez mais a procura de produtos agrícolas, sem que a zona rural da nação, dominada pelo latifúndio e pela exploração semi-feudal da terra, possa aumentar a oferta de alimentos. Problema de inter-equilíbrio regional que vem sendo discutido e defendido desde o século passado, como bem demons-

tra o pensamento de um Tavares Bastos, ou de sociólogos modernos como um Gilberto Freyre. Desequilíbrio industrial e agrícola que somente agora toma novas forças dentro das agudas crises por que tem passado o Brasil.

A industrialização do sul, contudo, não pode ser considerada como obra inteiramente nacional. A realidade é bem outra. Antes, foi o estabelecimento de inúmeras empresas estrangeiras que lançaram o seu capital excedente a procura de investimentos lucrativos que fizessem seus mercados aumentar e, através dêles, seus polpudos lucros, que construiu a aparente riqueza urbana do sul brasileiro. À medida que a população urbana se acostumava a consumir os novos produtos, motivada por uma propaganda bestificante, os industriais estrangeiros, utilizando mão-de-obra baratíssima, canalizavam para seus países lucros estrondosos, que chegaram, em muitos casos, a mais de mil por cento. Hoje, o capital estrangeiro, especialmente o americano, domina cerca de 80% de nossa economia, incluindo desde a indústria de base, aparelhos domésticos, energia, vestuário, alimentos, remédios até verdadeiras bugangas como o chicletes e a coca-cola. Em suma, a situação é, para a economia brasileira, catastrófica. Ao mesmo tempo em que a indústria estrangeira se beneficia com a facilidade cambial concedida pelo govêrno, encontrando mão-de-obra e matéria prima quase de graça, provoca, pelo menos, duas graves consequências. Impede, em primeiro lugar, que a indústria nacional se desenvolva, desde que a concorrência é desigual, não havendo nem mesmo a proibição para a entrada de indústrias

similares às nossas, ou para indústrias básicas que devessem permanecer em mãos de brasileiros, como bem demonstra, aliás, a Instrução 113, da Sumoc, baixada no governo do Sr. Café Filho, em 1955, quando “se reconhecia às empresas estrangeiras, interessadas em operar no Brasil, a concessão de favores cambiais para transferir de seus países de origem maquinarias industriais depreciadas, como se fôsem novas, embora já funcionando aqui indústrias similares nacionais” (1). Assim, pouco a pouco, nossas fábricas foram reduzidas a simples satélites do capital alienígena, salvo poucas exceções. Em consequência, reduziram-se as possibilidades dos investimentos nacionais, que se dirigiam mais para a especulação bancária e imobiliária, concorrendo, também e ainda, com o capital estrangeiro. Por outro lado, o capital estrangeiro, praticamente dominando todos os setores vitais da nação, realiza verdadeira fuga de riquezas, através dos dividendos e lucros conseguidos e enviados para fora do país, impedindo o desenvolvimento e alienando a nossa economia.

É, pois, num duplo aspecto que temos de considerar o sistema econômico brasileiro. De um lado, o próprio capital nacional, mal distribuído regionalmente e concentrado nas mãos de uns poucos. De outro lado, o absorvente capital estrangeiro que, utilizando o esforço do trabalho brasileiro, carrega para fora os seus resultados. Ambos, no entanto, capital estrangeiro e nacional, apresentam internamente a mesma estrutura; apenas, seus destinos e origens são diversos, como também suas oportunidades. Estrutura interna que

se baseia na produção para o lucro e não para o consumo, e na exploração do homem pelo homem.

A origem histórica da alienação de nossa economia remonta pelo menos à Independência. Para que o “grito do Ypiranga” fôsse reconhecido pelos europeus, fomos forçados, em 1827, a renovar as tarifas protecionistas concedidas à Inglaterra por João VI, em . . . 1810. A tarifa de 15%, logo exigida por outras nações, a concessão da conservatória inglesa, permitindo jurisdição extraterritorial à Grã-Bretanha no Brasil e o pagamento de soma fabulosa em dinheiro a Portugal transformaram o jovem Império brasileiro num feudo inglês. Esse, o pecado original de nossa economia que, desde então, vive em constante estado de crise (2). Os empréstimos aos ingleses tiveram apenas uma pausa na 1.^a República. Logo após, recomeçaram, quando outro poder surgia afastando o decadente leão inglês. Com efeito, já em 1912, os Estados Unidos participavam em 8,5% do comércio sul-americano para 7,9% da Inglaterra, enquanto que em 1928 a diferença era de 11,4% para 4,9%. Em 1921, toma o Brasil seu primeiro empréstimo à América do Norte. Empréstimos para resgatar empréstimos que aliviavam temporariamente as finanças pátrias, mas que, pouco a pouco, deixavam penetrar no país os grupos monopolistas internacionais, sem possibilidade de reação. (3)

Além dos empréstimos, os ingleses, na sua fase de maior expansão colonial, e quando já decadentes, instalaram no Brasil diversas empresas estratégicas como a S. Paulo Railway, a Leopoldi-

a Great Western, que, ao terminar o prazo de concessão, nada mais eram do que restos de ferro velho, com locomotivas dignas de museus. Era o genial plano colonialista; assegurar para si a exploração das atividades básicas do país, como energia e transporte, para poder subjugar-lo mais facilmente.

Os americanos, especialmente a partir de 1930, partem para o rush final de monopólio da economia brasileira, derrotando definitivamente os ingleses e a revolução de 30 vai encontrar consolidada a influência ianque. Mas, em 1930, importávamos dos Estados Unidos, por preços altíssimos, produtos de grande utilidade como combustível e caminhões, enquanto que exportávamos a preços aviltados matéria prima, particularmente o café. Somente a partir de 1945, é que começam a aparecer no Brasil os produtos símbolos do conforto e da civilização moderna, ou seja, matéria plástica, coca-cola, chicletes. E para tudo, o nosso "general" café bastava. Mas o café entra em super-produção; em consequência, manifesta-se o colapso.

E, justamente, em 1930, após a terrível quebra da bolsa de Nova York, a economia brasileira do café esboroa-se quase que definitivamente. A produção arcaica e não planejada, acarretando a super-produção e a oscilação dos preços; a política de valorização que enriqueceu os intermediários e empobreceu os fazendeiros; o fechamento dos mercados internacionais devido à crise mundial de 1929/30, fazem o café e a economia nacional atingir o estado de mendicância, com a queda dos

negócios, a estagnação do comércio e a paralização das fábricas.

O incipiente capitalismo nacional não foi acompanhado de uma renovação da estrutura agrária. O campo continuava mantendo suas relações feudais ou pré-capitalistas de antigamente, não atendendo à procura crescente dos grandes centros urbanos. Por outro lado, a indústria urbana destinava-se a abastecer, com pouca diversificação de produtos, um restrito mercado interno concentrado nas cidades. Enfrentávamos, ainda, um capitalismo internacional adulto e agressivo e, portanto, em estado crítico de super-produção. Assim, são causas da revolução de 1930, simultaneamente, uma contradição interna entre a economia urbana e a rural, acrescida da crise do café, e ainda a grande crise cíclica mundial.

Em 1930, com o café, aniquilou-se, também, o poder político de seus patronos. Surge no poder nova classe, a dos banqueiros, justamente enriquecidos no financiamento e na exportação do café, jogando na especulação, emprestando dinheiro e financiando a produção — comprando a baixo preço e vendendo a alto preço a rubiácea. E, para provar que — como diria o lusitano — quem não tem competência, não se estabelece, tomaram o poder da aristocracia do café. Mas, é também, a partir de 1930, que surge o povo querendo emergir do completo anonimato em que permanecera. Contudo, é apenas uma fagulha de conscientização, devido, em grande parte, à migração rural e consequente abarrotamento dos grandes centros, ao custo de vida que se fazia insuportável, à inflação que começava e, principalmente, à forma-

ção de um pequeno operariado urbano.

Mas, a história do capital estrangeiro continua. Com o fim da grande guerra, apenas um país saíra ileso: os Estados Unidos. A Europa estava arrasada, a Rússia semidestruída, com dez milhões de cadáveres. Os povos asiáticos e africanos, tradicionalmente colonizados, começavam a tentar a independência. Restavam a América Latina e seus caudilhos. Mas, começava aqui também, a aparecer uma classe industrial, surgida e enriquecida na guerra, apoiada no financiamento do governo e dos banqueiros que, lançando mão da abundante mão-de-obra barata, procurava produzir bens de consumo, antes importados. Pressurosamente, os americanos lançaram-se a investir capital no Brasil, agora financiando indústrias, valia dizer, ajudando o Brasil dentro do Brasil, e não fora dêle. Essa ajuda tinha, pelo menos, dois motivos principais: frustrar o desenvolvimento industrial nacional, através do monopólio da fabricação das mercadorias, que os brasileiros poderiam produzir com seus próprios esforços, como de fato o fazem, com a meridiana diferença de que os lucros vão todos para os trustes americanos; e, segundo, açambarcar as fontes de energia do país, especialmente a eletricidade, o petróleo e os minérios que Getúlio Vargas anunciava explorar.

O primeiro intento foi plenamente conseguido e é inútil dizer que a nossa indústria jamais foi nossa. Para uma prova simples, enumerem-se as emprêsas estrangeiras, no Brasil, especialmente as americanas, não sômente com nomes não brasileiros, mas também as com nomes em tupi-guarani.

O segundo ponto apenas foi conseguido em parte. A energia elétrica continua na posse de estrangeiros, como a exploração de minérios; 72% do consumo nacional de eletricidade são controlados de fora — sômente a *Bond and Share* possui 36 empresas. Mas, salvou-se o petróleo — e como salvou-se! Com o suicídio de Getúlio Vargas, com a instrução 113, com bases de teleguiados no Nordeste, com missões protestantes no Amazonas, procurando minérios e lendo S. Mateus aos índios, com esquadras passeando pelo Atlântico Sul, em ocasiões que, por estranha coincidência, votavam-se leis contra os monopólios estrangeiros. Também salvou-se a Petrobrás, a despeito de técnicos norte-americanos, como o Sr. Walter Link, vice-presidente da Standard Oil, pesquisarem nossos solos e declararem que aqui não havia petróleo e, portanto, o governo brasileiro não precisava se preocupar com êle. Salvamos o petróleo, apesar do grande pecado de não podermos distribuí-lo. Salvou-se a Petrobrás, principalmente, porque o povo gritou. Analfabeto, pobre, faminto, explorado, mas consciente, tornando-se cada vez mais nação.

Do capital estrangeiro, portanto, apenas, mais uma frase — sôbre o seu mecanismo. O principal investimento industrial estrangeiro é representado, geralmente, por três coisas: a patente do invento, o "know-how" (o segredo de como fazer, isto é, o método de fabricação) e a maquinaria, que não precisa ser nova, porque o governo concede facilidades cambiais para entrada no país, como se novas fôssem. A fábrica, por si só, representa a contribuição estrangeira, constituindo a maioria

das ações. Aqui, ou o Banco Nacional do Desenvolvimento, ou o Banco do Brasil, ou capitais nacionais, financiam o resto. Isto é, põem a funcionar a fábrica. A mão-de-obra e a matéria prima são baratas e abundantes. Inúmeras isenções de impostos são concedidas. O produto sai da fábrica a um preço determinado, e o brasileiro pode, então, consumir o que não tinha. Mas pagou pelo produto: em primeiro lugar o *royalty*, isto é, o aluguel da patente da fábrica, justamente porque o Brasil assinou um acôrdo internacional sôbre patentes sem possuir nenhuma que pudesse render aluguéis; segundo, pagou o *know-how*, que apesar de ser realizado no Brasil deve ser pago ao dono da patente; terceiro, pagou a assistência técnica estrangeira em detrimento da técnica nacional e quarto, pagou os dividendos e os lucros que, convertidos em dólares, são remetidos para o exterior. Os lucros vão a mais de 1.000%, e êsse mecanismo pode ser mais complexo e oneroso quando se realizam os famosos "aumento de capital" e as operações de subfaturamento e superfaturamento. Em suma, o capital estrangeiro não paga taxas cambiais, vende coisas velhas por novas, utiliza matéria-prima, esforço de mão-de-obra e técnicos nacionais, vende um produto ao brasileiro que êle próprio poderia produzir e que, às vezes, lhe é inútil, mas a propaganda lho impõe e, ainda mais estrangula a economia indígena, concorrendo estúpida e absorvendo nossas reservas de dólares, além do absurdo lucro auferido. Acima de tudo, porém, imiscuindo-se em nossas decisões políticas, com o subôrno

de legisladores ou financiando candidatos — caso recente do IBAD — e sustentando e aviltando a opinião pública através de barulhenta campanha publicitária, a favor de seus interesses; até mesmo as agências informativas são estrangeiras, fazendo com que o brasileiro veja o mundo sempre do ponto de vista americano (4). Hoje, os capitais americanos no Brasil são superiores a um bilhão e 500 milhões de dólares, distribuídos em mais de 791 emprêsas, ños setôres automobilístico, distribuição de petróleo, máquinas e aparelhos elétricos, química, produtos farmacêuticos, de vidro, cimento e cerâmica, borracha, papel, mineração, plásticos, indústrias gráficas, bancário, investimentos, comércio, imóveis, hotéis, cinemas, publicações, publicidade, agro-pecuária e alimentos.

Mas, a contradição persiste. O brasileiro pensa que fabrica automóveis e os exporta, pensa que é uma nação industrializada, mas 60% de sua população vive no campo.

A agricultura brasileira formou-se dentro da fórmula colonial portuguesa, através do sistema de sesmarias, doadas aos primeiros povoadores. Eram imensos pedaços de terras que se estruturaram formalmente em feudos e foram sendo transmitidos por herança. A princípio, plantou-se cana. Depois, plantou-se café, mas a rubiácea não é hoje senão um "general de pijama" de nossa economia. No entanto, continua-se a plantar cana, no Nordeste e café, em São Paulo, apesar do solo nordestino, em diversas regiões açucareiras, poder produzir trigo, vinha, frutas e o que se quiser mais. As terras são as mesmas, como idênticos são os proces-

sos e os instrumentos de 300 anos atrás. O índice de tonelada/cana por hectare é, em resultado, um dos mais baixos do mundo. A monocultura extensiva utiliza todos os esforços do camponês e destina-se mais a exportação do que ao mercado interno, que consome um produto por preço alto para exportá-lo por preço baixíssimo. Os prejuízos dessa política são suportados pelo Estado e não pelo dono da produção que continua tão rico como outrora. Assim, o povo paga dois preços pelo produto, ou seja, paga o seu valor nominal no mercado e paga através do Estado a diferença do preço fixo para o real, porque o usineiro não está disposto a cobrir as despesas com a instabilidade das cotações da bolsa.

A oferta, contudo, não satisfaz a procura dos produtos agrícolas, desde que a agricultura não está em condições para atender o mercado cada vez maior dos centros urbanos. As causas do fracasso da agricultura brasileira são evidentes. Em primeiro lugar, a monocultura extensiva, anti-científica, rudimentar e não mecanizada. Segundo, o mal aproveitamento da área agriculturável do país. Terceiro, as relações de trabalho semi-feudais do campo. Quarto, a concentração da propriedade na mão de poucos, quer dizer, o latifúndio.

A sesmaria ocupa os três primeiros séculos de colonização, mas, no início do século passado prenuncia-se um certo fracionamento das grandes propriedades, devido à partilha por herança e a decadência açucareira. Com o progresso do café, ocorre nova concentração da propriedade, especialmente no centro-sul. Com a crise de 1930, nôvo

fracionamento se processa com o loteamento de fazendas arruinadas, mas, em compensação, novos latifúndios são desbravados nas terras virgens do oeste paulista e no Paraná. Assim, apesar da existência de pequenas e médias propriedades, a situação latifundiária não se alterou muito. O que é mais grave, contudo, não é o latifúndio em si mas o seu sistema de exploração. A exploração do latifúndio, altamente capitalizada, é excelente para abastecer o mercado industrial desde que, beneficiando-se do progresso técnico, multiplica sua capacidade de produção. Acontece que, no Brasil, o latifúndio caracteriza-se pela sua não exploração.

A agricultura nacional tem, por consequência, como característica principal o forte predomínio do latifúndio não explorado. A área agriculturável do país é de 2,8% do total de seu território. Com a população rural de cerca de 38 milhões de habitantes, existem apenas 2.065.000 propriedades agrícolas. Destas, 70 mil são latifúndios representando 3,39% das propriedades que, no entanto, perfazem 62,33% da área agriculturável. Goiás e Mato Grosso, por exemplo, são gigantescos latifúndios com propriedades com mais de 100 mil hectares (o que equivale a um quadrado de 1.000km. de lado), ou ainda, companhias, algumas estrangeiras, que possuem propriedades com mais de um milhão de hectares. Em Pernambuco, tôda a área rural está nas mãos de apenas 8% da população.

Por outro lado, a agricultura também se liga às empresas estrangeiras. Primeiro, pelo seu desinteresse no processo produtivo das terras, desde que quanto mais debilitada estiver a eco-

nomia agrária, melhor elas podem agir. Segundo, explorando alguns produtos que lhes interessam, como o algodão, em que a SANBRA e a Anderson Clayton, dentre 209 outras empresas, monopolizavam, já em 1954, 43,5% da produção, ou ainda, no caso do café, quando em 1954, apenas cinco firmas norte-americanas já eram responsáveis por 29,06% das exportações, controlando, portanto, o mercado com a costumeira alta e baixa dos preços. (5)

As consequências do regime latifundista são importantes para caracterizar o nosso subdesenvolvimento. Em primeiro lugar a não exploração da terra, desde que nessas grandes propriedades a média de aproveitamento não vai além de 10%. Segundo, a sujeição completa do homem ao proprietário da terra. O fazendeiro, o senhor de engenho, exercem a completa posse dos bens, dos animais e dos homens, sujeitando-os através da própria impossibilidade física e social de reação dos camponeses que são vigiados e massacrados, quando rebeldes, pelas polícias particulares do coronel. Assim, dono do homem, da sua mulher e de seus filhos. Assim, dono de seus pensamentos e de suas decisões. Até mesmo o trabalho escravo ainda persiste no Nordeste, pois, outra denominação não merece o fenômeno do cambão; ou semi-escravidão, como no caso da meação. É o autêntico regime feudal de submissão completa do servo ao senhor, quando o camponês jamais verá o resultado do seu trabalho.

Da estrutura agrária atual, que permanece estática e imutável, em linhas gerais, desde o início da colonização, sobressaem-se duas consequências gra-

ves para o Brasil. A primeira, de ordem puramente econômica, é a falta de suprimentos agrícolas que abasteçam às populações não rurais, tornando a economia desequilibrada. A segunda, de ordem social, diria melhor, humana, é a espoliação do camponês, mantendo-se metade da população debaixo de uma condição infra-humana; o camponês brasileiro é um pária, vítima da mais cruel, humilhante e vergonhosa estrutura agrária.

Agricultura e indústria nacionais, em profunda contradição interna, que mantêm o Brasil como país recordista do subdesenvolvimento. Espoliação estrangeira e rapinismo das classes dominantes do país que "caparam e recaparam, sangraram e ressangraram o povo brasileiro". Basta citar alguns números estarrecedores para se determinar o grau dessa brutal e selvagem agressão imposta a uma população com perto de 80 milhões de pessoas. No Brasil, existem 23 milhões de pessoas com ancilostomose; 18 milhões e meio com bócio endêmico; 8 milhões com esquistosomose; 1 milhão com tracoma; 1 milhão com a doença de Chagas; 600.000 com boubá; 64 mil leprosos; 43 mil loucos e mais de 100 mil tuberculosos. Além disso, há regiões no Brasil em que de 1.000 crianças nascidas vivas, morrem 800 antes do primeiro ano de vida, fazendo uma média de uma criança morta em cada 42 segundos, significando que, diariamente, morrem 2.057. Em cada dez anos o Brasil perde 6 milhões de pessoas até 16 anos de idade; doenças, em sua maioria, provocadas pela avitaminose, sendo, portanto, doenças da miséria, da subnutrição e da fome. Doenças sociais. (5)

Mas, importa, agora, analisar a estrutura interna do sistema econômico-social brasileiro, pois, não se poderá compreender, com clareza, a nossa realidade sem se investigar que lógica rege as relações produtivas, desde que é através delas que se sustenta a nossa sociedade, desde o sistema político até o educacional, moral e religioso.

Formalmente, vivemos num estado capitalista de produção, mas, coexistem estados mistos de semi-escravagismo, semifeudalismo e semicapitalismo. Todas essas formas têm, internamente, a mesma estrutura, ou seja, baseiam-se na exploração do homem pelo homem. O capitalismo tem, como principal fator formativo, a propriedade privada dos bens de produção destinados ao lucro. Pouco importa se a mercadoria produzida deva ser ou é prioritária para o consumo da população. O que importa é o lucro que se vai obter, ou seja, o que importa é a reprodução do capital. Com a propriedade privada dos bens de produção, e a terra é um deles, cada particular, de acordo com a sua imaginação e tendência individual, produzirá não importa o que seja. A primeira consequência danosa para a sociedade aparece logo aqui. Torna-se impossível planejar a produção, visto que a sociedade, representada pelo Estado, não interfere na atividade privada, que apenas procura criar o seu mercado. Assim, se um país precisa mais de tratores do que de automóveis, mas o capitalista prefere fabricar automóveis, os tratores esperarão melhor oportunidade. Além disso, ocorre a competição na produção, desde que é perfeitamente natural que diversos particulares pensem produzir coisas se-

melhantes. Surge, então, a concorrência e a luta pelos mercados, com a formação dos monopólios através dos cartéis, do "pool", do "holding" e dos trustes, tornando anárquica ou semi-anárquica a vida econômica através da lei básica capitalista do desenvolvimento desigual. Para produzir, é necessário que haja pelo menos dois elementos sociais em ação: o capital e o trabalho. Na sociedade capitalista, capital e trabalho são duas forças opostas; representam duas categorias antropológicas — o rico e o pobre, criadas pela posse dos meios de produção e a acumulação dos respectivos bens excedentes pela primeira. Além disso, o número de ricos decresce, cada vez mais, aumentando o número de pobres, com a concentração do capital.

Possuindo os meios de produção, o capitalista emprega o trabalhador por um preço determinado que não representa o valor do bem produzido. A diferença do salário pago e do valor real do trabalho — chamado de mais valia — vai parar justamente nas mãos do dono do capital. Este, por sua vez, vende o produto no mercado, obtendo o lucro. Assim, o trabalhador, isto é, aquele que realmente produz, trabalha para o outro que é o capitalista, alienando compulsoriamente o resultado do seu esforço, visto que os bens produzidos não são distribuídos equitativamente.

Dessa relação produtiva, nascem inúmeros conflitos, como, por exemplo, o fenômeno da greve, que é a recusa a trabalhar para o outro e uma reivindicação do real valor do trabalho, não pago. Quanto mais se conscientiza, mais o trabalhador percebe a sua alienação em trabalhar para o outro, recusando-

-se a fazê-lo, pois deseja trabalhar para si, quer dizer, para todos, verificando que, nessas ocasiões, o importante na produção é o trabalhador e não o capital. O capitalista, no sentido estritamente sociológico, não trabalha; apenas vigia o seu capital para que êle se reproduza ininterruptamente. (6)

Além disso, o capitalismo gera e é gerado pelo sentimento individualista em nítida contraposição ao social, pois, a sua finalidade é obter lucros individuais. Para manter essa exploração sobre o trabalhador, a classe dirigente — os capitalistas, ou seja, o poder econômico, cria uma série de mitos que são ensinados e inculcados ao povo. Desde a simples propaganda comercial, sugerindo poderosamente o consumo dos seus produtos até a sua própria ideologia de classe. Mitos como a idéia de que sempre houve ricos e pobres, fracos e poderosos, porque Deus assim os fêz; de que o povo sempre foi ignorante e que deve ser governado por uma elite; de que o respeito aos poderosos é um ato de humildade cristã; de que a propriedade privada é uma instituição divina; de que sem o incentivo do lucro, o homem perde o interesse pelo trabalho. Mas, o povo começa a perceber que o progresso técnico, o conforto da civilização e as conquistas da ciência também lhe cabem de igual modo, porque ninguém nasce rico ou pobre por sua própria vontade. Em suma, começa a pensar e, invés de objeto do trabalho, deseja ser o seu sujeito, o seu titular.

O processo de conscientização do trabalhador, entretanto, é lento e retardado pela máquina social montada pela classe dominante. E quanto mais as

massas se descobrem, maiores concessões vão obtendo, até que, para não perder a luta, a classe dominante tentar esmagar violentamente o trabalhador através do poder policial privado e estatal. Os jornais estão cheios de notícias de matanças de líderes camponeses pela polícia ou pelos latifundiários e seus capangas. Num país subdesenvolvido, em que o trabalhador não dispõe de meios para transformar a sociedade pacificamente, em seu proveito, desde que representa a maioria, assim que se conscientiza, promove a revolução armada.

Êsse é, em linhas gerais, o mecanismo interno da sociedade brasileira. A abolição da escravatura deu nascimento às classes camponesas e operárias. Com a industrialização, formou-se o operariado urbano, se bem que o camponato ainda representa mais de 50% de nossa população. Uns e outros ficaram, por sua própria juventude de classe, imobilizados e acobertados pelo paternalismo urbano e coronelismo rural. Os protestos, no entanto, podem ser notados no cangaço e na organização sindical cidadina que começa, virtualmente, a partir de 1930, com seus movimentos reivindicatórios. O desnível entre a vida rural e a urbana, entre o camponês e o operário, especialmente o operário do sul do Brasil, provoca também uma dupla atitude do proletariado nacional. Enquanto que o camponês é, francamente, revolucionário, o operariado sulista apresenta-se mais reformista, mais acomodado. Justamente porque, como afirma Celso Furtado, as estruturas do campo são mais fechadas e rígidas, enquanto que as urbanas são mais abertas e móveis. (7).

Também, pela relativa prosperidade e acomodação econômica experimentada pelo operário sulista em comparação com o nordestino.

A oligarquia rural, no entanto, continua no poder, auxiliada pelas camadas recentes da indústria e do comércio. Os donos da terra, latifundiários em sua maioria, por sua própria formação conservadora e com seus interesses fortemente unidos, são aqueles que mais se opõem ao progresso, desde que os seus interesses particulares chocam-se frontalmente com as modificações exigidas pelo povo. Não estão dispostos a cometer o suicídio classista, pois se admitirem, por exemplo, a reforma agrária — e há mais de 200 projetos sobre o assunto bloqueados no Congresso — desapareceriam como donos da terra e, conseqüentemente, deixariam o poder.

As camadas industriais e comerciais, que se chamam a si próprias de “classes produtoras”, revelam-se, pelo seu espírito urbano e capitalista, mais sensíveis a determinadas reformas desde que não interrompam o seu ciclo reprodutor. Entretanto, comércio e indústria representam internamente interesses contrários, pois que os grupos estrangeiros estão interessados em destruir os nacionais, enquanto que estes se apresentam com sentimentos de nacionalismo econômico, para melhor dominar o mercado interno, expulsando o capital estrangeiro.

A contradição, portanto, das “classes produtoras” nacionais é evidente. Ao mesmo tempo em que se colocam contra o capital estrangeiro, aliam-se a este na exploração do trabalhador. Contradição que as levam a uma posição

vacilante perante a realidade brasileira, preferindo quase sempre uma ideologia “centrista”. Perante o trabalhador, contudo, a situação é a mesma. Apenas oscila entre vender a sua força de trabalho a grupos estrangeiros ou nacionais. Todavia, como sentem o monopólio estrangeiro mais forte que o brasileiro, aparentemente, se aliam ao último na luta contra o de fora. E como o acôrdio entre grupos internacionais e nacionais é sempre desconfiado e de má fé, o trabalhador, “simpatizando” com os interesses do industrial brasileiro, incentiva-o a expulsar o estranho, debilitando-o, por conseqüência, como classe explorada.

Além disso, a classe dominante brasileira, constantemente, tem se envolvido em conspirações contra os interesses nacionais, não somente através da pressão sobre o governo pela imprensa, conseguindo o apoio da opinião pública, como, especialmente, através das pressões econômicas. (8) Mas, o principal meio de corromper o governo, sempre foi, ela mesma, se fazer governo, pela eleição de legisladores, dócilmente manipulados, e pela conquista dos cargos executivos mais importantes.

Como classe tampão, situa-se a pequena burguesia, surgida em conseqüência da urbanização dos grandes centros. A classe média brasileira sempre tem sido vacilante, ora defendendo os interesses do proletariado, ora fazendo o jôgo da classe dominante. Não tem representado, como observa José Honório Rodrigues, o elemento básico e decisivo que equilibrou a Europa, especialmente a Inglaterra, e os Estados Unidos. Aqui, seu papel principal parece ter sido o da indignação moral.

Indignou-se mais do que influiu nos grandes momentos da nossa história, assumindo a posição de censôra dos costumes e da corrupção, sempre pronta a voltar-se contra as inovações ideológicas. (9) Absorveu, inconscientemente, por assim dizer, em seu próprio escallão, a ideologia da classe dominante, ou seja, conseguir o poder ou parcela dêle para obter privilégios.

Aliando-se a interêsses anti-nacionais, procurando, por vêzes, o apoio popular, mas bajulando, sempre e sôfregamente, a classe dominante, a classe média terminou por tornar-se, ela própria, indigna e imoral. Atualmente, caminhando para a rápida proletarianização, em face à esmagante subida do custo de vida, só resta um caminho à pequena burguesia — reconsiderar sua passividade e, aliando-se ao proletariado, recuperar o tempo perdido, partindo para a revolução.

Por outro lado, o poder político, desde o Império, tem sido ocupado por uma oligarquia baseada nos senhores rurais do latifúndio, da cultura da cana e do café, revitalizada, hoje, pelos grandes industriais e comerciantes. Poder econômico que tem esmagado e retardado o despertar do povo, sendo responsável, portanto, “pelas perdas de ímpeto das horas criadoras do Brasil. (10) A aspiração nacional para um efetivo desenvolvimento econômico foi estancada, visto que, experimentamos mais um crescimento econômico, numérico, quantitativo, do que mesmo um real desenvolvimento, expresso pelo bem-estar da população, e portanto, de ordem qualitativa.

Também as aspirações brasileiras para uma democracia ainda não se con-

cretizaram. O povo, realmente, jamais ascendeu ao poder. Por falta de liderança e porque a legislação — especialmente a eleitoral — inspirada pela classe dominante, não permite o acesso da massa ao poder. Com efeito, que democracia é o nosso país em que de mais de 71 milhões de habitantes, possui apenas cerca de 20 milhões de eleitores? Nas últimas eleições presidenciais votaram apenas cerca de treze milhões de pessoas, e sômente 6 milhões deram a vitória ao Sr. Jânio Quadros. Assim, mesmo numa definição rasteira de democracia baseada na ficção brasileira de eleições livres, apenas 10% do povo elege o govêrno e a forma de govêrno para os restantes 90%, pois que analfabetos, soldados e outras camadas do povo não votam mas têm as mesmas obrigações que a minoria de eleitores. E como considerar democracia o verdadeiro carnaval que se promove nas eleições, pressionando-se os eleitores na compra de votos, no subôrno de candidatos, na propaganda ridícula, na pressão do patrão — no campo e na cidade — sôbre o trabalhador, nas mentiras descaradas e na demagogia galopante? Na última eleição, cada deputado estadual gastou quantias entre 10 a 20 milhões de cruzeiros e cada deputado federal, o duplo. A campanha de senadores, governadores e presidentes da república ultrapassam a qualquer cálculo mas se aproximam os primeiros ao meio bilhão de cruzeiros, enquanto que os últimos compram suas eleições não sômente pelo dinheiro, mas pelo compromisso com grupos econômicos. As excessões são raras. A não ser por incrível distorção de raciocínio, pode-se afirmar que somos uma democracia on-

de há eleições livres. Elegem-se, no Brasil, aquêles que têm dinheiro, e êstes são os detentores do poder econômico e formam a minoritária classe explorada do povo e jamais poderiam fazer qualquer coisa pelo povo pois estão em aguda contradição com êle. Assim, não tem sentido se falar em nossas tradições democráticas, pois, nunca as tivemos. Apenas, aspirações para uma democracia efetiva.

Outra ficção imposta ao povo brasileiro pela oligarquia reinante, é a definição de democracia pela pluralidade dos partidos políticos. Na realidade, porém, as características dos partidos políticos majoritários são idênticas e apenas duas: a indecisão e o acôrdo. Não perceberam que os conflitos políticos não interessam mais ao povo — o importante, agora, são os problemas sociais e econômicos. Os partidos apenas se debatem pela manutenção do “statu quo” que não interessa ao povo. Nos grandes momentos históricos ficaram constatadas as suas semelhanças, as suas ligações com o passado, os seus acôrdos, demonstrando-se que êles são apenas um só partido, com uma só ideologia que é a mesma do poder econômico.

“O P.S.D. sempre foi um partido oligárquico, ligado ao campo. A U.D.N. volta-se, instintivamente para o passado (e está ligada aos banqueiros e à burguesia industrial e comercial); ambos estão alarmados com a extensão e a rapidez do crescimento brasileiro que independem dêles: o PTB, especialmente urbano, parece desejar transformar o movimento trabalhista numa fôrça conservadora e burocrática”. (11) Dos três grandes partidos, o P.S.D. ape-

nas se interessa em preservar o “statu quo”; a U.D.N. não se ajusta às novas situações; o P.T.B. procura tapar a legitimidade histórica do movimento trabalhista, aliando-se, portanto, à classe dominante, sendo que, no entanto, é o mais progressista, vez que, pelo menos, apresenta-se como nacionalista. Seu socialismo, porém, não passa de mero oportunismo.

Os demais partidos apenas sobrevivem nas costumeiras coligações eleitorais, excetuando-se apenas o P. S. B., onde um pequeno grupo de elite intelectual e operária, formulando tímidamente conceitos socialistas não conseguem impressionar as massas. Resta o P.C.B. colocado na ilegalidade. Talvez seja êle o único partido político que defendeu, de forma confusa, às vêzes, reivindicações verdadeiramente populares. Mas nasceu e se criou com o defeito básico de não querer entender a realidade do povo brasileiro, transformando-se mais numa seita, quase mística. Atualmente, o P.C.B. limita-se a combater o imperialismo — o que é louvável — mas não é original, e a en-deusar o socialismo soviético sem procurar traçar planos para a aplicação do socialismo no Brasil, dentro de nossas próprias características e aspirações. Como partido não existe, como ideologia precisa depurar-se e ajustar-se.

Êsse quadro mostra uma situação partidária bastante confusa, aparentemente equacionada em duas tomadas de posição não ideológicas: nacionalismo e entreguismo. E nelas colocam-se todos os parlamentares, indiferentemente de suas filiações partidárias, ao sabor de seus interêsses circunstanciais. O nacionalismo, assim, não se enqua-

dra em moldes partidários. Seus inimigos e defensores são encontrados em todos ou quase todos os partidos. Alguns tímidos, escondidos, outros ostensivos e agressivos.

Ora, mesmo que as forças políticas brasileiras se dividissem em dois partidos apenas, um entreguista, outro nacionalista, essa bilateralidade não representaria ainda uma democracia pois, as bases dos problemas brasileiros não são conjunturais, mas estruturais, e nenhum dêles pretende, coerentemente, representar o pensamento popular porque não foram eleitos pelo povo, mas pelo poder econômico que corrompeu, de uma maneira ou de outra, 20% da população brasileira.

Parece ser, na classe média, que se enquadra, em linhas gerais, o problema do protestantismo no Brasil. Chegando há mais de um século, tem sido testemunha de diversas transformações sociais, mas pouco ou nada tem influido na vida brasileira. É certo que o seu tipo de cristianismo chocava-se frontalmente com a mentalidade do Brasil do século XIX e comêços do nosso século; mentalidade transfigurante do real e, portanto, imagística e ritualista de tipo católico. Mas, pouco a pouco, elementos da classe média nascente e burguesia em ascensão aceitaram a mensagem protestante e já, nesse tempo, certamente, a sociedade urbana nacional era muito mais aberta ao mundo. E de maneira alguma são estranhos ao problema os ideais republicanos e as transformações sócio-econômicas ocorridas.

O protestantismo apresentou-se, no Brasil, com, pelo menos, duas características que vão acompanhá-lo em sua história. Primeiro, era transmitido pela

América do Norte; segundo vinha com uma roupagem de classe média e, portanto, normalmente se dirigiu à classe média brasileira.

A cultura norte-americana, não é preciso insistir, teve seus elementos formativos completamente estranhos ao Brasil. Assim, o pioneiro americano, com seu caráter individualista e agressivo perante o meio que encontrara, fazia com que êle procurasse transformar a realidade e não transformar-se com ela. Ao contrário, os nossos povoadores, através das bandeiras e das entradas, encontravam o sertão e, alterando-se com êle, criaram um tipo humano completamente nôvo. Capacidade de transformação e adaptação que o norte-europeu não demonstrou e a que foi sensível o português, o africano ou mesmo o espanhol. Além disso, o conceito de moralidade puritana, levado pelos primeiros colonizadores para o Nôvo Mundo, ajudou fortemente a forjar o caráter do povo norte-americano, enquanto que a moral brasileira sempre foi, e continua sendo mais um conceito e uma prática retirada diretamente da natureza ajudada pela sensibilidade para o acôrdo de que deram mostras os jesuítas, nossos primeiros moralistas. Por outro lado, marcante nas origens protestantes brasileiras, é que elas constituíram, ao longo dos últimos cem anos, um reflexo da predominância econômica americana no hemisfério. Assim, aliada ao espírito pioneirístico, tão bem sucedido na grande planície e no faroeste, os primeiros missionários lançaram-se à nova conquista desconhecendo quase que completamente o solo e as gentes com que se encontrariam no Brasil. É certo que já houvera, em tempos coloniais,

experiências protestantes através de europeus — holandeses e franceses; ligadas, contudo, a interesses de conquista não sobreviveram à expulsão de seus introdutores.

O outro fator ou característica sociológica anotada é que a mensagem protestante, chegando ao Brasil — em 1819, os anglicanos, em 1836, os metodistas, os luteranos em 1845, os congregacionais em 1858, os presbiterianos em 1862, os batistas em 1882 e os episcopais em 1890 — encontrou o mesmo tipo de classe a que pertenciam seus primeiros pregadores ainda em formação e, portanto, fraca para, em recebendo uma doutrina nova, assimilar e reinterpretá-la brasileiroamente. A classe média brasileira apenas se iniciava no cenário social da época. De qualquer maneira não deixa de ser importante a obra cultural que essas primeiras missões prestaram ao Brasil, especialmente no campo educacional, onde se destacaram os metodistas e presbiterianos e mais tarde os batistas, fundando colégios e até mesmo universidades e incentivando a leitura, através da Bíblia, entre os seus adeptos. Notáveis, por exemplo, dentro de um sistema educacional deficientíssimo como era o nosso, foram as iniciativas protestantes na literatura didática com trabalhos ainda hoje lembrados como as gramáticas de Júlio Ribeiro e Carlos Eduardo Pereira, a aritmética e a álgebra de Trajano ou os livros de leitura de Erasmo Braga. (12)

Mas, não houve, nem ainda há, o que se poderia chamar de um pensamento protestante no Brasil que, assimilando a doutrina evangélica, pudesse renová-la e interpretá-la de um ponto de vista

autenticamente brasileiro, como existe na América do Norte, ou na Europa com um Ernst Troeltsch ou um Karl Barth. À primeira vista, pode parecer exdrúxula a hipótese formulada, pois, o Evangelho deve ser o mesmo em qualquer lugar. Isso, contudo, não representa toda a realidade. Não há doutrina, não há mensagem que não sofra reinterpretações, ou novas visões, e sempre elas serão realizadas dentro de um contexto histórico social uniforme. Pensamento protestante brasileiro inexistente que já era reclamado por Gilberto Freyre, em conferência pronunciada em recente congresso evangélico no Recife. Pensamento protestante nativo, ainda, que produzisse uma visão própria de nossa história, de nossa sociedade. Ou mesmo interpretação artística da realidade brasileira. E não se pode considerar — até mesmo com extrema boa vontade — como pensamento ou como arte poética o que se escreve nos jornais e nas revistas evangélicas, como no caso do “Jornal Batista”, ou nas letras e músicas que se cantam nos hinos religiosos, ou nas chamadas poesias sacras. A prosa é geralmente alienada, quando não contraditória, e os versos não passam de má imitação da poesia parnasiana, ou, quando feitas para o canto, geralmente vulgares e sentimentalistas acompanhadas por músicas do folclore norte-americano.

É que parece ter sido, no Brasil, o protestantismo melhor assimilado por uma classe vacilante que não cumpriu devidamente o seu papel histórico como foi a classe média, não considerando a pouca influência exercida pelo proletariado urbano e rural, pelo menos até 1930. Assim, acompanhando a menta-

lidade da pequena burguesia, os evangélicos brasileiros têm se limitado a um proselitismo baseado na indignação ante a corrupção da sociedade e do indivíduo, tornando-se, interna e externamente, uma doutrina guardadora da moral. Pregação moral, diga-se de passagem, baseada muito no verbo, na palavra, e pouco nas ações, desde que alienada do que tem de brasileiro o nosso povo. Ainda não se tornou independente a pregação evangélica no Brasil, especialmente os Batistas, daquêle puritanismo tão ao gôsto dos ingleses e herdado pelos norte-americanos. Puritanismo, de resto, quase que concentrado na contenção verbal e particularmente na pureza sexual.

Do puritanismo anglo-saxão, originou-se, em parte, a teoria do sucesso econômico, praticado e pregado pelo capitalismo americano, e representado na pregação religiosa pela doutrina da "bênção material". Com tais intenções e métodos, poder-se-ia afirmar que o protestantismo tem se revelado insistente e enfaticamente didático, no sentido de aplicar a mensagem da Bíblia, às vezes exageradamente são-paulina, utilizando pontos de vistas estáticos e arcaicos, a uma realidade brasileira em vertiginosa mutação. Praticamente, não mudaram as características dos sermões e das lições da Escola Dominical, ensinados pelos primeiros missionários. Com apêlos extremamente sentimentalistas, dir-se-ia quase demagógicos, que podem sensibilizar momentaneamente o ouvinte menos culto, mas que sensibilizando-o não o penetra integralmente, porque não o humaniza, quer dizer não se incorpora a sua realidade. Essa pregação foi realmente eficaz, em épocas ante-

riores, quando o tipo de nossa educação era inteiramente voltado para o academicismo verbal, mas que hoje, até mesmo em atividades menos nobres está se desmoralizando progressivamente. Pregação dirigida para um determinado público composto por uma classe ainda não consciente, e portanto, não crítica, como foi e continua sendo, em parte, o proletariado, por uma classe média desorientada e desajustada e pela juventude adolescente, ainda, mentalmente imatura. A época dos oradores e dos tribunos está em declínio.

Por outro lado, os evangélicos enclausuraram-se em suas doutrinas e sua fé e passaram a considerar o mundo exterior como inimigo constante que se havia de combater, alienando-se como indivíduos, membros da sociedade, com a obrigação e o dever de interferir nas decisões sociais. Aqui, aliás, apresenta-se uma grande contradição. Ao mesmo tempo em que acreditam ser o sal da terra, escondem-se em momentos decisivos em que é necessário salgar a sociedade. E escondem-se porque não podem se descobrir, porque não se fez pensamento a sua mensagem, ainda não se teorizou socialmente. Houve, é certo, causas dêsse se esconder por detrás de frases. A principal delas é a não compreensão exata do humanismo cristão que, em exigindo uma adesão individual e pessoal, requer também uma participação coletiva. Tentou purificar-se, internamente, o evangélico brasileiro através de uma postura puritana, frequentemente falsa e farisaica, que se caracterizou pelo abandono completo da participação crítica. E deixando de se criticizar, permaneceu estático, mediotamente contemplativo. A única pro-

va crítica que tinha de sua identificação com o Cristo era a linguagem adocicada, moralizante, separatista, pois ao considerar-se salvo também se considera santificado, no sentido literal da palavra, isto é, separado. Isso conduz, também, a uma virtude absenteísta e passiva, refletida na moral da inibição. Mas, intimamente, não pode fugir ao que a realidade lhe empurra. Também constata que a sua tranquilidade espiritual, recebendo a aprovação de Deus, deveria fazê-lo progredir na vida material. E aqui surge nova contradição, pois a vida material não se apresenta para todos de igual forma, como seria de esperar. Quando o crente progride, coloca, imediatamente, em seu estabelecimento a conhecida frase bíblica: "Até aqui nos ajudou o Senhor", como se o Senhor ajudasse a uns e não ajudasse a outros, como se uns tivessem nascido para servir e outros para senhores. É a pura mercantilização do sentimento religioso. A contradição é resolvida, no entanto, pelos "vasos de bênçãos", desta vez apenas espirituais e pela esperança do gozo eterno. Transforma-se, praticamente, o evangelho numa mensagem compensatória, em que se não alcançarmos o prêmio na terra, alcançá-lo-emos, de qualquer modo, redobrado na eternidade. E, conseqüentemente, como doutrina de ação, como humanismo, desaparece.

Mas o evangélico, o crente, pretende ser também um soldado, um revolucionário, como Cristo o foi, e para isso, precisa antes colocar seu interior de acôrdo com o exterior, porquanto, do contrário, não passará de mero D. Qui-xote, imaginando batalhas, sem que delas participe.

A realidade, porém, é que o meio evangélico no Brasil talvez seja o maior baluarte do conservadorismo e do reacionarismo dentro de nosso momento histórico. Até mesmo a Igreja Católica, inteligentemente, e por ação de alguns de seus mais avançados representantes, está tentando se ajustar à transformação e começa a pregar as reformas nacionais de estrutura.

Aparentemente, talvez, dois motivos principais expliquem o fato. Primeiro, o evangélico não reconhece, ou não pressente relação alguma com o caso, a necessidade de se investigar e denunciar as verdadeiras intenções americanas para com o Brasil e a atuação da economia capitalista, muitas vezes por gratidão e por delicadeza para com os missionários estrangeiros. Segundo, seu acentuado radicalismo religioso, ao ponto de fazer gravitar todos os problemas sociais em dois focos principais: a conduta religiosa individual do homem e as relações entre as duas categorias morais — o prêmio e a recompensa.

Em realidade, não participa da luta pela transformação da sociedade brasileira porque aprendeu a desviar seus olhos para uma pseudo-realidade, para um suposto problema, vale dizer, aprendeu a considerar o pecado individual como produtor dos males sociais e por isso tenta alcançar, primeiro, o indivíduo relegando a papel secundário e social, identificando-se quase com a doutrina do rearmamento moral que vê a necessidade de virtudes individuais absolutas, justamente porque, não quer ver o relativismo dos atos humanos. Os males sociais não existem por si mesmos, porque nada, no homem, se cria no vácuo. Tudo tem causas, e elas são

mais complexas do que parecem. A transformação pessoal ou a conversão, para usar termo bíblico, quando não criticamente realizada, torna-se estática, mediocrizo-se, porque basta-se numa atitude individualista. Quando crítica, ela também se altera, e se dirige de encontro ao outro, quer dizer, ela torna-se revolucionária, no sentido de querer transformar uma realidade que lhe é a si e ao outro insuportável, procurando descobrir as causas, pois, eliminando-as, não sobreviverão os efeitos.

Assim, é particularmente curioso, constatar a atitude do protestante brasileiro, que, sofrendo ou dizendo sofrer uma revolução interior e pessoal, não percebe a necessidade de uma transformação também da sociedade, ou, se percebe, procura executá-la por métodos subjetivos e não sociais. O que é mais importante, despreza a ciência sob o pretexto de que o conhecimento científico não representa uma verdade imutável e, portanto, indigna de confiança; e não usando o método científico, considera que o mesmo tipo de conversão por êle experimentado também o deveria ser pela sociedade. Por incrível que pareça, falta-lhe ainda a consciência da distinção entre as duas realidades: a subjetiva e a objetiva, o individual e o social. E por isso pouco lhe importa quais as causas materiais que determinam o tipo de sociedade em que vive, apesar de considerá-la injusta e em crise. E por não se interessar pelas causas, passa a ver a sociedade atual como normal. Uma normalidade da anormalidade. É, contraditoriamente, uma mentalidade inteiramente materialista e alienada pois o social não é soma nem produto de par-

celas individuais, mas um complexo conjunto orgânico de relações que não brotam do indivíduo, mas sim do próprio movimento em que espírito e matéria estão envolvidos.

Parece-me que é a juventude a parte da comunidade evangélica mais sensível a essas contradições internas e externas do meio protestante brasileiro. Geralmente, ela toma dois caminhos. O primeiro, mais fácil, é o caminho da fuga, do desinteresse, desde que não encontra possibilidades de realização social no fechado círculo evangélico. Fuga passiva, acrescente-se, porque ou permanece nas igrejas, como meros assistentes e repetidores de frases, não acreditando em seu conteúdo, ou simplesmente, deixam-nas, indiferenciando-se com a vida comum, perdendo o próprio significado de sua fuga. O outro caminho é o mais árduo. O jovem procura lutar contra o conservantismo e a estagnação dentro das próprias igrejas e, por isso, são chamados de rebeldes ou de comunistas, quando sua atuação crítica incide nos problemas sociais econômicos e políticos. Quando, justamente, se rebelam com a passividade e a conivência do silêncio protestante no Brasil; quando lutam contra os donos das igrejas que oram e pregam sermões piedosos, mas que compactuam com a oligarquia reinante na exploração do trabalhador e na corrupção do sistema econômico-social, quando se revoltam com frases bíblicas apostas em grandes empórios comerciais, ou quando vêm seus irmãos de mãos dadas com a classe dominante, combatendo as legítimas aspirações do povo.

Esses jovens são os que promovem congressos para se discutir problemas

sociais, são os que se envergonham da miséria do subdesenvolvimento e acreditam que não foi Deus que criou o mundo dessa forma para castigá-lo. Antes, procuram causas materiais — políticas, econômicas e sociais — da sociedade e tentam ajustar-se ao progresso humano para superar a crise capitalista atual. São os jovens que procuram revisar sua vida espiritual e por isso mesmo muitas vezes afastam-se das igrejas para melhor combater. E contra êles, disfarçada ou ostensivamente, voltam-se o desprezo e o pouco cristianismo da maioria, ou ainda, a pouca percepção dos novos tempos, de outros. “As muitas letras te confundem” ouvem constantemente. Mas, a história é irreversível e os jovens progressistas evangélicos aumentam cada vez mais em número.

Mas, o problema final. Como podemos resolver as contradições da realidade brasileira contemporânea. Atualmente, se discute um falso problema: se haverá ou não revolução, se é possível ou não evitá-la. Parece, contudo, que o verdadeiro problema é justamente, se investigar o modo como se fará a revolução brasileira, pois, ela é inevitável. Diria melhor, já estamos vivendo a revolução, pois a sua própria discussão e preocupação já indica um clima revolucionário. Revolução de libertação nacional que tomará, queiramos ou não, o caminho socialista.

Em 1963, apenas êste caminho libertará o povo brasileiro. Por várias razões. Não é mais possível um desenvolvimento econômico-social rápido, nos moldes capitalistas. Primeiro, porque não há mais áreas colonizáveis para as quais o jovem capitalismo pudesse se

voltar e, portanto, inexistente o pressuposto básico da acumulação inicial capitalista. Segundo, porque os mercados já estão preenchidos e nenhum país jovem, como o Brasil, poderia competir com os monopólios internacionais. Terceiro, porque, existindo a livre competição, o capitalismo tende para o monopólio. Com o monopólio, a riqueza fica concentrada nas mãos de uns poucos e a situação continuará a mesma. Quarto, porque a economia capitalista se baseia no lucro e não no consumo e, por isso, é materialista em sua essência, levando os homens a guerra pelo dinheiro. Quinto, porque o capitalismo é injusto. Todos os homens têm o direito de participar do que produzem e é desumano que o dono do capital se aproprie do resultado do trabalho, que deve ser uma riqueza social. Sexto, porque o capitalismo não permite que o trabalhador trabalhe o que é seu e para si — que é o mesmo que ser de todos e para todos. Não permite que êle seja integrado plenamente na sociedade humana, porque o transforma no objeto, invés de sujeito e titular do trabalho. Sétimo, porque o modelo de revolução capitalista oferece um desenvolvimento lento e desigual. O povo miserável do Brasil não pode esperar. O desenvolvimento lento gera também a instabilidade social e política e por isso contradiz aos benefícios visados. Oitavo, porque o desenvolvimento capitalista é desigual, não planejado e anti-científico e por isso cria áreas de tensões internas. Finalmente, porque o capitalismo é incapaz de extirpar a pobreza, o desemprego, a ociosidade e, portanto, os vícios e os crimes. “A sociedade capitalista, erigindo o dinheiro em valor

supremo, faz com que, na vida do homem, tudo desça à condição de mercadoria exposta à venda: o seu trabalho, a sua inteligência, a sua cultura. É por isto que a sociedade capitalista termina sempre por levar à frustração os nossos ideais mais íntimos, prostituindo os nossos sentimentos, corrompendo os nossos sonhos, degradando o homem e a mulher, embora muitas vezes ambos não tenham sequer a consciência dessa degradação". (13)

O Socialismo, ao contrário, estrutura-se numa economia planificada dirigida para o consumo, através da propriedade social dos bens de produção. Eliminando o lucro, cessará a cobiça pessoal e a acumulação desproporcional da riqueza por parte de uma minoria. O Socialismo é um ideal humanista, porque coloca o homem no seu lugar devido, o de sujeito do trabalho, abolindo a exploração do homem pelo homem. Suprime a submissão salarial do trabalhador ao patrão, inexistindo, portanto, grupos privilegiados, porque todos são iguais, e se pedirá ao indivíduo aquilo que êle fôr capaz de produzir, e lhe será retribuído o resultado do seu trabalho. No Capitalismo apenas parte dos recursos humanos e materiais são empregados e, por isso, êle não atinge à tóda a sociedade. A economia socialista, ao contrário, promove o desenvolvimento social mediante o uso integral e rápido de todos os recursos. "Ao produzir-se a socialização dos meios de produção, liberam-se automaticamente ingentes recursos econômicos e financeiros que, até então, eram improdutivos nas mãos da burguesia, e a acumulação se faz mais rápida e mais fácil. Todos os setôres da produ-

ção social são colocados em interação e interdependência, fato que provoca a ascensão contínua, homogênea e rápida de tóda a economia". (14)

O sistema socialista apresenta-se plástico até o infinito. Justamente porque é baseado no método científico e representa uma etapa superior na história da humanidade. Assim, o Socialismo brasileiro teria de incorporar à sua forma democrática certas aspirações nacionais que sempre se mostraram permanentes em nosso meio, como o sistema federativo, como o presidencialismo, como o espírito religioso do povo.

O problema a ser discutido, portanto, será a forma, ou o processo revolucionário, se violento, isento de terror e do ódio, do trauma belicista, ou se tranquilo, se pacífico. É bem verdade que as perspectivas não são alentadoras para o salto não violento. Cabe à parte da população mais conscientizada e progressista tentar o método pacífico. Rápido; defendendo, hoje, as chamadas reformas de base, não como solução definitiva, por que elas são mais conjunturais do que estruturais; mas porque elas poderão, se transferidas às lideranças populares, como coisa sua, e não como doação espúria da oligarquia representada no Congresso, significar uma etapa para a radical transformação do Brasil. Etapa conscientizante das massas que poderão levá-las a eleger um congresso revolucionário que vote leis revolucionárias que estrutrem a nova sociedade brasileira. E, para terminar com Brecht, "já que as coisas estão assim, assim não permanecerão".

NOTAS

- 1 — Leôncio Basbaum — História Sincera da República — vol. 3. p. 259, Editora Edaglit, São Paulo, 1962.
- 2 — José Honório Rodrigues — Aspirações Nacionais — Interpretação Histórico-Política — p. 78, Editora Fulgôr, São Paulo, 1963.
- 3 — Leôncio Basbaum — op. cit., vol. 2, pp. 194 e 360.
- 4 — Recentemente, a imprensa nacional denunciou uma reunião de capitalistas americanos, que operam no Brasil, com o embaixador norte-americano, Sr. Lincoln Gordon, para discutir sobre as eleições presidenciais de 1965. As notícias afirmavam que as "simpatias" teriam recaído no Sr. Carlos Lacerda, tendo sido "queimado" o Sr. Juscelino Kubitschek. A embaixada ianque, evidentemente, negou a suposta reunião, mas o Sr. Juscelino levou o caso a sério e protestou, publicamente, contra esse tipo de interferência na vida política do país.
- 5 — Os principais dados estatísticos apresentados foram aproveitados da citada obra de Leôncio Basbaum, dos livros "Que é a Revolução Brasileira?" de Franklin de Oliveira e "321 Perguntas a um Brasileiro" de Herculano Neves (Editora Fulgôr, São Paulo, 2a. edição, 1962).
- 6 — Cfr. Álvaro Vieira Pinto — Porque os Ricos não fazem Greve? — Cadernos do Povo Brasileiro — Editora Civilização Brasileira, Rio, 1962.
- 7 — Celso Furtado — A Pré-Revolução Brasileira — p. 28 — Editora Fundo de Cultura, Rio, 1962.
- 8 — O Sr. Magalhães Pinto, Governador de Minas Gerais e banqueiro — informante insuspeito, portanto — afirmava no "Jornal do Brasil" de 27/7/1962 que cerca de 2 bilhões de dólares estão depositados por brasileiros no estrangeiro (Veja-se José Honório Rodrigues, op. cit., p. 121, nota ao pé da página).
- 9 — José Honório Rodrigues — op. cit., p. 196. Seguimos, em linhas gerais, a orientação de J.H.R. quanto à caracterização das classes sociais e do sistema político brasileiro.
- 10 — Ibidem — p. 115.
- 11 — Ibidem, ibidem — p. 21.
- 12 — Fernando de Azevedo — A Cultura Brasileira — p. 143, Edição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio, 1943.
- 13 — Franklin de Oliveira — Que é a Revolução Brasileira? — p. 64 — Cadernos do Povo Brasileiro — Editora Civilização Brasileira, Rio, 1963.
- 14 — Ibidem — p. 85.

RÉSUMÉ

L'AUTEUR cherche dans ce travail à caractériser la société brésilienne actuelle et la position des divers groupements religieux protestants. Il part d'une proposition à peu près acceptée par la plus grande partie des auteurs brésiliens modernes à savoir que la société brésilienne se trouve dans une situation explosive. Les brésiliens conscients s'interrogent sur les raisons d'une situation à laquelle ils ne peuvent se conformer et désirent construire une société nouvelle. Ils discutent donc sur la solution la mieux adaptée au "climat" brésilien, à partir de deux thèses principales: le capitalisme (ou le néo-capitalisme) et le socialisme.

Pour l'Auteur la vie économique et sociale brésilienne se trouve emmêlée dans un ensemble de contradictions qui ont rendu plus aigüe la crise nationale, spécialement à partir de 1930. L'infrastructure économique du Brésil tant à l'intérieur que dans ses relations externes, est nettement de type colonialiste. La région sud du Brésil agit comme pôle d'attraction par rapport aux autres régions, et provoque un déséquilibre régional dans

la distribution des richesses. Extérieurement, le Brésil est dominé par l'impérialisme international au moyen du contrôle d'environ 80% de sa production industrielle. L'agriculture est asphyxiée par les "latifundia" improductifs et par des relations de production semi-esclavagistes et semi-féodales.

La classe dominante, composée des industriels, des commerçants urbains et des grands propriétaires, se trouve divisée. Les premiers refusent l'ingérence du capital étranger et acceptent quelques réformes. Les possesseurs de terres, par contre ne pensent qu'à maintenir le "status quo". Le prolétariat, lui, prend conscience rapidement de sa condition de classe exploitée; mais il présente aussi, des divisions sensibles. La classe ouvrière du sud du pays, mieux rémunérée, défend des positions réformistes alors que le paysan (60% de la population) est franchement révolutionnaire. La classe moyenne est indécise. Sa caractéristique paraît être l'indignation morale. Parfois elle est pour la classe dominante, parfois pour le prolé-

tariat. Actuellement, étant donné la hausse du cout de la vie, elle se prolétarise.

Pour l'Auteur, le pouvoir politique, au Brésil, est exercé par les groupements économiques les plus forts, qui établissent ainsi une oligarchie plutôt qu'une démocratie. Les analphabètes (la majorité des paysans et de la population), les soldats et les caporaux, ne votent pas. Le gouvernement est élu par à peine 10% de la population. Les partis politiques corrompent par l'argent et les "combines" leur faible corps électoral.

Ils n'ont aucun programme idéologique, excepté le P. S. B. (Parti Socialiste) et le P. C. B. (Parti Communiste) ce dernier illégal. Les représentants politiques, indépendamment de leur filiation partisane, ont adopté deux positions non idéologiques: nationalisme économique ou vénalité, selon les circonstances. Du fait du pluralisme des partis politiques et du système électoral l'opinion de la majorité populaire n'est pas représentée.

L'Auteur considère le protestantisme, au Brésil, comme un phénomène caractéristique de la classe moyenne. Il a été introduit, spécialement par les missionnaires américains — de la classe moyenne — parallèlement à la grande expansion "yankee" en Amérique Latine. Les missionnaires ont trouvé la classe moyenne brésilienne en formation, donc, in-

capable d'assimiler "en brésilienne" le message protestant. Acceptant la morale puritaine, caractérisée par la contention verbale et la pureté sexuelle, méprisant des points fondamentaux du génie brésilien, le protestantisme est resté étranger à la vie du pays. Aussi n'y a-t-il pas au Brésil de pensée protestante ou d'interprétation protestante de la société brésilienne. L'Auteur souligne également les contradictions du protestantisme par rapport au monde d'aujourd'hui, comme son manque d'esprit critique sa morale absentéiste, ses positions individualistes face aux problèmes sociaux. Il semble qu'une partie de la jeunesse protestante soit rebelle à ces positions; bien qu'étant vigoureusement combattue, prend des positions progressistes.

Conclusion: L'Auteur analyse les solutions capitalistes et socialistes. Quant à savoir si la révolution vient ou non c'est dit-il un faux problème. Le brésilien vit la révolution, et celle-ci, parcourt inévitablement le chemin socialiste. Le vrai problème consiste à savoir si la révolution sera pacifique ou sanglante. La première hypothèse dépend d'une alphabétisation accélérée et de la politisation des masses afin qu'elle puisse élire un Congrès révolutionnaire que vote des lois "avancées". Les "réformes de base", conclue l'Auteur, représentent une étape décisive pour la solution pacifique de la crise brésilienne.

ABSTRACT

AN ANALYSIS of present-day Brazilian society is tried by the author, in an attempt at describing the "status" held by Protestant groups in it. He starts from a statement more or less well accepted by most modern Brazilian writers, namely that Brazilian society is in a state of explosion. One should rather say implosion, because most Brazilians who are conscious of this fact ask themselves what the causes of this social movement could be. They not only refuse to accept them but show an intense craving to eliminate them and build a new society, while discussing the solutions that would seem best fit to the Brazilian political "climate". These solutions all center around two economical theses: capitalism (or neo-capitalism) and socialism.

The ruling class, made up of industrialists, businessmen and landowners, finds itself internally divided. The first ones refuse to accept foreign capital and seem to welcome a few reforms. The landowners are exclusively interested in maintaining the "status quo". The proletariat, in its turn, rapidly gains conscience of itself as an exploited classe. It is also internally divided. The labor force in the South of Brazil, being among other things, better paid, defends reformist positions, while at the same time the peasants (which account for 60% of the population of Brazil) take an openly revolutionary position in the political match. The

medium class simply hesitates. Its main characteristic seems to be moral indignation. It sometimes sides with the ruling class just to sweep over the opposite side in times of crisis. Presently, due to the soaring inflation that plagues Brazilian economy, the medium class is undergoing a continuous process of proletarianization.

To the author, Protestantism in Brazil is a strictly medium class phenomenon. It was introduced in this country mainly through the efforts of medium class American missionaries. The Brazilian medium class at the time of the yankee expansion into Latin America was not in a position to receive the Protestant message in what we might call a "Brazilian way". Accepting the Puritan morals, whose main traits were verbal abstention and sexual purity, and neglecting some peculiarities of the Brazilian temperament, Protestantism became gradually something foreign to Brazilian life. Accordingly, there is no such a thing in Brazil as a true Protestant thought or, for that matter, no true Protestant interpretation of Brazilian society. The author points to some contradiction in which Protestantism finds itself nowadays in Brazil, like its lack of a critical approach to some of our socio-economic problems, together with its absenteeist morals, its subjective and individualistic methods. To the author's mind, there seems to be something of a rebellion on the part of the younger Protestant generations against these facts.

A Poesia de Vanguarda e a Escola Primária

TALVEZ FÔSSE ESTRANHO, talvez não fôsse, o fato de apresentarmos num encontro de poetas de vanguarda uma comunicação que não vai se realizar nas complicações terminológicas da crítica atual, nem pretende propor soluções técnicas ou mesmo a contribuição crítica à obra de algum grande autor porventura também vanguardista.

Este trabalho terá antes o caráter de depoimento. Se por acaso aqui forem encontrados elementos para a reelaboração do problema sempre discutido das relações entre poesia/sociedade, poesia/povo, nos sentiremos compensados.

Por outro lado, cumpre assinalar que nos achamos à vontade para abordar êsse tema. Ainda recentemente publicamos em livro um ensaio — O DESEMPRÊGO DO POETA. Era nossa principal preocupação, demonstrar que o divórcio que existe entre o poeta e a sociedade, tem explicações sócio-econômicas. Na análise que fizemos, depois de uma ligeira exposição histórica das relações entre o público e a poesia, concluímos que no século XX, novos fatores influenciaram e agravaram o distanciamento entre o poeta e a sociedade. Demonstramos que o poeta fôra substituído em seu pedestal histórico, por figuras típicas do mundo contem-

porâneo, mais convincentes e mais convenientes aos olhos do grande público: o jogador de futebol, o artista de rádio e de cinema, o jornalista, o “public relations” e até mesmo o cronista social. Com o desenvolvimento pragmatista de nossa sociedade e pelas imposições sócio-econômicas inerentes, passou o poeta a ser uma figura secundária na intrincada engrenagem social.

Não vamos fazer aqui a reexposição de nosso pensamento. Queremos, contudo, assinalar um ponto importante para o reestudo da questão. E aqui entra o interêsse desta nossa comunicação. Vejamos:

Quando publicamos aquêlê ensaio, preocupados em assinalar as causas do “desemprego”, não cuidamos de apontar os processos mediante os quais o poeta poderia de nôvo restabelecer seu contacto com seu público cada vez mais indiferente. Entre as pessoas que criticaram o livro, houve uma que realmente trouxe uma contribuição nova ao problema. Foi a professôra e diretora escolar, autora de vários livros para criança, Elza Moura que, em artigos para jornal, chamou nossa atenção para as possibilidades que tem a escola primária de realizar um trabalho de reatamento das relações entre o poeta/poesia e o público/sociedade. Dizia a pro-

fessôra, que vários autores modernos brasileiros eram comumente utilizados pelo programa oficial do ensino primário em Minas Gerais. Através de leituras, declamações, corais falados e leituras silenciosas, os meninos tomavam conhecimento de poemas de Drummond, Bandeira, Cecília Meireles, Vinícius de Moraes e outros. Isto, bem se vê, é um avanço extraordinário; principalmente quando se considera que mais da metade de nossos professores secundários têm sólidos e impenetráveis preconceitos contra a poesia dita moderna ou qualquer sombra de inovações em arte.

Depois dos seus artigos vazados na prática diária em contacto com os meninos, resolveu aquela educadora fazer mais um experiência dentro do campo das relações poesia-aluno. Tomou um de nossos poemas, considerado poema de vanguarda, e atestou-o devidamente junto à compreensão de seus garotos no Grupo D. Silvério Gomes Pimenta, grupo de periferia, em Belo Horizonte. Sobre o método aplicado e sobre o resultado, a professora nos dá conta num relatório que transcrevermos adiante. Contudo, antes das palavras de Elza de Moura, gostaria de fazer as seguintes e rápidas considerações:

a) o poema fôra elaborado dentro de um critério rigoroso de síntese. Nele, não obstante se encontre o sujeito, o predicado e o complemento, êles se insinuam de maneira complexa e diluída. Não há nenhuma métrica nem rimas dentro de um critério tradicional e parnasiano.

b) o poema já fôra publicado em livro, revista e jornais, tendo recebido críticas as mais diversas e antagônicas: desde um rapaz de 15 anos, semi-anal-

fabeto, dado às pescarias, que demonstrou com entusiasmo as sensações que o poema lhe provocou, até as palavras de uma jovem professora universitária que o qualificou de "ajuntamento de palavras, que eu faço quando quiser". Como se pode ver, duas posições opostas. É claro que, como autor, estou e estarei sempre com o semi-analfabeto de 15 anos dado às pescarias, que não tem nenhum falso verniz de sensibilidade.

Depoimento da professora

Quem acompanha o desenvolvimento da composição infantil, nota a tendência para a repetição desnecessária, a prolixidade, e, quando a síntese começa a se manifestar, marca uma fase importante: uma evolução avançada. Os mestres da metodologia da língua nos ensinam que uma composição infantil deve ser apreciada e não corrigida, justamente por causa das fases da evolução do pensamento da criança.

Como uma criança se comportará diante da poesia moderna?

A experiência que levamos a efeito mostra que a criança compreende a síntese, embora ainda não tenha alcançado essa etapa. Foi o que concluímos com o nosso estudo. A técnica usada foi a seguinte:

escolhemos a poesia A PESCA de Affonso Romano de Sant'Anna, para ser aproveitada em duas classes: uma de 3a. e a outra de 4a. séries do curso primário, do grupo escolar "D. Silvério Gomes Pimentel", da capital. Com a classe da 4a. série (crianças entre 9 e 11 anos na média), lemos a poesia, sem comentários e sem dizer o título.

Pedimos logo em seguida a interpretação escrita e ainda pelo desenho. Aí estão os trabalhos das crianças.

Mais tarde um menino me acercou no recreio e perguntou se a poesia falava sôbre a pesca. Confirmei a opinião dêle. E muitas outras crianças discutiram sôbre o assunto da poesia.

Com a classe da 3a. série, de crianças mais novas (entre 8 e 9 anos), a técnica foi diferente.

Partiu de uma conversa em que indaguei da classe se sabiam como era feita uma pescaria, uma pesca. Muitos falaram, contando minúcias sôbre essa atividade que tanto poderia ser um esporte como um meio de vida.

Depois dessa conversa viva, comecei a ler o poema para a classe. Receiando o excesso de síntese que poderia prejudicar a interpretação li a primeira estrofe e perguntei se compreendiam os versos. Sem hesitação, as crianças disseram:

— Conta que é o céu, o homem jogando o anzol na água, e o azul do céu refletido no rio.

Lia cada estrofe e esperava a interpretação da classe. Quando surgiu a palavra âncora, perguntei o que era. Recebida a resposta, levei as crianças a descobrirem a semelhança da âncora com o azul. E assim foi feita a leitura de todo o poema. Logo depois as crianças escreveram sôbre êle, completando o trabalho com desenho. Aí estão:

O Poema

- o anil
- o anzol
- o azul

- o silêncio
- o tempo
- o peixe

- a agulha
- vertical
- mergulha

- a água
- a linha
- a espuma

- o tempo
- a âncora
- o peixe

- a garganta
- a âncora
- o peixe

- a bôca
- o arranco
- o rasgão

- aberta a água
- aberta a chaga
- aberto o anzol

- aqueleíno
- ágilclaro
- estabanado

- o peixe
- a areia
- o sol

Exemplos de Composições

Transcrevemos a seguir alguns exemplos das composições dos alunos da 3a. e 4a. séries. Lamentamos apenas não colocar aqui tais composições em reprodução de clichés para que o leitor

se delície com a ortografia, as ilustrações e desenhos sôbre a pesca.

A Pesca

Era uma vez um homem que ia fazer uma pesca. Êle se chama Pedro. Êle pescava nun rio muito bonito de águas claras e azuis. O céu estava muito azul e o sol quente. Então Pedro jogou o anzol o silêncio era completo. Então veio o primeiro peixe e a pouco o segundo terceiro e daí por diante. E Pedro foi pondo os peixes na aréa e o sol brilhava no ceu. A garganta do peixe ficou maxucada e a bôca também. Quando Pedro viu que era ora de almôço foi embora e gostou da pesca. A mulher de Pedro flitou os peixes e êles comeram com bom apetite.

(Maria Cândida Gomes - 3a. série - Idade-8;8)

A Pesca

O pescador sentou à beira do Rio.
Pós o anzol dentro d'água
E o silêncio começou,
O sol estava lindo e o céu azul.
O peixe agarrou o anzol.
O pescador puxou.
E rasgou a cabeça do peixe.
A água fêz um buraco.
Para o peixe sair.
E maxucou o peixe.
Deixou o peixe na areia no sol.

(Débora Lima Bassalo - Idem - Idade-9)

Pescaria

O anil descreve a côr do céu
O anzol com que estava pescando.
O azul é a côr do rio.

O silêncio é o modo que o tempo estava. No rio o barco andava, a ancora desceu, o barco parou. E um menino na areia pescava. O peixe viu a isca e foi comê-la. A aguolha mergulha no rio. E o peixe e anzol, o peixe saiu. O menino partiu o peixe no meio lavou fritou e comeu no silêncio do dia.

O sol estava quente, o fogo vermelho, e o menino comendo o peixe. O menino pescador se chamava Mario. Nesse momento a água do rio espumava.

(Maria de Fátima Gomes Ferreira - 4a. série - Idade 11;8)

O Pescador

Eu entendi que a côr azul e a água o mar tinha refletida do céu. A agulha vertical era o anzol e a linha era a linha do anzol. De repente êle pescou um peixe. A linha do anzol entrou na bôca do peixe e enganchou na sua bôca. O silêncio era para não espantar os outros peixes que estavam no mar.

(Rosângela Ferreira Diniz - idem - Idade - 10;4)

Análises das composições

Com o depoimento da professôra Elza de Moura, com o exemplo dessas quatro composições e baseados ainda em outras composições, poderemos partir para uma análise do trabalho dos meninos, tentando fixar as características principais. Vejamos:

1) o total de composições é de 72. 43 pertencem à 4a. série, 39 à terceira;

2) dessas 72 pode-se concluir que houve uma compreensão geral e essencial do poema;

3) dentro dessa compreensão geral, poderemos observar:

a) há uma ligeira diferença no grau de percepção entre os alunos das duas séries. Os mais adiantados se expressaram melhor, não obstante os da terceira série demonstrassem uma percepção nítida do poema;

b) somente dois trabalhos podem ser considerados excessões em relação aos demais. Um, por se mostrar um tanto confuso; e outro por se constituir numa variação sobre o tema proposto. E, porque podem ser considerados excessões, os transcrevemos:

O Pescador

Um pescador mergulhou o anzol na água do mar e pegou um peixe o sol na areia no silêncio do ar um navio afundou e a água espumou a água e o sabão.

(Elizabeth Faeda - Idade 11;7)

Apesar da síntese exagerada da aluna está aí a prova do entendimento geral do poema. Pela ortografia e pela ausência completa de pontuação, pode-se deduzir não só o grau do adiantamento da menina (compare-se com as outras composições transcritas), como pode-se perceber que ela lançou no papel o seu pensamento puro e simplesmente para desfazer-se de uma exigência da professora. Existe, contudo, nesse trecho, um dado curioso: o aparecimento de um navio que afundou. Não se sabe onde foi a menina buscar tal idéia, a não ser num sistema particular de correlações e analogias a partir das palavras água e mar. Outra palavra curiosa aí é — “sabão” — que

deve pertencer também ao seu vocabulário doméstico.

O outro trabalho que pode ser considerado mais como uma variação sobre o tema indicado, é o seguinte:

O Mar

Um mar côr de anil com ondas bem fortes. um navio dando voutas no anil do lindo mar o mar de poucos peixes. Os homes prêsos ficam olhando quando ela dá aquelas ondas ficam assustados com aquele barulho forte quando o mar, fica manso todos ficam muito alegres. Os prisioneiros ficam amigos para nunca mais brigar.

(Telma Borges de Oliveira Santo - Idade-10;8)

É fácil de se constatar que a aluna embora tenha fugido ao tema central, ficou na ambiência do mesmo, preferindo descrever o mar e seus incidentes. Aliás, o próprio título da composição já dá a direção que a aluna seguiria — *O Mar*.

4) os trabalhos podem ainda ser classificados em dois grupos:

a) os que manifestam somente uma tarefa de reprodução, de espelha-gem pura e simples do poema;

b) e aquêles que ostentam uma imaginação rica, capaz de acrescentar algo à idéia central da pesca.

Êste segundo tipo é o mais interessante e o que mais nos importa. Vejamos, portanto, alguns dos recursos imaginativos dos meninos:

o peixe é comido:

...“no rio o barco andava, a ancora desceu, o barco parou. E um me-

nino na areia também pescava. O peixe viu a isca e foi comê-la (...) o menino partiu o peixe lavou fritou e comeu no silêncio do dia.”

(Maria de Fátima Gomes Ferreira - Idade, 11;8)

a presença da sereia:

...“o homem levou o peixe para a areia. Ele era gordo e bonito. A agulha e o que estava no anzol. E no rio também tinha sereia.”

(Imaculada Ribeiro da S. - Idade - 12;2)

fuga do peixe:

...“o peixe escapou do anzol e pula na areia. A areia está muito quente, pobre peixe escapou de uma morte mas morreu em outra. O sol estava muito quente e areia pegando fogo.”

(Mário Treneide - Idade - 12;10)

a espôsa do pescador:

“Era uma vez um homem que gostava muito de pescar. Um dia o homem foi pescar no pelo riacho. Este homem se chamava José ele mas a espôsa”...

(Pedro Antônio da Silva - Idade - 11;10)

sentido prático-comercial:

...“Sôbre o imenso mar lá ia o navio com muitas pessoas dentro. Velava de lá para cá. O pescador com sua riqueza de peixe vendia-os no mercado ganhando dinheiro para sustentar sua família. O sol iluminava a terra dava vida as plantações”.

(Milton Prado - Idade - 11;3)

Esse aluno intitulou a sua composição

de O Dia; isto explica suas variações sôbre o tema.

explicação sôbre a agulha:

Talvez a imagem mais difícil do poema fôsse aquela que chama o anzol de agulha (já que ele é continuação da linha). No entanto o entendimento foi exato como no caso da menina Rosângela Ferreira Diniz (idade - 10;4) que interpretou a imagem como a maioria:

“Eu entendi que a côr azul e a água que o mar tinha que era refletida do céu. A agulha vertical era o anzol e a linha era a linha do anzol. De repente ele pescou o peixe. A linha do anzol entrou na bôca do peixe e agarranchou-se na sua bôca. O silêncio era para não espantar os outros peixes que estavam no mar.”

Existe em uma outra composição esta mesma idéia e com uma variante:

...“E pescador pesca silenciosamente para não espantar os peixes. E a agulha vertical e guarda na sacola de pano.”

(Sérgio Márcio Silva - idade - 11;10)

imaginação romântica:

A composição seguinte além de ser muito bem redigida, quase sem erros gramaticais, demonstra uma imaginação rara:

O lindo lago azul

Um dia em que fui fazer um passeio encontrei um lindo lago com as águas de côr de anil e igual a côr do céu. Eu

vi que no lago tinha muitos peixes, na beira do lago havia um pescador com uma enorme vara de pescar em sua vara havia uma agulha vertical amarrada numa linha amarrada na ponta da vara. Era um lindo dia de sol. O pescador zax puxou a vara e fêz um rasgo na garganta do peixe com a âncora. Era um lindo peixe dourado, o pescador jogou de novo a vara no lindo lago azul. E eu também joguei a minha vara e comecei a pescar. Aquêlê dia para mim foi um grande dia por que fiz aquele dia um bom passeio. O pescador levou o peixe apanhando o peixe na areia que havia jogado naquele lugar e ainda estava o céu azul da côr do anil e o pescador foi embora e eu também fui cada um por um caminho”.

(Edmir Lage Amorim - Idade 11;1)

Êsse menino meteu-se dentro da história como personagem e estabeleceu um enrêdo com um princípio, meio e fim. Também caracteriza o peixe: “lindo peixe dourado”. Assinale-se ainda que a imaginação romântica do menino preferiu um “lindo lago azul” e não um rio ou mar para sua história.

violência da pesca:

Dentro do poema existe a intenção de um efeito: dar a sensação da violência da pesca com o mínimo de emoção e palavras. Êste efeito é preparado dentro da calma geral do poema com o aparecimento do terceto:

a garganta
a âncora
o peixe

sonoras do “r”, mesmo no terceto seguinte:

o bôca
o arranco
o rasgão

Em geral, tôdas as composições demonstram uma mesma reação diante do ato da pesca: todos os alunos lamentam a morte do peixe e ressaltam a ferida que o anzol lhe causou. Esta foi a cena mais fixa na mente dêles, a que mais os impressionou. Vejamos alguns exemplos:

...“o pescador, puxou a linha e tirou o peixe de dentro d’agua e jogou-o na areia onde estava o sol. A garganta do peixe ficou tôda estrangulada. Pobre peixe, lá estava êle estrangulado, deitado na areia”.

(Maria Lúcia Caetano - Idade 12;8)

...“o pobre do peixe agarrou a bôca no anzol e o pescador puxou-o. O peixe rasgou a bôca. Oh! como o peixe sofreu.”

(Nilton José Abreu - Idade 13;8)

...“a linha do anzol enfiou na bôca do peixe e agarrou na garganta dêle. Êle ficou com chagas isto é cheio de machucados.

(Edna Sueli Taschaber - Idade 11;6)

...êle jogou o anzol e pescou um peixe, furou a bôca dele e rasgou a bôca do peixe e levou para a praia”...

(Shirley das Graças de Jesus - Idade 12;8)

e através da exploração das variantes

...“o pescador lançou o anzol no

lago espumado e sentiu que um peixe estava puxando o anzol então êle puxou a sua agula que estava muito afiada, rasgou a bôca do peixe e êle encheu o lago de sangue.”

(Edsmund Cândido - Idade 10;11)

a presença do navio:

Vários alunos incluíram um navio em sua história. Mas houve um que foi mais adiante. Vejam:

...“o mar azul côr anil está espulmando e o céu e o silêncio corre na praia e um navio ancorando no pôrto Angra dos Reis, e quando o pescador lança o anzol”...

Dois Estilos

Um outro ponto que merece destaque especial, refere-se aos estilos em que foram escritas as composições. Alguns são analíticos descritivos e deixam a imaginação à sôlta, enquanto outros são sintéticos e se restringem ao mínimo de informações possíveis. A respeito dêstes últimos, é interessante notar que alguns dispuseram as imagens e suas frases interpretativas mais ou menos em versos. Por outro lado, é importante assinalar que êles não viram o poema, o texto não lhes foi mostrado, faltando-lhes, portanto, êste tipo de comunicação — o visual, que, no caso do presente poema, é importante, pois êle obedece a uma disposição vertical como a linha da pesca. Uma aluna da terceira série chegou a enumerar os acidentes do poema para melhor distinguir a interpretação:

A Pesca

1) Havia uma lagoa bem

2) longe daqui.

3) Lá havia pescador

4) O céu estava azul

5) O sol estava quente

6) O pescador pós o anzol

7) dentro d'agua

8) O pescador puxou o anzol

9) O rio estava silêncio

10) O pescador arranca o anzol

11) o peixe e o peixe saiu com

12) o anzol. O anzol machucou

13) o peixe.

(Dirce Maria Marques - Idade 9;1)

Esta disposição escolhida pela própria aluna, talvez indique a intenção de destacar os elementos novos da composição através de alguns “enjambements”. Contudo, muito mais importante que isto, será observar em outras composições assimilação do estilo da poesia lida em classe. Isto é perfeitamente explicável: o aluno primário reage dentro de um critério de imitação, aproveitando o vocabulário das histórias contadas e as expressões mais acessíveis. É assim que êle forma o embrião do seu vocabulário que a escola secundária teria responsabilidade de desenvolver melhor.

No caso do presente poema, instintivamente tentaram também assimilar a maneira da narração usada, não sendo raro os que fizeram como Salete Alencar Freitas: Idade 11;11, que começou assim:

O pescador

A água, o anil, o silêncio e o azul.

Água. É onde o homem pescava

Anil. Era a côr da água

Silêncio. Era onde não ouvia nenhum
[barulho.

Azul. O céu que não tinha em uma
[mancha branca.

O peixe, o anxol, silêncio agulha.

O Peixe. O que êle pescava.

Anxol. Como êle pescava

Silêncio. Como estava aquela hora
agulha. Que êle pendurava o peixe

O sal, areia, o peixe

Sol. Mostrava o tempo que êle pescava

Areia. O lugar que êle estava

Peixe. A coisa que êle pescava.

Como várias crianças usaram processos mais ou menos semelhantes, é válido assinalar que se verificou um fenômeno característico na evolução da escrita infantil: elas descobriram um novo estilo e o praticaram com uma certa naturalidade. Certamente, essas crianças do D. Silvério não teriam tardiamente a surpresa que tivemos, quando já adolescente vimos pela primeira vez um texto moderno de prosa através de um exemplo de Graça Aranha, onde a ordenação da frase era bem distinta da tradicional seqüência do sujeito, predicado e complemento.

Com êsses fatos encontramos perante algo constatado cientificamente e que interessa amplamente a todo escritor e educador: a linguagem escrita e oral da criança é susceptível de ser dirigida e exercitada em vários sentidos. Esta observação aparentemente simples e sem maiores implicações, terá o interesse devido se lembrarmos que os poemas considerados de vanguarda, oferecem ao leitor uma série de formas raras, às vezes exdrúxulas, anti-discursivas, demonstrando uma vocação cada vez maior para a síntese. Essas formas estranhas do poema de vanguarda aparecem para o adulto como aberrações

e exemplos teratológicos de poesia. Porém isto não se dá com a criança. Sua mente está límpida, infensa aos preconceitos literários, desimpedida de qualquer raciocínio "a priori". Isto nos leva quase a uma contradição: a criança está mais apta a perceber um poema de vanguarda, não obstante seja o adulto quem tenha maior vivência e reservas intelectuais para tal.

Isto tudo forçosamente nos remeterá a uma tese: a de que a criança não julga uma obra de arte mediante aspectos formais pré-estabelecidos, e que ela está apta a entender um poema de vanguarda, desde que o vocabulário e a "estória" se circunscrevam nos domínios de sua experiência diária.

Conclusão

Tôda essa análise logicamente nos porá frente a frente com uma questão, que aparecerá sob indagações diversas: o que tem sido feito no sentido de intensificar a leitura da poesia nas escolas primárias e secundárias? ou, como tem sido tratada a poesia em tais circunstâncias? o que neste sentido? quantas vêzes já nos detemos nós os poetas e educadores feito tivemos sobre êste assunto?

Sem dúvida a resposta não é muito lisonjeira, nem para os poetas, nem para os educadores em geral. Sabemos perfeitamente que o ensino secundário brasileiro é precaríssimo e se funda sobre improvisações. Está repleto de professôres sem preparo, sem qualquer sensibilidade literária, que de literatura entendem, tanto, quanto um bombeiro, de psicanálise. Na escola primária, felizmente, a coisa já é um pouco dife-

rente. Dizemos isto com o conhecimento direto que temos do problema em Minas Gerais, seja vendo trabalhos de meninos, seja visitando grupos, seja estudando e analisando peridicamente o problema. Em Minas há tôda uma geração de professôras primárias formadas na antiga Escola de Aperfeiçoamento e que têm na figura de Lúcia Casassanta, por exemplo, um estímulo e uma orientação segura.

Procurando uma bibliografia sôbre o assunto, encontramos dois livros fundamentais para a postulação do problema: *A Poesia no Curso Primário* de Alaíde Lisboa de Olixreira, Zilá Frota e Marieta Leite, edição da Francisco Alves em 1939, e a *Antologia Poética para a Infância e a Juventude*, organizada pela poetisa Henriqueta Lisboa, edição do Instituto Nacional do Livro, 1961.

O primeiro dêesses livros possui um estudo metodológico inicial, que se constitui numa dessas coisas mais felizes que já se escreveram sôbre o emprêgo da poesia na escola e seu conseqüente reemprêgo na sociedade. E é realmente consolador que no ano de 1939, três jovens professôras da província se reunissem para, numa antologia, incluírem poemas de Carlos Drummond, Manuel Bandeira, Cecília Meireles, Cassiano Ricardo, Augusto Meyer e tantos outros modernistas. É consolador e revela uma audácia, pois em 1939 ainda se ouviam os ecos da *Semana de Arte Moderna de S. Paulo* em 1922, e a poesia moderna era um tabu e uma vítima dos sempre desarrazoados saudosistas parnasianos.

Na introdução dessa antologia, destacam as professôras, a missão pedagógica que tem a poesia na escola primária, ora exercendo influência sôbre

a imaginação da criança, ora influenciando os sentimentos e emoções, ora transmitindo experiências intelectuais, e, em outras circunstâncias, revelando a natureza e desenvolvendo a sensibilidade virgem dos meninos.

No que concerne à obra elaborada por Henriqueta Lisboa, temos a atualização do que seria uma antologia universal, com base em coisas brasileiras, para crianças e adolescentes. Diz a poetisa na introdução do volume: "Apresenta-se quase sempre ao escolar brasileiro, sob o rótulo de poesia, certo artigo prosaico, naturalmente com muito boas intenções. No caso, o engano redundando em desserviço. O pseudo-poema, de versos mecânicamente inflexíveis e substância normativa, à feição de uma flor de papel, desorienta e deforma o gôsto natural. A verdade é que o magistério da poesia está no seu valor: a lição da poesia deriva de sua própria essência.

"O problema, diz ainda a autora de *O Menino Poeta*, resulta às vêzes da incompleta formação do professor, privado na primeira idade, em virtude de um círculo vicioso, dos cuidados estéticos. Agrava-se com a questão do material, aparentemente escasso. Êsse material existe em abundância, porém se encontra disperso".

A antologia em questão é um primor de elaboração. Dá gôsto ver nomes como Garcia Lorca e Gôngora, emparelhados com Langston Hughes e Tagore; isto, para não falar em Fernando Pessoa e em todos os nossos modernos. Pode ser que a antologia não funcione em todos os seus aspectos, pode ser; isto é questão para se provar, e a própria autora se abre

a essa eventualidade. Contudo, é um trabalho que não merece ser apenas louvado e imitado. Pode-se ver que constitui também uma prova e um apêlo a nós outros que nos dizemos vanguardistas e que ostentamos pretensões às vezes mais literárias do que pròpriamente humanas e nos afundamos dentro dos redemoinhos terminológicos com a vertigem dos néscios.

Está-nos faltando a vivência das coisas simples e básicas. Por isto, repetimos o mesmo êrro em que incorre a política nacional; tôdas as coisas se resolvem nas cúpulas. As bases estão aí ignoradas. E nossa poesia quanto mais deseje ser de vanguarda mais estará se distanciando de qualquer realidade, se não voltar sua atenção para êsses problemas educacionais simples e importantíssimos.

Se lembrarmos que o concretismo abriu para nós uma clareira realmente significativa e que graças a ela estamos aptos a achar o caminho perdido na floresta espessa; se considerarmos que os recursos verbi-voco-visuais podem se desdobrar amplamente em poemas-cartazes que levarão as crianças e o grande público ao encontro de uma nova linguagem, ao exercício de uma nova maneira de ver e de enxergar as coisas e partirmos para realizações mais concretas junto às organizações educacionais, talvez tenhamos resolvido o problema de nossa posição dentro da so-

cidade e possamos ver nossos livros editados aos milhares, como naqueles países em que um simples livro de poemas vende 500.000 exemplares.

A poesia brasileira caminha dentro de um bifrontismo: de um lado os poetas que se chamam vanguardistas por suas ousadias verbais, e de outro, aquêles que se dizem também na vanguarda pela luta de emancipação nacional e praticam uma poesia sem grandes achados formais. Os primeiros são aquêles da revista *Invenção e Tendência*, os segundos os publicados nos conhecidos *Violão de Rua*. As duas correntes se dizem portadoras de uma mesma missão social. Ambas querem e provocam o seu reencontro com o público. Somos testemunha dêsses fatos e praticantes dessa agonia. Por isto cabe agora esta pergunta: não estaria na escola primária e secundária a raiz da solução do problema? não encontrariam no contacto direto com êsses problemas educacionais as soluções para uma série de elocubrações estéticas? Não tenhamos dúvida: na escola estão não só as soluções dos problemas de um país subdesenvolvido, mas as soluções para nossos conflitos e agonias de escritores circunstancialmente exilados da vida social.

(O presente ensaio foi apresentado como comunicação na Semana de Poesia de Vanguarda, realizada em Belo Horizonte, sob patrocínio da Universidade de Minas Gerais, de 14 a 20 de agosto de 1963).

RÉSUMÉ

L'AUTEUR ANALYSE une tentative d'utilisation d'un poème d'avant-garde dans une classe d'école primaire à Belo-Horizonte (Minas Gerais). Rappelons que les poèmes d'avant-garde, partant d'une vocation toujours plus forte à la synthèse, offrent au lecteur des formes rares et hermétiques. Pour l'adulte ils paraissent des aberrations, des sortes

de monstres poétiques. Il en va tout autrement pour l'enfant: son esprit est encore limpide, exempt de préjugés d'ordre littéraire et il ne raisonne pas à priori. De là une espèce de contradiction: bien que les enfants soient les plus aptes à comprendre un poème d'avant-garde, ce sont les adultes qui ont à la fois l'expérience et les ressources intellectuelles qu'il faut pour cela.

ABSTRACT

THE AUTHOR reports on an experiment which involved the presentation of a poem of vanguard, written along the main lines of concretism, to Grade School students in Belo Horizonte, State of Minas Gerais. His conclusion is that a child's language, both written and spoken, is of such a nature as to permit orientation in a great many directions. This apparently simple fact has a number of interesting implications. One of them has got to do with some of the characteristics of concrete poetry which offer the reader, among other things, a series of rather rare forms, some

of them even opposed to common speech standards, showing that concretism has a call for synthesis. These strange poem forms seem to the average adult reader an aberration and monstrous examples of poetry. The child reader reacts in a rather different way. His mind is crystal clear and free from literary prejudices. A contradiction is then reached: a child is more apt to perceive a poem of vanguard, even though it is the adult who has the greater living experience and intellectual capabilities to that end.

Dinamismo Populacional e Renda, no Brasil

A APLICAÇÃO AO CAMPO econômico dos princípios de localização e extensão, peculiares à ciência geográfica, pode esclarecer questões fundamentais, que desafiam a Sociedade do nosso tempo.

No presente trabalho, vamos tentar rápido estudo da situação brasileira contemporânea, utilizando e combinando elementos dos métodos geográficos e econômicos, em benefício do que, talvez, possamos chamar uma síntese sociológica nacional.

Entre a Renda Interna de um País ou Região, sua Renda "per capita", suas Taxas de Natalidade e Mortalidade,

sua Distribuição Espacial (Densidade Demográfica) e a Vida Média de seus habitantes, existem relações que podem ser consideradas constantes, de modo que, quando variam a Renda Interna e a Renda "per capita", suas variações tendem a afetar, correspondentemente, as demais variáveis (Natalidade, Mortalidade, etc.).

No quadro abaixo, analisaremos, em detalhe, algumas daquelas relações, tendo por objeto de estudo o Brasil como um todo e suas diversas regiões geográficas:

POPULAÇÃO E RENDA
Brasil — 1962

REGIÕES	Natalidade	Mortalidade	Vida Média	Excedente Natural	Densidade	Renda Interna (Cr\$ bilhões)	Renda "per capita" (Cr\$ mil)
NORTE (inclui Acre, Rondônia, Amazonas, Rio Branco, Pará, Amapá e Maranhão)	46,14	22,91	39,7	23,00	1,05	65,3	12,8
NORDESTE (inclui Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia)	46,50	21,25	42,2	25,00	16,34	275,4	13,8
CENTRO-LESTE (inclui M. Gerais, E. Santo, Rio, Guanabara e São Paulo)	40,33	13,05	43,00	27,00	33,16	1.187,10	38,7
SUL (inclui Paraná, S. Catarina e Rio Grande do Sul)	41,34	16,36	48,80	25,00	20,26	349,8	29,8
CENTRO-OESTE (inclui M. Grosso, Goiás e D. Federal)	46,00	24,73	38,90	21,00	1,60	47,6	15,80
BRASIL	43,01	20,60	43,70	22,40	8,38	1.925,2	27,3

"Mensagem ao Congresso Nacional", apresentada pelo Presidente João Goulart — março, 1962.

Renda Interna e Renda "per capita"

2. O conceito de Renda Interna é facilmente manejável, podendo ser definido como a soma dos Rendimentos Econômicos de tôdas as Unidades Produtoras que operam num dado País ou Regiões, inclusive os produtores estrangeiros.

Já o conceito de Renda "per capita", geralmente definido como a Renda Interna de um dado País ou Região, dividida pelo número total dos habitantes do mesmo País ou Região, necessita ser manejado com cuidados especiais. Valendo antes como indicação do que como explicação das realidades a que se reporta, êsse conceito baseia-se em critérios médios e inclui as mais altas e mais baixas rendas do País ou Região estudados.

Todavia, como o que a Renda "per capita" realmente exprime é a maior ou menor possibilidade que tem cada Pessoa de participar do Produto Interno Bruto do País ou Região em que vive, considera-se óbvio que uma baixa Renda Média "per capita" revela um baixo padrão de vida, a despeito de haverem no País ou Região Pessoas com altas rendas; do mesmo modo, uma alta Renda Média "per capita" exprime um alto padrão de vida, a despeito de, no País ou Região, existirem Pessoas com baixas rendas.

Natalidade e Renda

3. No quadro acima, as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste aparecem com as mais altas Taxas de Natalidade (46 nascimentos por coletividade de 1.000 habitantes) do Brasil.

Sabemos que há relação constante entre Natalidade alta e Renda "per capita" baixa — o que é confirmado pelos níveis de Renda "per capita" daquelas mesmas Regiões que são os mais baixos do Brasil: respectivamente 12, 13 e 15 mil cruzeiros por Pessoa e por ano.

No mesmo quadro, as regiões Centro-Leste e Sul aparecem com as menores Taxas de Natalidade (respectivamente 40 e 41 nascimentos por coletividades de 1.000 habitantes).

Sabemos, também, que há relação constante entre Natalidade baixa e Renda "per capita" alta — o que outra vez se confirma pelos níveis de Renda "per capita" do Centro-Leste e Sul: respectivamente 38 e 29 mil cruzeiros por Pessoa e por ano, os mais altos encontrados na geografia-econômica do Brasil.

Rendas e Óbitos

4. Examinemos agora as relações entre a Taxa de Mortalidade, a Renda Interna e a Renda "per capita", utilizando o mesmo quadro de referência acima.

A Taxa de Mortalidade é influenciada pela Renda de duas maneiras:

1) quando os habitantes de um dado País ou Região têm rendas altas e podem reservar bastante recursos para uma alimentação suficiente, moradias higiênicas, compra e remédios, etc.;

2) quando, em decorrência da alta renda dos habitantes, o Govêrno (municipal, estadual, federal ou representado por organizações internacionais) dispõe de bastante recursos para a realização de Programas de Saúde Públi-

ca, com erradicação das doenças endêmicas, como malária, boubá etc.

Nesta última hipótese, incluem-se auxílios como os da ONU, através da Organização Mundial de Saúde, que têm sido decisivos para reduzir a Taxa de Mortalidade em Países ou Regiões onde se verificam, todavia, baixos níveis de Renda.

No Brasil, a influência da Renda, na redução da Taxa de Mortalidade, está bem patenteada no quadro acima:

Nas Regiões CENTRO-LESTE e SUL, que são as de mais altos níveis de Renda Interna e “per capita” do País, a Taxa de Mortalidade é de, respectivamente, 13 e 16 óbitos por coletividades de 1.000 habitantes;

Nas Regiões NORTE, NORDESTE e CENTRO-OESTE, que são as de mais baixos níveis de Renda Interna e “per capita” do Brasil, a mesma Taxa é, respectivamente, de 22,21 e 24 óbitos por coletividades de 1.000 habitantes.

Vida Média

5. Também quanto à Vida Média das Populações, nas 5 Regiões indicadas, é evidente a relação que guarda com os níveis de Renda das mesmas Regiões.

No NORTE, onde a Renda “per capita” é de 12 mil cruzeiros por ano, a Vida Média não atinge 40 anos de idade. No NORDESTE, chega-se aos 42 anos de idade, o que está em relação com o pequeno aumento da Renda “per capita” nessa Região que é de 13 mil cruzeiros por ano. No CENTRO-OESTE, onde a Renda “per capita” é de 15 mil cruzeiros por ano, a Vida Média é de apenas 38 de idade.

A aparente discrepância, neste último caso, se explica pela mais alta Taxa de Mortalidade dessa Região — 24 óbitos por 1.000 habitantes — fenômeno sem dúvida resultante de menores ou menos frequentes Programas de Saúde organizado pelo Govêrno ou por Entidades Internacionais, em benefício do CENTRO-OESTE.

Nas Regiões CENTRO-LESTE e SUL, onde se localizam os mais altos níveis de Renda do Brasil, estão também os mais altos níveis de Vida Média dos brasileiros: respectivamente 43 e 48 anos de idade.

Um dos itens de maior importância, relativamente ao aumento da Vida Média, todos sabemos que é a alimentação sadia, barata e abundante. Nos Estados de Sta. Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, não há dúvida, estão localizadas as maiores fontes de alimentos do Brasil. Também ali, em contrapartida, está localizada a mais alta Taxa de Vida Média do nosso País considerado pelos estudiosos como integrantes das “áreas de fome” do mundo.

Densidade e Desenvolvimento

6. Inigualmente entre a Densidade Demográfica (número de habitantes por km² de superfície bruta de um dado País ou Região) e a Renda existem relações constantes que podem ser observadas no quadro acima.

As menores Densidades médias se verificam nas Regiões NORTE (1,05 habitantes por km²) e CENTRO-OESTE (1,60 habitantes por km²), seguidas da Região NORDESTE (16,34 habitantes por km²).

Nessas Regiões é exatamente onde

ocorrem os menores níveis de Renda Média do País.

Apesar da Densidade da Região NORDESTE estar muito acima das Densidades das Regiões NORTE e CENTRO-OESTE, ela representa apenas metade da Densidade da Região CENTRO-LESTE (33,16 habs/km²) e cêrca de 8% de Rensidade da Região SUL (20,26 habs/km²).

Além disso, sabemos, pelas Escalas de Densidade de Waggeman, que as Densidades até 18 habs/km² se relacionam com economias atrasadas, em que predominam atividades ainda rotineiras do Setor Primário (agricultura de enxada, pecuária extensiva, etc.).

Vistas de tal ângulo, das 5 Regiões geo-econômicas brasileiras, sòmente o Centro-Leste e o Sul têm condições populacionais básicas para apresentar características econômicas gerais adiantadas, como agricultura mecanizada, pecuária intensiva, industrialização, etc., o que também é comprovado pela realidade nacional, espelhada no quadro acima.

Excedente Natural

7. Por fim, analisemos o Excedente Natural que, essencialmente, é o resultado da subtração da Taxa Mortalidade da Taxa Natalidade e representa a Taxa de Incremento Populacional, o crescimento vegetativo da População de um País ou Região.

No quadro acima, as Regiões que apresentam maior Excedente Populacional são as que, por sua vez, apresentam maiores níveis de Renda e, portanto, menores Taxas de Mortalidade e Natalidade.

Embora esta relação não se conserve sempre constante, dependendo do estado de Desenvolvimento Econômico em que a observemos, a sua indicação é importante para fixar todo o quadro das variações da População em função dos rendimentos econômicos.

Como um todo, o Excedente Natural do Brasil é, pelo quadro acima, de 22 novos habitantes por ano em cada grupo de 1.000. Cálculo menos otimistas, entretanto, já estimam o Excedente Natural brasileiro, por ano, em 31 novos habitantes por grupo de 1.000.

Um crescimento demográfico da magnitude de 31/1.000 supõe: ou Natalidade mais alta do que 43/1.000, ou Mortalidade mais baixa do que 20/1.000, ou ainda, movimento migratório com saldo positivo excepcionais das "entradas" sôbre as "saídas" de estrangeiros.

Nenhuma das três hipóteses se verifica, atualmente, no Brasil como um todo.

Explosão e Revolução Demográfica

8. O Excedente Natural põe, sobretudo, a questão do crescimento econômico para fazer face ao crescimento da Produção — questão que se vai transformando no mais angustiante problema dos Povos Subdesenvolvidos, cuja baixa Renda, como vimos atrás, tem estreita relação com a alta Natalidade, a vida Média, etc, fenômenos geradores da temível "Explosão Demográfica", desorganizadora da vida de tantos Povos e que encheu o mundo de pânico, a partir do fim do século XIX, sob os efeitos antecipados da famosa (e falsa) Lei de Malthus.

No comêço do atual século, a Taxa de Mortalidade brasileira era ainda de 30/1.000. A redução dessa Taxa a menos a 15/1.000, necessária para manter um incremento populacional de 3,1% ao ano, teria que corresponder a níveis de Renda muito acima dos 363 dólares "per capita" que o sr. Celso Furtado, no seu recente Plano Trienal, espera que os brasileiros sòmente venham a atingir a partir de 1965.

Pelo quadro acima, apenas a Região CENTRO-LESTE, que concentra as mais altas taxas do Desenvolvimento Econômico Brasileiro, já a atingiu. E nada nos autoriza a esperar que organizações estrangeiras venham a gastar no Brasil o que não podemos fazer com as nossas próprias Rendas para melhorar os índices médios de saúde de nossa população.

De outro lado, a Natalidade brasileira já chegou praticamente ao máximo da fecundidade humana natural, não podendo ser mais elevada senão minimamente; e saldos positivos das "entradas" sòbre as "saídas" de estrangeiros, além de representarem percentagem insignificante do Excedente Natural, estão atualmente em franco decurso com a industrialização italiana e de outros países europeus emigrantes, beneficiados pelo MCE.

Produto Nacional e Obsolescência

9. Tudo indica, contra os que se alarmam ante a falada "explosão demográfica" brasileira, que o Brasil já atravessou, praticamente, essa fase perigosa e entra agora num período de mansa "revolução", de efeitos salutare e fàcilmente controláveis pelo Desenvolvimento Econômico, mesmo que êste não se processe senão a uma taxa de crescimento do Produto Nacional de 7% ao ano.

Conquanto inferior à do Japão, da Australia ou do Sul Italiano, Países e Regiões que a Geografia Econômica contemporânea já considera fóra dos extremos de desajustamento da Índia, China e outras Nações asiáticas, onde ainda morre gente, literalmente, de fome, a taxa de crescimento econômico do Brasil está, entretanto, muito acima do crescimento populacional.

E mesmo que a fase de "explosão" venha ainda se prolongar, nas Regiões mais atrasadas, por mais um lustro, nem assim haverá o que temer, no período de "revolução" em que já ingresamos, além de um aumento temporário do desemprego, em si mesmo devido muito antes à obsolescência das estruturas econômico-sociais do País do que, de fato, ao seu dinamismo demográfico.

RÉSUMÉ

POUR L'AUTEUR, si l'on applique au domaine économique les méthodes de localisation des phénomènes en géographie, on peut clarifier des données fondamentales de la société contemporaine.

Dans le cadre du Tableau Statistique "Brésil 1962", il met en relation les Revenus Internes par tête d'habitant, avec la Natalité, la Mortalité et la Densité Démographique.

Dans ce tableau les Régions du Nord, du Nord-Est et du Centre-Oest, présentent les plus hauts taux de natalité du Brésil ce qui vient confirmer la théo-

rie d'une forte natalité lorsque le revenu individuel est faible, tandis que les Régions du Centre-Est et du Sud présentent respectivement 40 et 41 naissances pour 1.000 habitants.

Dans le Centre-Est et le Sud où le niveau des revenus est élevé, on noté 13 et 16 décès pour 1.000 hab.; dans le Nord, le Nord-Est et le Centre-Ouest, où les revenus sont faibles on déplore de 22 à 24 décès pour 1.000 hab.

Quant à la moyenne de vie, dans le Nord, pour un revenu de 12.000,00 Cr par an par habitant, elle

n' atteint pas 40 ans; dans le Nord-Est pour un revenu de 13.000,00 Cr, par an, elle est de 42 ans. Dans le Centre-Ouest, la moyenne de vie est de 38 ans malgré un revenu annuel de 15.000,00 Cr: cette discordance s'explique par un indice de mortalité très élevé du au manque d'hygiène: 24 pour 1.000 hab. C'est dans le Sud et le Centre-Est, où les revenus sont les plus élevés du Brésil et l'alimentation abondante et saine, que l'on trouve les plus hautes moyennes de vie: 48 et 43 ans.

Les plus petites densités démographiques sont relevées dans le Nord (1,05 hab./km²) le Centre-Ouest (1,60 hab./km²) et le Nord-Est (16 à 34 hab./km²). Ce sont les régions des plus faibles niveaux de revenus moyens dans le pays. Les chiffres sont plus forts dans les Régions Centre-Est (33,16 hab./km²) et Sud (20 à 26 hab./km²). Ainsi

d'après les échelles de Densité de Waggegan (les densités inférieures à 18 hab./k/m² révèlent des économies retardées) parmi les 5 Régions économiques du Brésil, le Centre-Est et le Sud seulement ont les caractéristiques d'une économie avancée.

Enfin, le Professeur Lopes de Andrade, analysant "l'excédent naturel de population", rappelle que les régions qui présentent le plus fort excédent sont celles de plus haut niveau de revenu, "bien que cette relation ne soit pas toujours constante". Pour tout le Brésil cet excédent est de 22 pour 1.000 hab. et par an. Il nous rassure par ailleurs sur "l'explosion démographique", en affirmant que le Brésil a déjà traversé la phase dangereuse et entre maintenant dans une période de lente "révolution", aux effets salutaires et facilement contrôlables en vue du Développement Economique.

ABSTRACT

ACCORDING to the author, such principles of Geography as *location and extension* may very well clarify some fundamental problems of contemporary society. "Brasil 62" is a statistical table which represents an attempt at relating the internal income and the "per capita" income to birth and death rates and to demographic density.

In this Table the North, Northeast and Mid-west show up as the Regions having the highest birth rates. This confirms the correlation between a high birth rate and a low "per capita" income. The South and the Mid-East regions show, in contrast to the previous ones, an average of 40 to 41 birth for each population group of one thousand inhabitants.

An analysis of the correlations between mortality rates, internal income and "per capita" income seems to yield a correlation between income and death rates: a) South and Mid-east (high internal and "per capita" incomes) 13 and 16 deaths for a thousand inhabitants, respectively; b) North, Northeast and Mid-west (low internal and "per capita" incomes) 22 and 24 deaths for a thousand inhabitants, respectively.

The average life span in the North (with an average "per capita" income of Cr\$ 12.000,00) is just short of 40 years. In the Northeast ("per capita" income of Cr\$ 13.000,00) it reaches a mere 42 years. In the Mid-West ("per capita" income of Cr\$ 15.000,00) it is only 38 years. In the latter region, the apparent discrepancy is due to its high death rate: 24 deaths per thousand inhabitants, resulting from the lack of minimum sanitation facilities. In the Mid-east and South regions, where we find Brazil' highest income levels together with

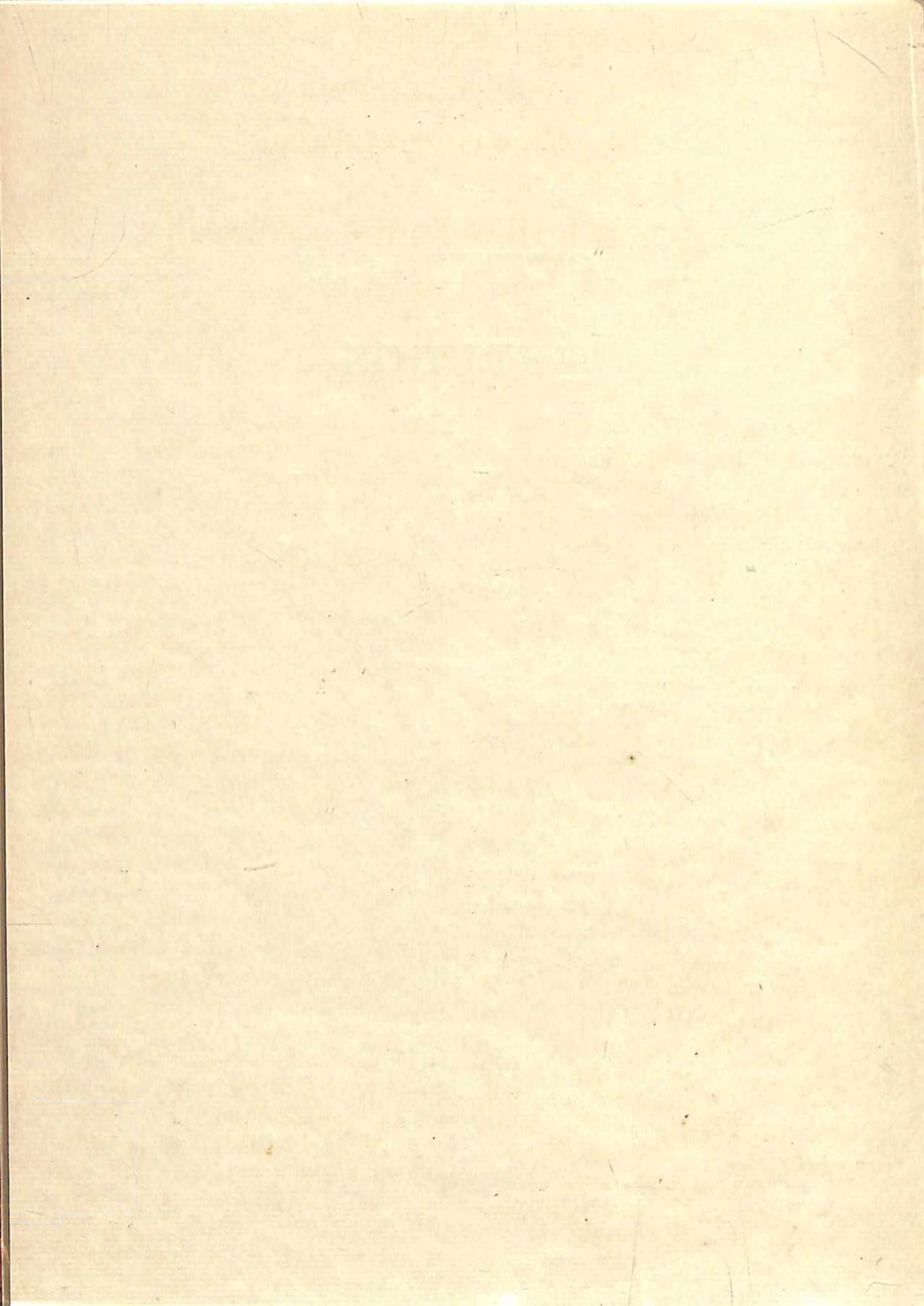
good eating habits and good food, we also find the highest standards of living and a life span of the order of 43 to 48 years.

As regards "density and development" the lowest average densities are to be found in the North (1,05 inhabitants per square kilometer) and Mid-West (1,60 inhabitants per square kilometer). Next comes the Northeast (16 to 34 inhabitants per square kilometer). These are the regions showing the lowest average levels of income in the country. The density is greater in the Mid-east (33,16 inhab. p/km²) and South (20 to 26 inhab. p/km²). Thus, according to Waggegan's Scale of Densities (in which a density up to 18 inhabitants per square kilometer indicates a backward economy), among the 5 geo-economic regions of Brazil so far considered, only the Mid-east and the South show general economical characteristics of development.

Finally, Prof. Lopes de Andrade, analysing the so-called natural "surplus", reminds the reader that the regions which present the highest population surplus are those with the highest income levels, "though this correlation does not seem to be always constant". Brazil's whole natural population surplus amounts to 22 inhabitants per year in each group of 1,000. He has a relaxing word on the "demographic explosion", stating that Brazil has already gone through this dangerous phase and is now entering a period of peaceful and easy "revolution", a phenomenon which seems to have some refreshing effects in our society and which may very easily be controlled by Economic Development measures.

DOCUMENTOS

ESTUDOS



EDUARDO WANDERLEY, FILHO

Sistema de Residentes no Brasil

Introdução

“TODO HOSPITAL IMPORTANTE deverá ter, no seu Corpo de residentes de cirurgia, pelo menos um que esteja bem capacitado a lidar não somente com a emergência que possa surgir e realizar qualquer operação conhecida de cirurgia, como também reconhecer a aparência macroscópica de todos os tecidos patológicos comuns e lesões”.

Anunciava com estas palavras Halsted, em 1904, na sua inolvidável conferência, a adaptação do plano dos hospitais universitários germânicos ao Johns Hopkins, de Baltimore. Os quatro grandes da Medicina americana — Welch, Culleu, Osler e Halsted — estabeleceram as bases do que se constituiu no maior avanço, destes últimos cinquenta anos, em Treinamento Médico — o sistema de residência. O “Staff” cirúrgico de Halsted era constituído de 8 “internos” e 1 “externo” (patologia). Os quatro primeiros serviam apenas por um tempo de Serviço Opcional, que se alongava por muitos anos. Recebiam salário. Eram estimulados a investigações originais. E deviam dedicar-se a um estudo acurado da patologia cirúrgica, da bacteriologia, e tanto quanto possível da fisiologia.

Não se fizeram esperar os resultados. Alguns luminares da cirurgia americana daí nasceram: Dandy, Cushing, Bloodgood, Hever, etc.

Foi Halsted, cuja vida tão tocada de fases dolorosas cuja personalidade tanto se impunha a todos, e cujas idéias ultrapassavam a sua época, — foi Halsted um marco da história médica. A excepcional conferência que, em junho de 1904, na Universidade de Yale, pronunciou sobre “The Training of the Surgeon” tem a marca de um super-normal e de um iluminado, pela preciência de fatos futuros, pela visão profética da evolução cirúrgica, pela síntese histórica, pela elegância da linguagem e pela qualidade da cultura humanística e técnica. A sua leitura é sempre altamente recomendável aos que pretendem ser cirurgiões, tendo como o estudo da sua vida e da sua influência (Crowe, 1957). Quem visita a Universidade de Johns Hopkins não completa sua peregrinação se não sentir, nas salas que guardam os objetos que utilizou, e onde se respira ainda a atmosfera em que viveu, a presença que perdura, e a influência que se não apaga.

Mas o sistema de residência, então

creado, universalizou-se. E ampliou-se pelos seus méritos. Nos hospitais americanos logo se destacam a competência, a dedicação, a eficiência e o zêlo do Residente-senior. É a mola que impulsiona, é a fôrça que movimenta, é o exemplar perfeito do médico, na integridade, na inteireza e na dignidade da sua função.

Residência no Brasil

O exemplo da Sta. Casa de Santos, do Hospital dos Servidores (1948) e das outras organizações, que aos poucos foram estruturando o sistema de residentes no Brasil, levou a pronunciamentos oficiais que, por categóricos e definitivos, merecem citação.

Tema do I Congresso da Associação Médica Brasileira (Ribeirão Prêto) em 1956, assim concluiu o relatório final:

“6.º Tema: Residência.

Constitui o período em que o médico, durante 2 ou mais anos, se dedica integralmente ao trabalho especializado, em serviços hospitalares ou laboratórios — universitários ou credenciados — com o propósito de especializar-se.

É recurso facultativo para os que, depois de diplomados, desejam aprofundar conhecimentos em determinado campo da medicina. Constitui assim uma etapa necessária à especialização.

Constituindo a Residência uma etapa de aperfeiçoamento médico, que não deve necessariamente estar no âmbito escolar, deverá caber à A.M.B. o credenciamento dos hospitais para exercerem esta função.

Aconselha a mesa-redonda que as

exigências impostas aos habitantes credenciados deverão ser mais complexas que para o internamento, devendo, sempre que possível, oferecer condições semelhantes às exigíveis para os Hospitais-Escola.

Dado o seu valor na especialização do profissional e no aprimoramento dos conhecimentos no período dos pós-internato, deve a A.M.B. concretizar desde logo sua realização”.

Na 1.ª conferência sôbre “Ensino da Clínica Médica” (Salvador), em fevereiro 1961, assim consta das conclusões e recomendações:

“Aceita a Conferência a seguinte definição de residente: o médico-recém-formado, em regime de dedicação exclusiva, sob supervisão adequada, em serviço ou grupo de serviços correlatos, cujos doentes estarão sob sua orientação direta. O residente constitui, na opinião da Conferência, o elemento fundamental na unidade hospitalar de ensino.

Considerando as atribuições e responsabilidades dos residentes admitiu-se:

a) responsabilidade de assistência, compreendendo desde as atividades de rotina junto aos doentes até às indicações diagnósticas e terapêuticas requeridas em situações de urgência;

b) responsabilidade médica amplamente reconhecida pela Direção e pelo corpo clínico e rigidamente mantida;

c) participação em tarefas didáticas tanto no que se refere a internos e estudantes, como no que se refere às reuniões do corpo clínico;

d) participação em atividade de pesquisa.

Cabe às Faculdades a maior respon-

sabilidade na manutenção de Residentes em seus hospitais, bem como incentivar e estimular o programa da residência em outros hospitais, aos quais deve oferecer cooperação e, se necessário, orientação.

O planejamento e a supervisão da Residência devem estar a cargo de órgão especialmente criado para êsse fim. Na seleção dos residentes, devem levar-se em conta as qualidades de caráter e inteligência dos candidatos, seu preparo técnico e profissional e seu *curriculum vitae*".

No 1.º Debate Nacional sobre o Ensino da Cirurgia, (Pôrto Alegre), em maio de 1961, nas conclusões e recomendações se diz:

"A Residência constitui a fase fundamental da formação cirúrgica.

O Residente constitui o elemento essencial da organização hospitalar moderna, mantendo a continuidade da

observação e da assistência aos enfermos, além de incentivar o funcionamento coordenado dos serviços auxiliares.

Sugere-se como programa básico mínimo:

a) duração mínima de dois anos em regime de dedicação exclusiva;

b) execução de no mínimo 40 intervenções de responsabilidade progressiva e observação de 100 pacientes como trabalho anual;

c) realização de trabalhos de pesquisa, treinamento e técnica, de acôrdo com as possibilidades do meio.

O residente em cirurgia está diretamente subordinado ao Professor ou Chefe do Serviço, podendo ser-lhe atribuída função didática nas fases avançadas de seu treinamento.

A especialização em cirurgia deve ser precedida pela residência em Cirurgia Geral".

JUNHO 1962

QUADRO 1

RESIDENTES — inquérito

	Inquérito Enviado	Respostas Residentes	Com residente	Fac. de Medicina	Saúde Casa de	Entidade Pública	Observações
1	Prof. J. H.	Sim	Sim	+			
2	Prof. J. M. R.	Sim	Não (1)	+			(1) Em planejamento.
4	Dr. J. F. C.	Sim	Sim		+		
5	Prof. L. A. O.	Sim	Sim (1)	+			(1) Serviço do Professor
6	Prof. E. S. B.	Sim	Sim	+			
9	Prof. R. F. S.	Sim	Sim	+			
10	Dr. J. S. N.	Sim	Sim				
11	Dr. J. P.	Sim	Sim			+	
12	Prof. M. A. A.	Sim	Sim (1)	+		+	(1) Serviço do Professor
13	Prof. F. P.	Sim	Sim		+		
14	Prof. A. M. A.	Sim	Não (1)	+			(1) Aprovado não executado
15	Prof. F. F. L.	Sim	Sim	+			
16	Prof. A. C.	Sim	Sim	+			
17	Prof. A. J.	Sim	Sim	+			
18	Dr. F. M.	Sim	Sim			+	
19	Dr. J. F.	Sim	Sim			+	

Respostas	Data Formatura	Curriculum	Referências	Concurso	Entrevista	Compromisso	Atestado Saúde	Duração		OBSERVAÇÕES
								Máxima	Mínima	
1 (FM)	Rec.	—	Sim	—	Sim	Sim	—	3a.	4a.	
4 (CS)	— 3a. (1)	Sim	Sim	—	—	Sim	—	1a.	2a.	(1) Solteiro
5 (FM)	Rec.	—	—	—	—	—	—	—	2a. (1)	(1) Corresponde curso post-graduação
6 (FM)	2a.	Sim	Sim	Sim	—	—	—	1a. (1)	2a. (2)	(1) Necessário ter sido interno (2) Prorrogável
9 (FM)	2a.	(1)	—	Sim (2)	—	Sim	—	1a.	2a. (3)	(1) Preferência Faculdade (2) Títulos ou títulos e provas (3) Prorrogável
10 (EP)	Até 3a.	—	—	Sim (1)	—	—	Sim (2)	1a.	2a. (3)	(1) Títulos ou títulos e provas (2) e exame psicotécnico (3) Prorrogável
11 (EP)	Rec. Pref.	—	Sim	—	Sim	Sim (1)	Sim	1a. ou 6m. (2)	3a. (2)	(1) Contrato assinado (2) Dependendo especialidade
12 (FM)	1a.	Sim (1)	—	—	—	—	—	2a.	3a. (2)	(1) Acesso por promoção dos melhores estagiários (pré-residência) (2) 1 ano opcional
13 (CS)	Rec.	Sim	Sim	—	Sim	—	—	1a.	2a.	
15 (FM)	2a.	Sim	Sim	—	Sim	—	Sim	1a.	2a.	
16 (FM)	2a.	Sim	Sim	—	Sim	Sim	—	2a.	3a.	
17 (FM)	— 3a. (1)	(2)	—	—	—	—	—	2a.	—	(1) Menos de 35 a .de idade, solteiro (2) Preferência Faculdade
18 (EP)	—	Sim	—	—	—	Sim	—	1a.	2a. (1)	(1) Prorrogável
19 (IC)	— 2a.	Sim	Sim	—	Sim	Sim	—	1a.	2a.	A residência é prorrogável para 2 anos

Respostas	Rotativo		Especializado		Gradação	N.º de Residentes	OBSERVAÇÕES
	Sim Não	Norma	Sim Não	Norma			
1 (FM)	Não	—	Sim (1)	Cir. Ger. - 3a. Cir. Esp. - 1a.	R-interno R-assistente R-Chefe	4	(1) Correspondente a post-graduação
4 (CS)	Não	—	Sim	Cir. Ger. - 1a. (1)	R-chefe (mou)	4(2) (3)	(1) Prorrogável por 2 anos (2) 3 R-1 R-chefe (3) Rodízio nos Departamentos
5 (FM)	Não	—	Sim	Cir. Geral	—	4	
6 (FM)	Sim	1.º ano (R-1)	Sim	2.º ano - (R-2)	R-1 R-2 R-chefe (1)	—	(1) Pode passar a preceptor
9 (FM)	Sim	1.º ano (R-1)	Sim	2.º ano - (R-2) 3.º ano - (R-s)	R-1 R-2 R-senior	43 (2)	(1) 9 Departamentos e 3 serviços (2) R ₁ — 31 R ₂ — 12
10 (EP)	Sim	1.º ano (Inter.) Fase básica	Sim	2.º ano - R(1)	Est. interno Est. resid.	—	(1) Prorrogável
11 (EP)	Sim	1.º ano (Rj) Serv. afins	Sim	2.º ano - (R-s) 3.º ano - (R-a)	Rj (1) Rs(2)	Rj-49 Rs-40 Ra-11	(1) R-junior (2) R-senior (3) R-assistente
12 (FM)	Não	—	Sim	Cir. esp. (1) Ambulatório Anestesia Enfermaria	—	4	(1) 4 a 6 meses
13 (CS)	—	—	Sim	1.º ano (1) (Cir. Geral)	—	4	(1) Prorrogável por 2 anos
15 (FM)	Sim	1.º ano (R-1) Méd.-Cirúrg.	Sim	1.º ano (R-1)	R-1	30 (2) (3)	(1) Prorrogação máxima (2) em 1962
16 (FM)	Sim	1.º ano-(R) Méd. Cir. ou especial	Sim	2.º ano (Rg)	R Rg (1)	14 (2)	(3) em 1961: 21 - R-1:17 - R-2:4 (1) Graduado (2) Cl. méd., cir., pediatria, obstetr. oft., CRL neurologia
17 (FM)	—	—	Sim	1.º ano (R)	R	12 (1)	(1) Início em 1962 (1) Prorrogável (2) Rc — chefe
18 (EP)	Sim	1.º ano (Internos)	Sim	2.º ano (R) (1)	Interno R (2.º ano) Rc (2)	—	
19 (IC)	Não	—	Sim	Nos depart. há rotativ.	Int. (1a.) Resid. Resid. sen.	9	5 internos 4 residentes

Respostas	Remuneração	HOSPEDAGEM			Férias	Certif.	Tratam.	OBSERVAÇÕES
		Alojam.	Alimen.	Roupa	ou Licença	ou Diploma	de Saúde	
1 (FM)	Ri - Cr\$20.000,00 Ra - Cr\$30.000,00 Rc - Cr\$40.000,00	—	—	—	Sim	Sim	Sim	
4 (CS)	Cr\$20.000,00 (1)	Sim	Sim	Sim	—	—	—	(1) 1.º trimestre - Cr\$15.000,00 2.º e 3.º - Cr\$20.000,00 4.º trimestre - Cr\$25.000,00
5 (FM)	Cr\$20.000,00 (1)	—	—	—	—	—	—	(1) casado: Cr\$40.000,00
6 (FM)	R ₁ - Cr\$16.000,00 R ₂ - Cr\$20.000,00	Sim	Sim	Sim	20d	Dipl.	Sim	
9 (FM)	—	—	—	—	—	—	—	
10 (EP)	Gratíf. mensal	Sim	Sim	Sim	10d	Cert.	Sim	
11 (EF)	Ri - Cr\$13.000,00 Rs - Cr\$16.000,00 Ra - Cr\$20.000,00	Sim	Sim	Sim	Férias	Cert.	Sim	
12 (FM)	—	—	—	—	—	—	—	
13 (CS)	Cr\$ 1.000,00	Sim	Sim	Sim	15d	Cert.	Sim	
15 (FM)	Cr\$15.000,00	Sim	Sim	Sim	—	—	—	
16 (FM)	R - Cr\$20.000,00 Rg - Cr\$25.000,00	Sim	Sim	Sim	Sim	Cert.	Sim	
17 (FM)	Cr\$30.000,00	Sim	Sim	Sim	—	—	—	
18 (EP)	R ₁ - Cr\$35.000,00 R ₂ - Cr\$43.000,00	Sim	Sim	Sim	20d	Dipl.	Sim	
19 (IC)	Ri - Cr\$15.000,00 R - Cr\$20.000,00 Rs - Cr\$40.000,00	Sim (1)	Sim	Sim	Sim	Cert.	Sim	(1) A partir de agosto de 62

Respostas	Horas de Trabalho	Pesquisa	Ensino	Estudo	Publicações	Cursos e Conf.	Reuniões	Visitas	Exames de Rotina	OBSERVAÇÕES
1 (FM)	RDE	Sim	Sim	Sim	(1) Sim	Sim	Sim	Sim	(2)	(1) Tese (2) Trab. nas enferm., ambul. e centro cirúrgico 300 doentes - 500 interv. - Rotina especial
4 (CS)	RDE	Sim	—	Sim	(1) Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	(1) 1 trabalho pelo menos
5 (FM)	RDE	—	Sim	Sim	—	Sim	Sim	Sim	(1)	(1) 7 leitos e 40 interv. por ano, além de dissecar peças anatômicas toda semana
6 (FM)	RDE	—	Sim	—	—	Sim	Sim	Sim	—	
9 (FM)	RDE	Sim	Sim	(1) Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	(1) Curso de aperfeiçoamento
10 (EP)	RDE	Sim	—	—	(1) Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	(1) Prêmio aos 2 melhores trabalhos
11 (EP)	RDE	X	Sim	—	—	Sim	Sim	Sim	XX	X Depende da clínica XX Rotina especial
12 (FM)	—	—	—	Sim	—	Sim	Sim	Sim	—	
13 (CS)	RDE	—	—	Sim	—	Sim	Sim	Sim	Sim	
15 (FM)	RDE	Sim	—	Sim	—	Sim	Sim	Sim	Sim	
16 (FM)	RDE	Sim (1)	Sim (2)	Sim	(3) Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	(1) (2) Eventualmente (3) Facultativo. Se de mérito diploma especial
17 (FM)	RDE	—	—	Sim	—	Sim	Sim	Sim	—	
18 (EP)	RDE	Sim	(1) Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	—	(1) Escola de Enfermagem
19 (IC)	RDE	—	—	Sim	—	Sim	Sim	Sim	Sim	

Inquérito

Sem que constitua provávelmente amostra adequada, foi feito um inquérito no Brasil (Quadro I), do Rio Grande do Sul ao Ceará, indagando a estrutura do sistema de residência. As respostas obtidas permitiram observar de modo aproximado a exigências (Quadro 2), o sistema adotado (Quadro 3), os direitos (Quadro 4) e os deveres (Quadro 5).

Enviados 20 Questionários, foram obtidas 16 respostas. Aproveita-se o ensejo para agradecer a gentileza dos que responderam, e que vão nesta lista, pela ordem do inquérito, citados:

- 1 — Prof. José Hilário — Instituto de Cirurgia da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio Grande do Sul.
- 2 — Prof. Lamartine Souza — Faculdade de Medicina da Universidade de Sta. Maria — Rio Grande do Sul.
- 4 — Prof. Jonas de Faria Castro — Casa de Saúde São Leopoldo — Londrina, Paraná.
- 5 — Prof. Luís Andrés Ribeiro de Oliveira — Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais.
- 6 — Prof. Eurico da Silva Bastos — Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.
- 7 — Prof. Rui Ferreira Santos — Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto — São Paulo.
- 8 — Dr. J. Sady Netto — Sta. Casa de Misericórdia de Santos.
- 9 — Dr. Jarbas Pôrto — Hospital dos Servidores do Estado — Rio de Janeiro.
- 10 — Prof. Mariano Augusto de Andrade — Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil.
- 11 — Prof. Fernando Paulino — Casa de Saúde São Miguel — Rio.
- 12 — Prof. Assad Mameri Abdenur — Faculdade Fluminense de Medicina.
- 13 — Prof. Fernando F. Carvalho Luz — Fa-

culdade de Medicina da Universidade da Bahia.

- 14 — Prof. Amaury Coutinho — Faculdade de Medicina da Universidade do Recife.
- 15 — Prof. Haroldo Joaçaba — Faculdade de Medicina da Universidade do Ceará.
- 16 — Dr. Fernando Moraes — Hospital Distrital de Brasília.
- 17 — Dr. Jozef Feher — Instituto de Cardiologia do Estado de São Paulo.

É evidente que o inquérito feito não pode fixar de modo definitivo, e no momento dado, a situação da “Residência” no Brasil. Não foram obtidos alguns outros dados referentes a centros onde se sabe tal sistema existir (por ex., Escola Paulista de Medicina, em São Paulo, Fundação Felício Roxo, em Belo Horizonte, entre outros). E alguns informes tabelados talvez não sejam perfeitamente exatos em face das fontes não serem atualizadas, tendo sofrido modificações. Contudo — e foi esta a intenção — talvez êste trabalho possa despertar interêsse e levar a novos levantamentos mais completos.

Considerações Gerais

A correspondência, que na ocasião foi trocada, evidencia uma convicção e um entusiasmo pelo sistema, que é então de perguntar-se: por quê não se generalizou? que empeços se antepõem à medida universalmente reconhecida como útil, necessária, indispensável, imperativa? óbices econômicos? desorganização? ou a própria natureza dêste movimento revolucionário que se vive no Brasil, ansiando por definir-se nos seus rumos universais, nas suas contingências geográficas, no seu determinismo histórico? Nada mais propício nesta fase de mudanças, de acêrto de pas-

so, de fixação de rumos, de exigir dos poderes constituídos pelo povo, mais esta medida — oficialização e obrigatoriedade do sistema de residência nos hospitais brasileiros — para melhoria da assistência ao povo e aperfeiçoamento de prática médica de melhor padrão a que o povo tem direito. Mas é preciso planejar, prever, premunir e dar êste toque pessoal que nós brasileiros sabemos imprimir às nossas atividades, seja qual fôr o setor de ação: cultural, físico ou humano.

Num relatório recente — outubro de 1961 — Cain, Jr. e Bowen estudaram o papel dos “fellowships” na medicina acadêmica, num longo inquérito envolvendo 2305 residentes.

Em suas conclusões verificaram os AA. que 83% dos residentes demonstraram interesse em dedicar suas vidas ao ensino e à pesquisa médicas. Avalie-se a contribuição que ao evoluir dos conhecimentos médicos tal escola representa.

Na 2a. Conferência Mundial sôbre Educação Médica, Yanushkevichius (1961) resulta que os melhores especialistas na URSS são os que tiveram 2 ou 3 anos de residência.

Na organização do programa dos residentes é preciso não fazê-los burocratas, nem ocupá-los, em demasia, com outras funções que não representem o cuidado — o aprimoramento e a humanização dêstes cuidados — que o doente merece. Payson e cols. (1961) fizeram um estudo cronometrado das atividades de dois internos num serviço universitário. E apuraram que o tempo gasto com o paciente é muito menor que o utilizado para comunicar-se com o corpo médico, especialmente em

atividades auxiliares como telefonar, escrever fórmulas e andar... Acrescente-se que há, sob a alegação do ensino ministrado, uma tendência à exploração do trabalho médico com remuneração por vezes ridícula, desconsiderando a quota significativa de atividade que o residente presta, e desconhecendo os problemas sócio-econômicos criados pelo regime inflacionário, que parece não poupar médicos e suas famílias, por desconhecê-los, lamentavelmente. A propósito escreve Grzegorzewski (1962), da World Health Organization, e autoridade em problemas de Educação Médica: “O programa de internamento e residência é um excelente método de treinamento avançado de médicos, porém deveria ser cuidadosamente organizado, para não degenerar numa fonte de trabalho de preço baixo acompanhada de uma certa depreciação econômica e social de um dos grupos mais preciosos da jovem estirpe-médica, mesmo que o presente amargo seja adoçado com a expectativa de um futuro compensador”. Transponham-se estas palavras e o desestímulo, senão a impossibilidade, que as restrições econômicas da residência podem determinar em nossa área subdesenvolvida.

De modo semelhante, pronuncia-se Nunemaker (1962), do Conselho de Educação Médica e Hospitais da A.M. A.: “Dentro de futuro próximo, recomendações firmes serão feitas para compensação mais real de internos e residentes em geral, e será muito difícil para alguns hospitais universitários justificarem os estipêndios excessivamente baixos, se os níveis de salário forem elevados de modo geral”.

Carl Moyer (1956), o ilustre professor de Cirurgia de St. Louis, substituto de Evarts Graham, num lúcido artigo sôbre o programa de residência, num hospital filiado à Universidade, indica as quatro finalidades de um programa adequado:

- 1.º) cuidar do doente;
- 2.º) instruir os estudantes do curso de graduação em medicina;
- 3.º) promover experiência tão vasta quanto possível nos campos gerais da medicina interna e da cirurgia, e ao mesmo tempo propiciar suficiente experiência especializada, de escôlha do residente, de tal modo que possa atender interêsses da sociedade e próprios;
- 4.º) estimular a pesquisa.

Mas, para esta coordenação e sistematização, propõe Moyer que se estructure um grupo básico, assim organizado:

Grupo básico	{	um (ou mais) membro do "Staff"
		um residente
		um residente-assistente
		um interno
		dois ou quatro estudantes.

O número de grupos básicos dependerá do número de doentes. Cada grupo pode receber uma carga máxima de 20 a 30 doentes por dia, ou 60 por mês, e carga mínima de 7 a 10 por dia e 20 por mês. Mais que o máximo, leva ao deszêlo. Menos do mínimo, à indolência. Considera ainda Moyer que são exercícios básicos de treinamento a reunião clínico-patológica (CPC), a do corpo clínico, a de patologia cirúrgica, incluindo análise dos erros de diagnóstico e terapêutica, e a revisão semanal dos protocolos.

Na 2.ª Conferência Mundial sôbre

Ensino Médico — "Medicina um estado vitalício" — Sir George Pickering (1961), em seu relatório final, resume o que deve um hospital oferecer para treinamento:

- a) corpo clínico de boa qualidade;
- b) exame *post-mortem* para que os "senior" e os "junior" aprendam a verificar os seus erros;
- c) facilidade de biblioteca;
- d) pelo menos uma discussão semanal, e preferencialmente mais;
- e) e finalmente: que o jovem médico tenha tempo para a biblioteca estudar.

E poder-se-ia acrescentar: e ser assim um médico, com uma integral visão de suas responsabilidades, ciente e consciente dos seus deveres e dos seus direitos, com a competência que só o treinamento adequado permite, e suficientemente humilde para entender, ou elevar — se a tanto fôr impellido — aquela prece de Ebn — e Maymoun, médico persa do século XII:

"Ó Senhor, concede-me a oportunidade de aperfeiçoar e ampliar meu aprendizado desde que para o saber não há limite.

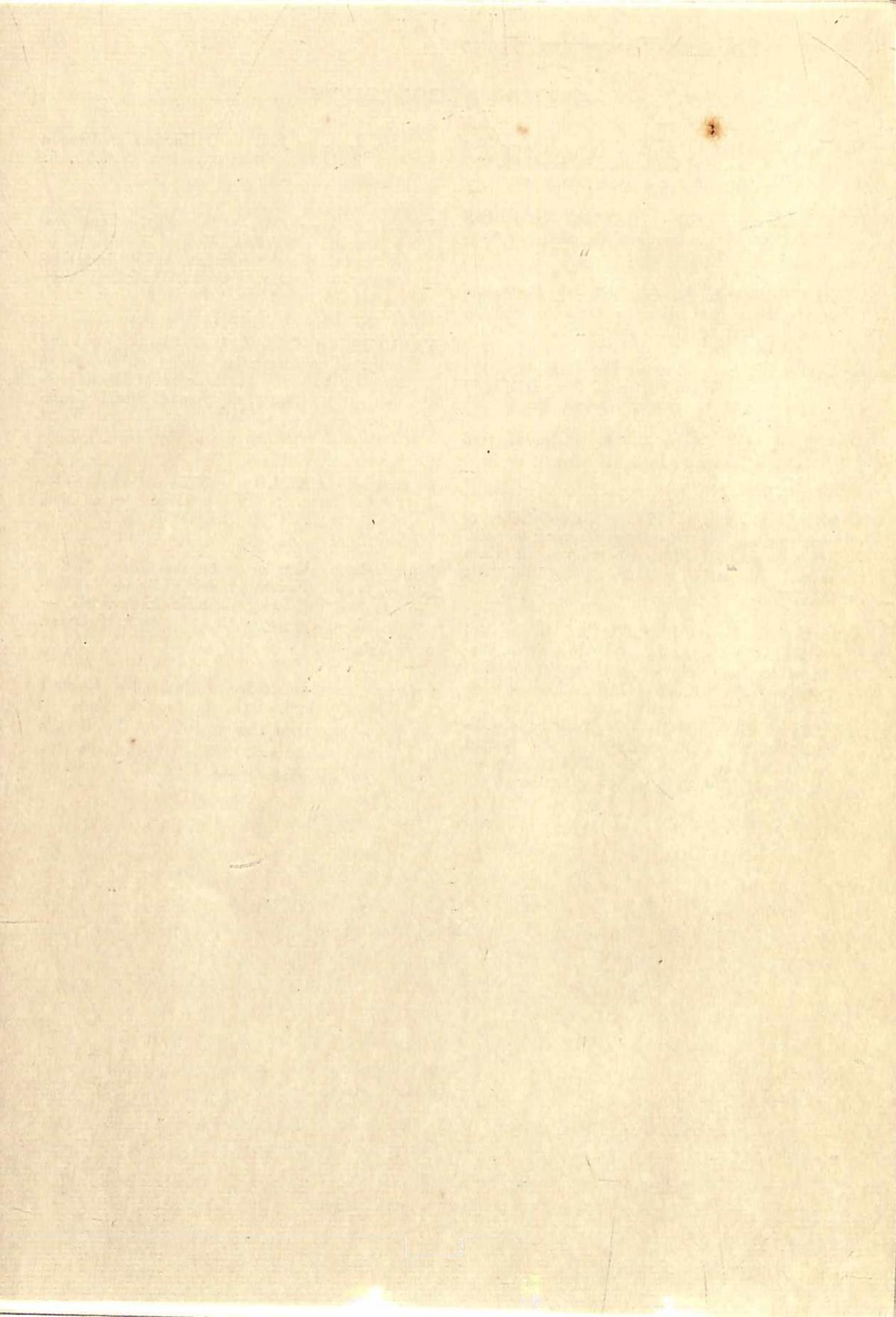
"Ajuda-me a corrigir e suprir meus defeitos educacionais, porquanto a extensão da ciência e o seu horizonte dia a dia se ampliam.

"Dá-me a coragem de perceber meus erros diários, de modo que possa amanhã ver e entender em claridade melhor o que não podia compreender à pálida luz de ontem.

"Ampara-me com um espírito de devoção e auto-sacrifício, de modo que possa tratar e curar Teus servidores e preservar a saúde no máximo de minha capacidade e conhecimento".

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAIN Jr., A. S. and BOWEN, L. G. — 1961 — The role of postdoctoral fellowships in Academic Medicine — *Jour. Med. Educ.* 36:1353-1356.
- CROWE, S. J. — 1957 — HALSTED of JOHNS HOPKINS — The man and his men — Springfield, C. C. Thomas, edit.
- GRZEGORZEWSKI, E. — 1962 — World-wide needs in medical education and their fulfillment — *Jour. A.M.A.*, 180:940-943.
- HALSTED, W. S. — 1924 — The Training of the Surgeon — *Surgical Papers*. Vol. II:512-539 — Baltimore, The Johns Hopkins Press.
- MOYER, C. A. — 1961 — The Residency Program in a University-affiliated hospital — *Jour. A.M.A.*, 161:29-32.
- NUNEMAKER, J. C. — 1962 — Responsibility of the medical Schoolteaching Hospital for affiliated Intern and Residency programs in Community Hospitals — *Jour. Med. Educ.*, 37: 288-295.
- PAYSON, H. E.; GAENSLEN, Jr., E. G. and STARGARDIER, F. L. — 1961 — Time Study of an Internship on a University Medical Service — *New England J. Med.*, 264:439-443.
- PICKERING, G. — 1961 — *in* Medicine a Lifelong Study — Proceedings of the Second World conference on Medical Education — The World Medical Association, London, 1961.
- PÔRTO, J. A. — 1961 — O Hospital Moderno e o sistema de residência — *Rev. S.N.T.*, 5: 489-495.
- SALEH, J. S. — 1961 — The objectives and problems of continuing Medical Education — *in* Second World Conference on Medical Education — London, Ed. World Medical Association.
- YANUSHKEVICHUS, Z. I. — 1961 — Aims and forms of postgraduate training of doctors in the U.S.S.R. — *in* Medicine a lifelong study — Proceedings of Second World Conference on Medical Education — The World Medical Association, London, 1961.
- I Congresso da A.M.B. — 23-27 out 1956 — Ribeirão Preto, S. P. *in* *Rev. Assoc. Med. Brasil.* 2:468, 1957.
- I Conferência sobre o ensino da Clínica Médica no Brasil (Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia) — 21 a 25 fev. 1961 — pg. 42 — Fundação Gonçalo Moniz, Salvador, Bahia.
- I Debate Nacional sobre o Ensino da Cirurgia (Instituto de Cirurgia da Fac. de Medc. de Pôrto Alegre — Universidade do Rio Grande do Sul) — 22 maio 1961 — Livraria do Globo, ed. — Pôrto Alegre.



SEBASTIÃO UCHOA LEITE

Participação Cultural — Algumas posições críticas

REALIZOU-SE EM SETEMBRO no Recife o *I Encontro de Alfabetização e Cultura Popular*. Quando êste artigo estiver sendo lido estaremos já bastante distanciados do Encontro e muita coisa estará esquecida pelos que dêle participaram. Contudo não temos a intenção de dar aqui um resumo do que transcorreu na semana do Encontro, mas apenas tomá-lo como ponto de referência básico para o desenvolvimento de algumas posições críticas que assumimos e muitos assumem de maneira semelhante. Êsse muitos acima grafado se refere particularmente, embora não exclusivamente, ao grupo de pessoas, do Recife e de outras regiões do país, com que trabalhamos na Subcomissão de Praças de Cultura da *Comissão B* (“Meios e técnicas de comunicação de trabalho de cultura popular”). Posições críticas que se relacionam ao conceito do que se chama cultura popular.

Talvez o leitor estranhe a expressão “de que se chama cultura popular”. Não se pretende levantar aqui dúvidas sobre a legitimidade do termo “cultura popular”, apesar de que já tenha especulado a propósito: se o termo não implicaria numa restrição da cultura, numa adjetivação da mesma. Sem querer

estabelecer polêmica, somos obviamente contra as adjetivações sem conteúdo. Mas temos de reconhecer as situações de fato, quando estas são mais do que evidentes. Uma situação facilmente reconhecível como evidente é a de todos que vivem em nosso tipo de sociedade, sob um determinado regime político-econômico, participam culturalmente em uma escala de graus muito diversos.

Torna-se também evidente que há uma camada popular cuja participação cultural não se dá no mesmo grau da participação cultural da camada que se compõe das chamadas elites sociais. Estas reservam para si a parte de leão na vida cultural da sociedade, pelo menos nêste tipo de sociedade em que vivemos. Tudo isso se explica pelo fato de que essas camadas populares (se temos de povo uma noção econômica, incluindo as áreas sub-médias, proletarizada e sub-proletarizada das populações) não têm normalmente o acesso às vias de conhecimento que o levariam a uma participação mais efetiva. Êsse acesso é reservado às outras áreas da sociedade, às áreas de elite, que por isso produzem a cultura em grau mais complexo. Note-se que estabelecemos a ressalva em relação às camadas populares.

Dissemos que normalmente elas não têm o acesso. É claro que não se incluem nêsse processo normal tôdas as situações de exceção, inclusive as realizações de indivíduos geniais, como foram no Brasil, por exemplo, Antônio Francisco Lisboa e Machado de Assis.

Portanto, embora encaremos teòricamente a cultura como uma realidade unitária, distinguimos na praxis social uma bipartição cultural e participação em graus diferentes, em uma escala progressiva no sentido de complexidade. Constatase então que há, sem que se acompanhe reacionariamente da aprovação de que deve haver, dois polos de cultura: a um se chama de cultura popular e a outra de cultura de elites. Essa distinção seria odiosa se a tomássemos no sentido de que a capacidade intelectual pura das camadas populares é menor do que a capacidade intelectual pura das camadas de elite. Certamente que o conceito de capacidade intelectual pura já é de si mesmo bastante problemático de ser estabelecido, pelo simples fato de que ainda não se conseguiu até hoje nenhum método de verificação rigorosamente válido. Até que ponto se pode medir exclusivamente o fator G individual, a inteligência dos indivíduos como uma estrutura isolada de todo condicionamento social? Achamos muito precário arriscar uma resposta, pois não podemos encontrar na prática social o fator intelecto se exercendo puramente, desligado de todo um complexo de fatores. A distinção de dois polos culturais só pode ser feita portanto dentro de uma perspectiva de possibilidades econômicas por parte das diversas camadas sociais de atingirem o acesso às vias de

conhecimento. Ficamos assim no plano de uma constatação realista daquela distinção, sem aprová-la, e sem uma visão idealista do problema, as duas posições que ao nosso ver seriam verdadeiramente reacionárias, no sentido de querer a manutenção do *status* ou de querer o seu disfarce (ou sua idealização).

Êsse é o núcleo da questão: os conceitos diversos que podem haver de cultura popular. Se houve uma deficiência grave no *I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular*, foi a não colocação efetiva dêsse problema. Assim ficamos ao sabor do puro arbítrio das conceituações, ou melhor, das noções diversas de cultura popular que informam o pensamento e a atividade, a teoria e a praxis dos diversos grupos e movimentos que participaram daquele Encontro. Daremos uma idéia disso logo adiante.

Por enquanto nos prendemos ao conceito de cultura popular. Será que se deve encará-la como cultura deficiente? Só se for no sentido de conhecimento puramente conceitual: neste sentido, a parte da cultura que compreende o diverso saber científico, por exemplo, pode-se dizer que é inacessível às camadas populares. Repetimos a constatação: é, e não *deve ser*. Cremos aliás, sem nenhum ranço pessimista, mas só de puro realismo, que a humanidade ainda se encontra muito aquém do tipo ideal de civilização em que a instrumentalização científica estivesse realmente ao alcance de todos. Talvez se dê isso em alguma futura sociedade em que não hajam de fato (e não só em teoria ou em legislação) distinção de classe e preconceitos sociais. Quando

se dará êsse evento, deixamos a cargo dos profetas.

Voltando ao que dizíamos: há outra perspectiva de se encarar a cultura popular (ou a participação cultural das camadas populares) pela qual ela não pode ser encarada como "cultura deficiente". Referimo-nos ao plano da pura criatividade. Neste sentido um poeta popular, seja de desafio improvisados, como Dimas e Otaécilio Batista, por exemplo, seja de romances de folheto, como Leandro Gomes de Barros por exemplo, é tão nobre criador quanto poetas eruditos como Carlos Drummond de Andrade ou João Cabral de Melo. A diferença é a erudição e o conhecimento que Drummond ou Cabral supõem, mas a poesia de viola ou do cordel lhes é igual como criatividade pura. Aliás a ignorância que se atribui aos poetas populares é coisa muito relativa: o universo vocabular em que se movem às vezes nos revela surpresa. Já vimos em romances vocábulos drummondianos como "revel" ou cabralianos como "concauidade", adequadamente usados. Vamos ainda adiante: as gravuras populares são tão válidas artisticamente quanto as mais requintadas formas de arte plástica; o artesanato popular tão belo e valioso (e frequentemente superior) quanto as melhores produções da arte industrial; a cerâmica popular idem, principalmente quando pensamos no desnorteamento da escultura contemporânea; músicos populares como Noel Rosa, Ismael Silva ou Ataulfo Alves têm a mesma alta categoria criadora de um Villa Lobos; muito da música folclórica pode ser tão importante quanto a música de concertos e a música de câmara; o teatro de mamulengos suscita

tanto interêsse estético quanto o grande teatro (como prova aliás o excelente ensaio que lhe dedicou recentemente Hermilo Borba Filho). E assim por diante. Jamais fizemos distinção nêsse sentido e até achamos que a força da criação popular, melhor condicionada em certas situações, consegue transpor a barreira artificial, supostamente fática, e vai competir com a criação chamada erudita. Tal foi o caso notável do jazz norte-americano, hoje a verdadeira música dos Estados Unidos, que superou os padrões europeus, e o caso também das danças folclóricas dos países euro-orientais, hoje o ballet mais legítimo dêsses países, relegando o ballet clássico a um plano de puro academismo. Não esquecer, porém, que êsses casos de exceção trazem as vezes problemas complexos a serem resolvidos. Assim por exemplo o requinte excessivo das formas jazísticas atuais que criam, como disse o grande músico e regente Leonard Bernstein, a verdadeira música erudita americana, trazem o problema da manutenção de suas mais autênticas origens populares. Além dêsse há ainda o problema do consumo: até que ponto se pode considerar popular uma arte que vinda do povo se requinta em tal escala de complexidade que passa a ser consumida apenas por um pequeno grupo de aficionados? Tais problemas começam a atingir agora também a nossa música popular com as novas formas de bossa nova: o inautêntico e o sofisticado que nelas possam existir exercem a função massificadora e se dirigem diretamente ao público médio-burguês de mentalidade fácil, enquanto que o excelente como inovação formal tende a dissolver-se em influências ja-

zística, abstratizantes, e se dirige portanto àquele mesmo pequeno grupo de afeccionados.

É preciso notar que tôda essa problemática não se coloca em um âmbito puramente estético, mas também no âmbito sociológico. Pode-se indagar até que ponto uma solução estética equilibrada conseguirá ser adequada a um sistema social desequilibrado. Por êsse crivo terá de passar tôda questão estética do nosso tempo: como fazer arte consumível em larga escala sem a falsificação do produto pré-fabricado, isto é, mantendo-se a autenticidade do impulso criador original do artista, sendo êle um ser imerso em uma situação sócio-econômica determinada? Para nós um tal problema chega a ser quase o da quadratura do círculo. A não ser que seja possível uma outra colocação mais exata. Mas acreditamos que, por insuficientes que sejam os resultados, sempre será melhor a solução espontaneamente gerada, dentro da relativa liberdade criadora de que o artista dispõe em um regime de desequilíbrio social, à pré-fabricação das soluções — o que significaria instaurar a inautenticidade no campo estético. E não podemos crer que uma solução estética falsa possa corresponder a um conteúdo existencial verdadeiro. Se não dizemos conteúdo ideológico é porque não esquecemos o problema das ideologias equivocadas. Empregamos assim o termo *existencial* como uma categoria mais ampla que pode abranger as mais diversas posições ideológicas, que são suscetíveis de debate. Com isso excluímos o enquadramento como “posição ideológica” da mera rapinagem econô-

mica ou do mero fanatismo de qualquer ordem.

Não vamos debater aqui essas questões, passando a considerar como deve ser encarada a questão da participação cultural dos diversos grupos que compõem de fato a sociedade em que vivemos.

II

Antes de tudo consideramos que é absolutamente errôneo que se encare a cultura popular como uma espécie de fetiche, algo sagrado em que não se pode tocar, nem se especular sobre a sua verdade. É tão errôneo quanto o endeusamento da Cultura com C grande, que leva à adoração cega das tradições greco-latinas e do mundo da cultura ocidental, principalmente européia, gerando a incompreensão pelo que se faz de nôvo no resto do mundo, se êsse nôvo não tem sua base nas origens “nobres”. Também a cultura popular não deve ser endeusada como se fôsse uma realidade absoluta, mas deve ser vista tal como é, produto de uma determinada situação existencial, mais ou menos dentro de um processo de transitoriedade. Além disso faz-se mister não torná-la simples objeto de gôsto exótico, convertê-la em algo interessantemente típico para a distração dos intelectuais de elite e em matéria de especulações ociosas, como o faz certa sociologia nostálgica e patriarcal. Nessa perspectiva é que se encaixa a proteção paternalista à cultura popular que se torna “cultura popular” entre aspas. Como tantas vêzes tem explicado o professor Paulo Freire em suas palestras, caracteriza-se essa atitude como uma redução ontoló-

gica, que transforma sujeito em objeto. Outra atitude paternalista é a de se querer impingir às camadas populares uma espécie de réplica de sua própria criatividade, tendo como pretexto a pura politização. E recorreremos novamente ao professor acima citado, que demonstrou cabalmente com a criação do seu método que a politização não pode ser impingida, mas tem de ser uma escolha e por isso só pode surgir após a conscientização. Esta é que de ser a preocupação central dos indivíduos de elite conscientes do problema povo e cultura: a de dar condições de escolha às camadas populares, que permanecem desinstrumentalizadas dentro de um regime de privilégios.

Para dar aqui uma idéia de quanto o I Encontro de Alfabetização e Cultura Popular foi deficiente nêsse sentido, de falta de homogeneidade no plano da conceituação, diremos dos problemas suscitados por um ítem que constava do relatório da Subcomissão de Praças de Cultura, relativo a êsse problema politização-conscientização. A sua colocação foi tão clara quanto possível e a elaboração desse ítem, que é o final do relatório citado, foi feita em conjunto pelo grupo de trabalho, sem que houvesse nenhuma discordância essencial. Entretanto, ao que parece, o relator geral da *Comissão B* não conseguiu conciliar as posições críticas assumidas pelo grupo da Subcomissão de Praças de Cultura com as demais posições dos grupos de trabalho das outras seis subcomissões. A solução encontrada pelo relator foi a supressão do ítem, o que dificilmente se pode considerar como solução satisfatória. Na verdade a solução é escapista, ape-

nas compreensível pelo fato de que o plenário talvez não estivesse preparado para a discussão de problemas teóricos e a finalidade dêsse primeiro Encontro fôsse a colocação apenas de problemas práticos. Mas o fato é que o notável relatório da Subcomissão de Cinema foi lido na íntegra e não se pode negar que nêle havia também uma colocação de problemas teóricos. De modo que nos incluíamos a pensar que o que houve foi uma difícil harmonização das diversas posições colocadas. Não negaremos o êxito da realização dêsse primeiro Encontro, desde que reconhecamos os pontos de contacto como sendo mais numerosos do que as divergências, principalmente no terreno da praxis. Fica contudo um *talvez*, a falta de uma análise aprofundada do problema.

Infelizmente não temos em mão uma cópia dêsse relatório, com o que seria possível essa análise, pelo menos a tentativa. Adiantaríamos contudo que além dessa questão fundamental politização-conscientização, houve no mesmo outras colocações estruturadas pela equipe. Por exemplo, o problema da distinção entre cultura popular e cultura massificadora, entendendo-se por essa última a cultura de diluição feita sistematicamente pelos meios comercializados de divulgação, tais como Rádio, TV, Cinema, etc. Se é que se pode chamar isso de "cultura", é contra ela que devemos nos armar, em favor de um povo constantemente mistificado.

Ao invés de tratar dêsse trabalho fundamental, há ainda quem pense que toda cultura a que o povo não tem acesso é cultura "reacionária". Observe-mos por exemplo a colocação dêsse pro-

blema no relatório da *Comissão A* (“Alfabetização e Cultura Popular”): “É preciso ter-se consciência de que só se pode atuar no terreno cultural numa luta ideológica, em que, de um lado se encontram as classes dominantes, com sua cultura de elite, fechada; e de outro tôda camada popular, que faz cultura mas desconhece o valor de sua dimensão”. Antes de mais nada não se delimita perfeitamente nêsse texto o que seja “elite” e o que podemos entender como “cultura de elite”. O termo “elite” é um dos que mais se prestam a confusões, sendo muito raramente tomado no mesmo sentido por dois autores diversos. Ganha assim os mais variados matizes ideológicos. Poderíamos entender “elite” por exemplo dentro do conceito vebleniano de “classe ociosa”. Mas êsse conceito já ganha, por exemplo, em Gasset, outras tonalidades: a “elite” gassetiana é uma classe de “não me toques” que se opõe à massificação. Por outro lado nós já entendemos por massificação algo inteiramente diferente do que pensava Gasset: como a desvirtuação sistemática da consciência popular. Distanciamos-nos assim do aristocratismo do espanhol, cujo fundamento era de qualquer modo econômico. Como econômico era também a noção de ociosidade que informou o estudo de Veblen. Tudo isso nos parece incompleto, insuficiente. E em matéria de terminologia o vago campo sociológico estêve sempre a mercê das interpretações pessoais. Por issô mesmo naquêle texto citado do relatório o termo “elite” contém apenas uma significação pejorativa: o grupo ocioso da sociedade que detem o poder econômico e com êle o poder espiritual. Considerando que o

têrmo “ócio” tem uma pluralidade de significações que não se esgotam com uma análise puramente econômica, achamos que há também não apenas “elite” tão só, mas vários tipos de elite. Aceitemos contudo que é difícil distinguir “elite” cultural” de “elite social” (ou econômica). Concordemos que a cultura é fenômeno de superestrutura, pois isso já é um lugar comum no pensamento social moderno, amplamente influenciado pelas teses marxistas. Mas reconheçamos que ela (a cultura) não é só produto dos padrões econômicos-sociais e é também produto da liberdade individual humana. A “elite social” como poder político ou como grupo econômico é assim uma situação de fato, mas não é sempre reconhecida como legítima por todos os indivíduos que a compõem, ou do contrário como poderia haver, por exemplo, o pensamento revolucionário (mesmo o pensamento apenas crítico ou meramente utópico) que se elaborou até hoje?

O êrro portanto existente naquêle texto citado reside na oposição que se faz, absolutizante, entre “cultura de elite” e “cultura popular”, como se estas não fôssem parcelas, apenas divididas de fato, de uma realidade que deveria ser una. Tal colocação não resiste a mais simples análise. Não é tôda “cultura de elite” que pode ser chamada de “cultura reacionária”. Esta seria a cultura conscientemente anti-progressista e nem tôda cultura de elite pode ser tomada como tal. Se fôsse assim onde iríamos colocar por exemplo, a obra de Karl Marx? Certamente não podemos colocá-la dentro do campo da “cultura popular”. O exemplo vem a propósito: é de Marx aquela afirma-

ção da cultura como fenômeno de superestrutura, condicionado pelo sistema econômico. Ele não poderia entretanto negar a possibilidade de fechamento (consciente ou não-consciente da parte do criador) da estrutura social, por mais sufocante que fôsse o sistema econômico. Tal negação seria contraditória, pois assim ele estaria negando a sua própria crítica filosófica ao sistema de economia capitalista. E Marx, como se sabe, se utilizou dos instrumentos que lhe forneceu a própria cultura burguesa, inclusive a filosofia hegeliana. Marx foi um dos que abriram uma frecha na estrutura social do seu tempo, atuando dentro do seu campo de elite. Pois não se vai dizer que ele escreveu "O Capital", "A sagrada família" ou "A ideologia alemã", obras de difícil compreensão, para atuar sobre as massas proletárias.

Fique claro que Marx é aqui apenas um exemplo. Muito haveria que citar, inclusive toda a crítica de orientação marxista, desde Christopher Caudwell até George Lukács e Lucien Goldmann. O que queríamos dizer é que os próprios organizadores do *I Encontro* são gente de formação universitária, embora às vezes deficiente, e portanto fazem parte de uma "elite social", que tem os privilégios da educação. Portanto não podem nunca fazer "cultura popular", pois ao nosso ver esta é feita pelo próprio povo, bem ou mal que o seja. Os participantes desse Encontro, que atuam em núcleos diversos do país, fazem mesmo "cultura de elite", embora aberta às aspirações comunitárias, incidindo principalmente naquelas camadas populares. Seria pura mistificação di-

zer o contrário. O mesmo relatório que citamos (o da *Comissão A*) acrescenta contraditoriamente a possibilidade de fechamento de que já falamos: "Nossa tarefa é aumentar o grau cultural das camadas populares, fazendo com que do encontro das duas culturas, permaneçam apenas os elementos válidos". Acreditamos que não pode haver encontro de duas culturas, se uma permanece fechada. Não se pode falar ao mesmo tempo em "oposição" e em "encontro" de culturas. Logicamente o encontro só é realizável dentro de uma possibilidade de abertura.

Finalmente, essa abertura não só se deve dar no plano do conteúdo das obras, mas também no plano da forma, principalmente no campo da cultura artística. Por isso, no ítem final do relatório da subcomissão de Praças de Cultura, levantou-se a proposta da abertura de duas frentes, cronologicamente realizáveis: a utilização das formas tradicionais de cultura, principalmente o esclarecimento das mesmas às camadas populares e a experimentação das formas novas na medida em que estas podem ser alcançadas igualmente por todos os integrantes de uma comunidade. Um tal projeto de trabalho, concretamente proposto, teria contudo de se realizar dentro de uma perspectiva de modificação do *status* social, em uma consciência de transitoriedade e não de cristalização desse *status*. Isso até que adviesse aquela fase ideal em que os instrumentos da cultura poderiam ser postos ao alcance de todos. O que ainda está muito longe, principalmente em nossa estrutura subdesenvolvida. Resta-nos apenas colaborar para a aceleração do processo de modificação.

Resenhas

O NÃO-COMUNISMO DE ROSTOW

O PROFESSOR W. W. Rostow, em seu livro *Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*, the Cambridge University Press, 1960 (tradução brasileira de Octavio Alves Vilho, Labor Editôra, 1961), apresenta uma análise histórica do desenvolvimento econômico das sociedades modernas. Seu estudo difere das tentativas mais comuns de interpretação da história econômica: é uma ampla tentativa de aplicar os instrumentos desenvolvidos pela moderna teoria econômica e de apresentar uma hipótese geral de interpretação do desenvolvimento de todas as economias modernas, e não uma simples análise das etapas pelas quais uma dada economia passou, até atingir o estado de seu atual desenvolvimento.

Três objetivos principais se destacam das etapas de desenvolvimento proposto: (a) o que resulta de esforço para desenvolver uma explicação alternativa do processo do desenvolvimento econômico diferente da proposta por Marx; (b) a obra é escrita na crença de que uma análise correta do processo histórico do desenvolvimento econômico pode lançar muita luz sobre as decisões de política econômica nos países atualmente em desenvolvimento; (c) a de que esta visualização correta pode ser feita pelo emprego, numa teoria faseológica do processo histórico do desenvolvimento, da moderna análise econômica.

Como o título sugere, a teoria exposta no livro é uma teoria faseológica do desenvolvimento econômico. Cinco etapas são propostas para a compreensão do processo de desenvolvimento de uma economia. A primeira é a etapa da sociedade tradicional, em que a produção ou, por outra, as funções produtivas, são limitadas, de vez que a ciência e a tecnologia moderna são usadas no processo produtivo. A segunda etapa — as condições para o arranco — inclui as sociedades em transição, abrangendo o tempo necessário para transformar sociedades tradicionais, de tal modo que a moderna tecnologia possa ser aplicada e que os benefícios econômicos de sua aplicação sejam colhidos. O arranco — a mais importante das cinco etapas de Rostow — é o curto período de tempo em que as resistências ao contínuo desenvolvimento da sociedade tradicional são finalmente superadas, vencidas pela moderna atividade econômica. Em termos estritamente econômicos, é o período no qual a taxa de investimento líquido passa de menos de 5% para mais de 10%, assegurando, assim, um aumento da renda *per capita*. Depois do arranco, segue-se um longo período de

circa de três décadas em que há desenvolvimento contínuo. Regularmente, de 10 a 20% da renda nacional é investida, o que permite ao produto exceder facilmente ao crescimento demográfico. Essencialmente, a tecnologia moderna domina todo o complexo dos processos industriais. Este estágio é chamado a marcha para a maturidade. A quinta e última etapa é a era do consumo em massa. Neste estágio, a renda real *per capita* se eleva para um nível suficiente para a satisfação fácil das necessidades de alimentos, habitação e vestuário e vastas somas de recursos são empregados em outros propósitos. É deste estágio que os Estados Unidos emergem e é nele que a URSS e a Europa Ocidental estão agora.

Segundo pensa Rostow, estas etapas não são meramente descritivas: "They have an analytic bone-structure, rooted in a dynamic theory of production" (p. 13). Essa é uma teoria não-agregada, definindo posições de equilíbrio setoriais de produtos, investimento e consumo, e determinando atos variáveis para a economia como um todo. As mesmas forças operam para determinar os equilíbrios setoriais atuam com relação à economia como um todo. Apresenta, como hipótese, que os setores preferenciais decrescem. Dêsses setores preferenciais, decorrem, como primeiros derivativos, uma seqüência de modelos ótimos de investimento, que podem ser usados como esquema de interpretação na análise dos níveis de investimento. Ademais, os conceitos de renda e de elasticidade-preço devem ser alongados para que os setores preferenciais não sejam escolhidos somente por considerações de ordem tecnológica e empresarial. Esta teoria é elaborada com base nos recentes desenvolvimentos da análise macroeconômica e, se bem que usada no desenvolvimento de etapas, não está claro que sejam muito analiticamente aplicadas. A maior razão para isso é que, o módulo da teoria ortodoxa, se bem que útil, não é muito praticável para a análise de situações reais.

Teorias faseológicas do processo de desenvolvimento econômico não são coisa nova. Mesmo que abandonadas durante um século, praticamente, exemplos recentes existem na escola historicista alemã, e mesmo em Marx. Todas as teorias, incluindo as de Rostow, padecem de defeitos pelo fato de que os acontecimentos históricos não podem ser nitidamente compartimentados em etapas que sejam significativamente diferentes. As divisões têm de ser necessariamente arbitrárias, e, até certo ponto, abstraídas dos acontecimentos históricos de que são formados. No entanto, eles têm utilidade no colocar os fatos históricos em uma

moldura dentro de que o seu significado possa ser compreendido. Rostow merece respeito pela tentativa heróica de localizar várias economias racionais e as datas em que passaram pelas várias etapas de desenvolvimento.

Ao tentar apresentar um ponto de vista diferente do de Marx, tenta evitar o determinismo econômico implícito no *Manifesto Comunista*. Isto é feito ao retratar as ações humanas como sendo motivadas por outras forças sociais, em pé de igualdade com as econômicas. A sua análise, no entanto, tem um sabor determinista, especialmente depois da etapa do arranco. Parece evidente, a partir desta análise, que, desde que a economia completou as precondições para o arranco, e algumas das principais indústrias se modernizaram, o desenvolvimento econômico se deflagra sobretudo automaticamente. Do ponto de vista filosófico, também rejeita a idéia de que os fins podem ser determinados à parte dos meios usados para atingi-los, uma atitude crítica do ponto de vista marxista.

Talvez que a maior objeção à teoria rostowiano reside no fato de que se bem que as condições necessárias ao desenvolvimento econômico sejam amplamente descritas, os meios usados para atingi-los não o sejam. Em outras palavras, sua utilidade como uma orientação de política de desenvolvimento é algo limitado, sobretudo no desenvolvimento das precondições.

Lamentavelmente, o Brasil não é um dos países mais usados como exemplo nas "etapas do desenvolvimento econômico". De qualquer modo, a análise empreendida é geral e pode ser facilmente aplicada à experiência brasileira.

No último capítulo de sua obra, Rostow faz alguns comentários sobre a validade da teoria marxista e uma comparação dos métodos capitalistas e comunistas de desenvolvimento econômico. De um modo geral, é uma análise segura; de qualquer modo, poderia ser muito mais esclarecedora se o desenvolvimento capitalista fôsse separado de seu invólucro político-democrático no seu sentido mais amplo, em que o direito de participar do processo político fôsse destacado da propriedade privada. É esta instituição talvez, mais do que o modo pelo qual o sistema capitalista evoluiu, que levou Marx a distorções em sua visão do futuro das sociedades capitalistas. É também esta mesma distinção que precisa ser feita para uma avaliação da importância do marxismo e das sociedades ocidentais para os problemas das novas nações em desenvolvimento.

Rostow nos deu, contudo, uma exantosa visão do evoluer da história econômica moderna. Parece bem assertado o sentido da utilidade dos conceitos econômicos, sem chegar ao absurdo da especialização matemática. Quem, interessando-se pelos problemas do desenvolvimento econômico, acreditar — como êle o fez — que os fatos históricos apropriadamente analisados fornecem informações básicas para as decisões atuais de política econômica dos países em desenvolvimento, terá, neste livro uma compensadora leitura. *Mikel Sund* (tradução de Roberto Cavalcanti).

NEO-CAPITALISMO — SOCIALISMO — SOLIDARISMO

O Pe. ÁVILA, DA PUC do Rio de Janeiro, escreveu um livro com o título acima, (Livraria Agir, 1963), no qual apresenta o que chama de *Solidarismo* como o ideal a que confusa e inconscientemente aspiram todos aqueles que anseiam por um Brasil realmente democrático e cristão. Um pouco confuso e vago é também o manifesto solidarista que encabeça o livro. O Pe. Ávila começa misturando política com religião, com êsse "Brasil democrático e cristão". A mistura continua ao longo do livro.

Depois vem uma introdução sobre as alternativas históricas do Brasil com uma boa síntese sobre a conscientização das massas. O autor condena o capitalismo como solução, dizendo que êste "está liquidado, e só um romantismo nostálgico pode ainda sonhar numa volta às suas formas puras". (pg. 17). Não crê também na solução neo-capitalista para um país em desenvolvimento como o Brasil, principalmente porque o neo-capitalismo é uma evolução das formas avançadas do capitalismo, e o sistema sócio-econômico brasileiro ainda não chegou à maturação do capitalismo.

Condena igualmente, com mais veemência, o socialismo, principalmente porque o acha totalitário e alienador da liberdade. No entanto a sua argumentação é falha, pois se baseia no papel que o Estado tem nas etapas iniciais da implantação do socialismo. Ora, sabemos que o ideal do socialismo é a abolição do Estado, conferindo uma importância central e decisiva à sociedade.

Apresenta o que chama de *Solidarismo* como "a única forma autêntica da democracia econômica e social" (pg. 18). Isso é, no mínimo, pretensioso. Motivo que o autor dá para justificar a sua afirmação: "as decisões e a propriedade são atribuídas não ao capital exclusivamente, mas às comunidades-reais. A comunidade é a proprietária; não o capital, nem o Estado". (pg. 18) Pergunto ao Pe. Ávila: O que é que o Estado representa, senão a sociedade, o povo? E tanto mais representará o povo quanto menos fôr o representante de uma classe social privilegiada. Diz o autor (pg. 25): "Note-se que o Solidarismo não exclui a intervenção do Estado. Sua concepção das funções do Estado não se identifica com a concepção capitalista, como não se identifica tão pouco com a visão socialista. Para o Solidarismo, o Estado é o responsável pelo bem comum. Pode tudo aquilo e só aquilo que é exigido por êste bem". Esta definição pode conter algo contra a concepção burguesa do Estado, mas não contra a concepção socialista, pelo menos em tese.

Uma vez que o autor se coloca de um ponto de vista que êle chama de cristão, misturando ciência, política e religião, eu me arrisco a dizer-lhe: enquanto o Estado serviu aos designios da Igreja, nunca a Igreja o considerou totalitário, mas desde o momento em que o Estado começou a emancipar-se da tutela eclesiástica, os eclesiásticos começaram a achá-lo um bicho papão, um leviatã.

O capítulo primeiro do livro contém uma visão sintética do capitalismo, bastante falha, pois esquece um ponto fundamental, o aspecto de classe

do mesmo. À página 34 o autor tenta defender, disfarçadamente, o colonialismo. À página 37 lemos: "Se não se encontra na doutrina da Igreja uma condenação formal e explícita do capitalismo, como se encontram várias do socialismo, é porque o capitalismo é considerado como um sistema econômico, setor que escapa à competência da Igreja". De pleno acôrdo quanto à falta de competência da Igreja no setor econômico. Mas a desculpa não vale: primeiro, porque a Igreja vive a tratar de assuntos econômicos nas suas chamadas "encíclicas sociais"; segundo, porque não se pode separar um sistema econômico da sua respectiva filosofia. Dois pesos e duas medidas: quando se trata de capitalismo pode-se separar o sistema econômico da sua filosofia, em se tratando porém de socialismo não se pode fazer essa separação.

O capítulo segundo trata do socialismo. O autor examina e condena, ora em nome da Igreja, ora em nome do Solidarismo, os diversos elementos e aspectos do socialismo. Para êle o socialismo é incompatível com a democracia (pgs. 46-47). A realidade histórica desmente esta afirmação dogmática, pois vemos dia a dia aperfeiçoar-se a democracia na União Soviética, Polônia, Iugoslávia e noutros países socialistas, embora mesmo os marxistas reconheçam não terem sido muito democráticos os métodos de implantação do socialismo nesses e em outros países. Se "democracia popular" é um pleonasma do ponto de vista gramatical, não o é do ponto de vista político, pois *democracia* tornou-se uma palavra tão desmoralizada que precisava de uma ajudazinha, de um adjetivo, para continuar viva.

Na página 52 o autor faz uma descoberta digna de ser registrada nos livros de ciência política: "É o indivíduo que cria, porque é no seu cérebro que nascem as idéias. O Estado não tem cérebro, não pensa". Chega o autor, na sua pouco científica aversão pelo socialismo, a duvidar da eficácia da planificação (pg. 53). À página 59 volta o autor a insistir na intransigência da Igreja em face do socialismo. Sossegue, Pe. Ávila, que essa intransigência não durará indefinidamente, como não durou a intransigência da Igreja quanto à democracia e quanto ao regime republicano. Aliás pouco interessa ao socialismo essa intransigência.

O capítulo terceiro é dedicado ao comunismo. Começa com uma boa síntese da filosofia e da ação marxista. Depois faz a crítica do marxismo do ponto de vista cristão. Depois tenta tornar essa crítica cristã válida para todo mundo, no que não podemos concordar com o autor. Na página 77 êle escreve, com um otimismo que nega a realidade: "A força crescente dos sindicatos, e outras forças históricas, não previstas por Marx, por exemplo o catolicismo social, conseguiram realizar nos países capitalistas tôdas as dez grandes reivindicações contidas no Manifesto do Partido Comunista".

O autor termina o capítulo querendo ser mais católico do que o Papa: "...os católicos lutando pelos seus ideais devem explicitamente repudiar qualquer cooperação com os comunistas". O Papa João XXIII, na *Pacem in Terris*, vê com bons olhos

a aproximação entre os católicos e os seguidores de outras ideologias. Não faz nenhuma exclusão.

O capítulo quarto trata da doutrina social da Igreja, nome pomposo que tem sido dado ao conteúdo das chamadas "encíclicas sociais" dos Papas de Leão XIII para cá. Expõe essa doutrina e termina fazendo uma grande ginástica para explicar o tardio aparecimento da mesma. Diz que a Igreja não se comprometeu com o capitalismo, em sua doutrina. Ora, a chamada doutrina social da Igreja é essencialmente capitalista, embora com uma orientação reformista. Defende pontos essenciais do capitalismo como a iniciativa privada e a intocabilidade da propriedade privada. Sobretudo na prática essa defesa e essa tomada de partido são muito mais firmes e eficazes. Termina por identificar essa doutrina social da Igreja com o que êle chama de solidarismo cristão.

No capítulo quinto o autor expõe os fundamentos éticos do solidarismo cristão. À página 108 diz que "o paternalismo teve uma missão histórica de educação e de promoção social". Antes era o colonialismo, agora é o paternalismo. O solidarismo não está cheirando muito bem não, pelo menos o solidarismo do Pe. Ávila.

O capítulo sexto trata do salário. Para o autor o salário deve possibilitar ao trabalhador: uma vida humana digna; uma vida humana digna para sua família; a possibilidade de constituir um pecúlio (pg. 114). Na página 118 diz que a fixação do nível de salário deve seguir três critérios: os direitos do empregado, as condições da empresa e as condições da economia nacional. A explicação que dá a respeito do segundo critério anula o que êle exige para um salário justo.

No capítulo sétimo é estudado o direito de propriedade. O autor acha que a propriedade dos meios de produção também deve ser privada. Isso é para êle um "direito natural".

No capítulo oitavo, sôbre a empresa comunitária, o autor propõe uma empresa que não vise o lucro mas o serviço da comunidade. Mas nada de socialismo. Dentro do solidarismo cristão. O que equivale a dizer que tal empresa nunca existirá. Mas cremos que existirá, na medida que caminharmos para o socialismo. Fala o autor, em seguida, de diversos tipos de organização da empresa, como a co-gestão, a cooperativa, a comunidade de trabalho, e se apressa em dizer que tais organizações representarão o fim da era capitalista e impedirão o início da era socialista (pg. 157). Por que? E a era socialista ainda não começou não? O padre é contra a greve dos barnabês (pg. 161). Barnabé *habitualmente* não pode fazer greve.

O nono e último capítulo trata da comunidade nacional. Diz boa coisa sôbre as comunidades menores dentro do Estado (pg 167). Quanto ao nacionalismo brasileiro, o autor diz que começou bem, mas foi distorcido. "O que era uma afirmação pela grandeza e independência do Brasil passou a revestir uma atitude anti-colonialista, anti-imperialista e, enfim, unilateralmente anti-americana" (pg. 173).!!! O autor acha que "o Brasil está farto de revoluções" (pg. 176). Eu pergunto: e já houve Revolução no Brasil? — *Juracy Andrade.*

O FUTURO COMO HISTÓRIA

CURIOSAMENTE, o texto que encerra o livro de Robert L. Heilbroner (*O FUTURO COMO HISTÓRIA* — Biblioteca de Cultura Histórica, Rio, 1963) apresenta como conclusão aquilo que, para afirmar uma posição realista, seria simples proposição: "Quando nos alheamos da história, não crescemos, mas sim diminuímos, até mesmo como indivíduos. Subtraímos de nossa vida aquilo que ela realmente possui, quer o reconheçamos ou não. Não podemos deixar de viver na história, podemos apenas ignorar isso. Para enfrentar, suportar e transcender as provas e derrotas do futuro — provas e derrotas que seguramente virão — só poderemos adotar um ponto de vista que vendo o futuro como parte do movimento da história, nos permita estabelecer nosso lugar naquela imensa procriação representada pelas esperanças, em todas as suas formas, que a humanidade possa ter" (p. 167).

Essa constatação, posta como epílogo do livro, não representa a síntese do que o livro propõe, mas antes esconde o clima romântico em que é, pelo autor, visualizado o futuro como história.

O que seria a dinâmica da história contemporânea constitui o tema do livro. Para enfrentar o problema, o autor recorre a uma condição que diz ser típica do caráter americano: o otimismo. Somos informados de que o otimismo "...se fundamenta na convicção de que o ambiente histórico, à medida em que começa a existir, será benigno e adequado — ou pelo menos neutro — aos nossos esforços particulares" (p. 14).

Mesmo reconhecendo a insuficiência de tal assertiva para caracterizar uma posição anti-determinista em face da história, esperaríamos por saber como a participação do homem, enquanto força histórica, poderia se orientar. E é aí que o autor realiza os maiores esforços para tentar uma harmonia entre o possível suporte individual, o otimismo, e sua consequência como atitude histórica. Mostrando como o homem moderno afasta-se das visões místicas e tende a ser sempre mais realista, o autor passa à descrição desse fenômeno, relatando as necessidades que se apresentaram inicialmente ao homem moderno:

1) o poder de transformar a subserviência do homem para a Natureza em domínio dela;

2) a convicção da idéia de aperfeiçoamento humano;

3) uma estrutura social que combinasse o poder e a esperança, permitindo a essa combinação frutífera realizar um crescimento espontâneo.

Entretanto, quando o autor procura explicar a maneira pela qual as forças de transformação atuam na história, comete pelo menos um desvio da crença. Porque o otimismo, sendo modelador das forças históricas, enquanto desafia e enfrenta os fatos sociais, seria uma medida de contenção do determinismo. O homem projetado pelo otimismo, avançaria na direção que ele mesmo escolheu e só saberia do futuro a possibilidade de consolidar sua conquista; inclusive num sentido de condicionar as forças históricas, ou, em outras palavras, criar o futuro.

Mas, como a comprovar que o otimismo não corresponde senão no plano individual ao desafio que o homem recebe da história, entra o autor em ponderação como esta: "A idéia da inevitabilidade do progresso lança luz importante sobre a filosofia do otimismo, cujas raízes estamos tentando desenterrar. Torna evidente o fato de que uma orientação esperançosa no sentido do futuro não emergia apenas da confiança na habilidade do homem em moldar seu destino. Pelo contrário, vinha com o crescimento de forças históricas que prometiam dar formas ao seu destino, sem que êle influísse. Foi o potencial dinâmico da tecnologia e da aspiração democrática, tornado frutífero com um mecanismo automantenedor do crescimento econômico, que abriu inicialmente o futuro às perspectivas otimistas, e, mais, foi a cegueira e o determinismo mesmo dessas forças que fortaleceram a fé que neles depositava o homem" (p. 27).

Observa-se, assim, que a posição do autor muda inteiramente, cedendo ao próprio artifício existente no seu esquema do otimismo. Dada a inevitabilidade do progresso, e posto o capitalismo como responsável pela realização *automática* do progresso, chega-se, em consequência desse próprio esquema, à conclusão que o autor enuncia, ao dizer que "...enquanto fôsse claro que o capitalismo tivesse indubitavelmente modificado as condições econômicas, estava longe de ser evidente que as havia melhorado — pelo menos para o nôvo herói da história, o homem comum" (p. 31).

Apesar disso, o autor é levado a exaltar a expansão capitalista, fazendo-nos crer que o otimismo relegaria o presente, tamanha era sua preocupação com o futuro. Daí a confissão de que "o fato de que o crescimento fôsse desigual, acompanhado de diferenças ofensivas entre os ricos e pobres, fôsse frequentemente oneroso e socialmente impiedoso, simplesmente não tinha importância pelo menos, no que se relacionava com nossas esperanças" (p. 42).

Por outro lado, essa estranha colocação da relação presente/futuro atinge, num outro ângulo, a seguinte lamentável coerência: "Nenhuma história imparcial do movimento comunista pode esquecer que tanto a Rússia como a China dispunham das sementes do liberalismo político e intelectual que o comunismo arrancou brutalmente. E por esse golpe terrível no futuro, o comunismo deve ser responsabilizado no presente, e pagar o preço necessário" (p. 80).

Creemos que, a seguir tal linha de raciocínio, estaria armada uma disputa entre o presente e o futuro, mais como uma ficção histórica do que como verificação sociológica de alguma valia. Se o autor é neutro enquanto descreve fenômenos sociais que nos trouxe até hoje a história, é, por outro lado, desatento, ao não perceber como seu instrumento de observação não nos conduziria historicamente senão a uma crescente fuga da realidade presente. Resultaria daí um futuro muito otimista, mas nada histórico; à medida em que a formulação do nosso otimismo ultrapasse ou afaste o dado histórico com que precisa se relacionar.

— Osman de Freitas.

STÜCKE DE MAX FRISCH

A OBRA DE MARX FRISCH usufrui de um privilégio particular: ela se situa além da crítica. Tudo o que escreve Max Frisch é de tal modo ligado às suas experiências íntimas em busca da verdade, é animado por tanto de probidade que a crítica se cala como diante de uma experiência religiosa. Embora que esta obra não tenha nenhum pathos religioso, que Max Frisch confesse simplesmente o seu agnosticismo, êle encarna uma atitude puritana que poderia ser uma das formas do sentimento religioso helvético. Uma religião estranha ademais: onde a honestidade substitui a caridade; a probidade, o amor e a boa consciência, a fé. Ela se define nesta terrível fórmula ao "Tagebuch": "erhlich sein: einsam sein" e no fanatismo iconoclasta que da Bíblia só retém a interdição mosaica: Tu não farás nenhuma imagem. Não nos resta então mais que buscar até que ponto o dramaturgo alcançou nos dar uma forma literária satisfatória da sua posição religiosa.

Neste dois volumes que, sob o modesto título de "Stücke" (1), reúnem o seu teatro completo, Max Frisch se mostra o único discípulo de Brecht. Êle participa, da mesma inquietude formal que enfrenta a criação literária como uma perpétua experiência. Cada obra é uma tentativa em que Frisch ensaia uma nova estrutura dramática, uma nova linguagem. "Santa Cruz" é um romance em que se unem o sonho e a realidade em se um teatro poético que lembra Schéhádé. "Nun singen Sie wieder", "um ensaio de um requiem" onde o equilíbrio poético de "Santa Cruz" toma uma significação política: os vencidos são os mortos, os que sonham na eternidade. "Dis chinesische Mauer", uma "farsa" em que Frisch mostra o absurdo da criação literária, esgotando todos os personagens históricos em um jôgo que desagua sobre um nada de solidão análogo ao de Brecht: e assim sem interrupção. Mas, enquanto que em Brecht a inquietude formal não era senão a manifestação estética e a consequência artística de uma vontade política da aproximação da realidade atual e concreta, em Max Frisch ela é sobretudo movida por uma tendência profunda à paródia que esconde o sentimento da inaniidade da literatura.

Tôdas as peças de Frisch podem ser compreendidas em função da tradição teatral. "H. Biedermann und die Brandstifter" é uma nova metamorfose da imagem medieval de "Jerdermann". "Andorra" é um último avatar do teatro épico de Brecht. Entretanto êste temor às inanidades não manifesta os limites da imaginação do autor, mas o seu desejo de reinterpretar o passado em função do presente. Cada obra de Frisch é um comentário de um mito dramático do passado. Em "Don Juan oder die Liebe zur Geometrie", Max Frisch prova a sua compreensão aguda das contradições do mito amoroso ibérico e mostra o seu anti-clericalismo. O teatro de Frisch é um teatro da inteligência que moralisa sobre a cena com base nas imagens tradicionais. A sua compreensão do teatro é de tal monta que Frisch não pretende escrever apenas para o teatro, mas com o teatro. Êle sabe que o teatro não existe senão como espetáculo e em sua dramaturgia usa e tal-

vêz mesmo abuse de todos os procedimentos dramáticos. Êle chega assim a uma curiosa contradição: respeita tanto o teatro que chega a criar obras que são por sua vez imagens. A obra dramática nega praticamente as intenções do moralista. É assim que a peça "Andorra" é um "modêlo" que imobiliza a história recolhida no "Tagebuch". "H. Biedermann und die Brandstifter" é bem menos audacioso, ainda que se trate da melhor obra de Frisch, que a narrativa em segunda pessoa do mesmo diário. Quanto a "Graf Oderland", esta "moralidade" não lembra senão de longe o equilíbrio entre a prosa e a poesia da balada popular das páginas do diário. A êste respeito, poder-se-ia perguntar se a dificuldade de Frisch em criar personagens autônomos sobre a cena não proviria do seu pendor irresistível à alegoria, que êle confunde, talvez, com o símbolo. Há um racionalismo neste moralista que o torna insensível à poesia.

Certamente que a breve autobiografia que Frisch escreveu em seu "Tagebuch" poderia oferecer uma chave: enquanto que a sua obra de prosa nasceu de uma vocação literária que longamente se trabalhou através do jornalismo, êle não escreveu para o teatro senão pela expressa solicitação do diretor do Schauspielhaus de Zurique, o Doutor Hirzfeld. As suas hesitações que o conduzem até o silêncio — êle adiou a criação de "Andorra" por quatro anos — à mutilação — retirou das suas "Stücke" o terceiro ato de "Als der Kreig zu Ende war" porque "não fazia senão se repetir" — à improvisação — modificou o texto de "Andorra" até os últimos momentos da apresentação em Zurique — provam esta insegurança. Não são, porém, mais que hipóteses em que nada diminuem a coragem de Frisch em publicar enfim o seu teatro completo.

Pierre Furter (tradução de L. Costa Lima) (1) Stücke, I und II, Suhrkamp Verlag, Frankfurt A. M., 1962.

O TEATRO RADIOFÔNICO DE DÜRRENMATT

A PUBLICAÇÃO quase simultânea da 1.^a edição das obras completas dos jogos radiofônicos de F. Dürrenmatt (1) e de uma tradução francesa parcial (2) é um acontecimento. Com efeito, ela lembra, e êsse não é o menor dos paradoxos de Dürrenmatt, a que ponto o autor se mantém desconhecido. Enquanto que o seu primeiro, drama, "Es steht geschrieben", dado o fracasso da sua criação, permanecer esquecido pelos críticos, esquecer-se-á êste grande poeta, como igualmente o mestre do fantástico que revelam os ensaios de prosa reunidos em "Die Stadt" (3): por pouco a sua obra radiofônica, precisamente onde a sua arte dramática alcança a maior pureza, não sofreu de igual modo. Certamente Dürrenmatt é responsável por êste malentendido, pois êle adora afirmar não ter escrito para o rádio senão para ganhar alguns bilhões de francos. Afirmção que encanta a todos os que querem rebaixar sis-

tematicamente este renascimento moderno da literatura e que os conduz a negligenciar, por exemplo, um dos autores mais dotados da literatura alemã contemporânea: Günther Eich.

Ora, uma leitura ou uma audição atenta mostrariam facilmente a que ponto estes jogos estão ligados ao essencial do empreendimento de Dürrenmatt. Ele aí mostra a mesma paixão de criar *situações* dramáticas que revelariam uma sociedade, a nossa diz ele, como um conjunto de comunidades reificadas pela exploração indireta do homem pelo homem e esclerosadas pelo dinheiro. Todos estes jogos são variações sobre uma mesma estrutura circular que mostra o mecanismo da engrenagem das relações humanas onde os "heróis" se desdobram entre um sujeito consciente e o seu duplo (Der Doppelgänger), no par, tão característico de toda a obra de Dürrenmatt, da vítima e do carrasco (Der Richter und sein Henker), até esta obra-prima, a "Abendgesprache in Spathersbst", onde um autor nos narra como mata para poder escrever os seus crimes que lhe valem o prêmio Nobel de Literatura. Em uma sociedade em que "não há mais o sentido da responsabilidade", toda a busca da verdade, toda a pesquisa conduz com efeito a erros mais terríveis que a mentira ou a injustiça: a torturas e a uma morte inúteis. Quer se trate do condenado político que pretende morrer heróicamente e que descobre no seu carrasco uma outra vítima de engrenagem policial, quer se trate do diplomata que, para salvar na utopia terrível de "Das Unternehmen der Wega" a sua cultura e a sua dignidade, destrói atômicamente o seu melhor amigo quer se trate do humilde guia de burros tomado nas rodas da injustiça, toda a empresa humana não faz senão repetir o trabalho de um Sísifo e se interpreta em função do velho mito da construção da Torre de Babel que obseca Dürrenmatt desde as suas primeiras tentativas artísticas.

Cada jogo é então montado segundo uma mecânica que tritura os personagens quando eles são postos na roda pelo excesso de sua paixão. Entretanto esse pessimismo radical, que vai desde "Die Panne" até concluir, logicamente, pelo suicídio do homem tornado incapaz de enfrentar a sua própria verdade, é ao mesmo tempo negado pelo riso enorme e talvez assustador que desmascara bruscamente o burlesco desta situação criada artificialmente. Todo o gênio de Dürrenmatt é com efeito o de nos fazer crer no inverossímil, o de desenvolver até o absurdo uma situação plausível. O seu mundo não é senão provável, não é jamais necessário. Ele devolve a nossa liberdade por uma dialética do trágico da história e do cômico dos personagens que formam, em conjunto, o que Dürrenmatt chama a "matéria" de sua obra. Não são alegorias ou mistérios, mas jogos de vozes humanas em que todas as sutilezas do tom, da elocução, do "tempo" e sobretudo o silêncio são utilizados. Longe de abusar dos ruídos que diminuiriam a função lúdica e acentuariam o realismo do jogo radiofônico, Dürrenmatt constrói verdadeiras cantatas onde as vozes se entrelaçam, se opõem e se conjugam em duos, em coros e solos, monólogos e coros falados como em "Hercules und der Stall Augias". Pois Dürrenmatt

é um poeta a quem as possibilidades infinitas do seu alemão cruzado ao seu dialeto bernense apaixonam. É preciso escutar-lhe dizer a sua adaptação de "Hercules" (4), adaptação, ademais, incompleta, para sentir todas as sutilezas linguísticas e a ironia poética que talvez seja difícil de traduzir. Assim toda esta cantata é construída sobre os infinitos derivados da palavra "Mist". Igualmente os galicismos, com a pronúncia estranha, permitem uma ironia suíço-alemã que fazem de "Dürrenmatt um autor profundamente helvético ao nível mesmo da sua linguagem. É assim que nestes jogos radiofônicos aparece um estranho poeta, ímpio, sacrílego, grotesco e violento que a sua primeira obra anunciava, mas que muito se escondia por detrás das habilidades dramáticas das suas comédias.

Compreende-se desde então porque, segundo Dürrenmatt, tudo se acaba no silêncio da morte ou da loucura. Só o silêncio pode romper a tagarelice radiofônica, o fundo artificial da confusão, a logomaquia contemporânea. É no silêncio que surge enfim uma sabedoria e sua ternura, pois é ao se calarem que os personagens se reconciliam com eles próprios, talvez com os demais. Sabedoria chocante por seu individualismo exacerbado pois que ela não é mais que uma aprendizagem para a morte. Para acabar, tudo é estilo e os jogos radiofônicos, mais que as suas comédias, nos fazem sentir a liberação que cria o jogo humano. O obra de Dürrenmatt se compreende por este estranho paradoxo que a liberação do homem contemporâneo não se pode fazer senão pelo gesto do jogo artístico. Assim se sustêm a invenção criadora e o pessimismo político.

A edição da Rencontre é um exemplo de incompreensão. Não só os editores escolheram os textos mais fáceis, como o tradutor parece particularmente insensível às qualidades rítmicas, parádicas e poéticas deste estilo. A que se acrescenta a introdução de JL Cornuz, que é um exemplo de crítica sociológica primária. JL Cornuz se obstina, a ponto de falsificar os textos, em não ver senão uma obra alegórica, uma sátira política na obra de Dürrenmatt transformado, segundo ele, em uma espécie de Jack Rolland genial. Só as curiosas ilustrações de Jean Monod correspondem à invenção de Dürrenmatt. Porém o texto francês poderá ajudar àqueles a que o alemão de Dürrenmatt assiste um pouco.

Pierre Furter (tradução de L. Costa Lima).

1. Gesammelte Horspiele, Arche Verlag, Zurich, 1961.
2. Pièces radiophoniques de F. Dürrenmatt, e cõlha de traduções de F. Porret, introdução por JL Cornuz, ilustração por J. Monod. Editions Rencontre, Lausanne, 1961.
3. Die Stadt, Arche Verlag, Zurich, 1961, nova edição.
4. F. Dürrenmatt liest eine Kurtfassung seiner Komodie Herkules und der Stall Augias, disco da Deutsche Gramm. Gesellschaft 1957, Pms 43013.

O REALISMO SOCIALISTA

LEANDRO KONDER publica em *Estudos Sociais*, n.º 17 (junho de 1963) artigo dos mais importantes sobre o tema ("Alguns Problemas do Realismo Socialista").

O autor parte de que "sòmente sendo mais artística é que a arte poderá mesmo se definir como *realista*". Desta afirmação decorre a necessidade para o autor de distinguir entre o realismo e as suas falsificações. A mais importante destas vem a ser o naturalismo. Ele representa uma posição de submissão ao realismo, pois, em lugar de uma síntese significativa da vida, o naturalismo escolhe apresentar "uma média do material obtido na observação e na experiência pessoal". Apoiado em Lukács mostra o autor que o equívoco do naturalismo decorre de que não se tivesse corretamente distinguido a forma do conhecimento científico da forma do conhecimento artístico. "O conhecimento científico se dá em um plano de *universalidade*. Já a categoria central da estética marxista, segundo Lukács, teria de ser a categoria da particularidade, isto é, a "representação simbólica do singular e do universal". Dessa diferenciação decorre, ainda em citação dos Prologômenos de Lukács, que "a realização de leis estéticas em uma obra de arte só pode ser real, efetivamente, se fôr uma reelaboração, um alargamento criador, e não uma mera *aplicação*". No texto referido, acrescentemos de passagem, Lukács repete, sem citar, o que antes escrevia Trotsky: "Uma obra de arte deve, em primeiro lugar, ser julgada pela sua própria lei, isto é, pela lei da arte".

Levantadas as bases teóricas em que se apoia, passa Konder a aplicar a distinção entre realismo e naturalismo ao caso de realismo socialista. Nota o autor que, ao longo do seu desenvolvimento, o realismo socialista tem sofrido do equívoco naturalista, da "doença infantil do realismo" como diz parodiando Lenin. Por outro lado, tem êle sido vítima do "sociologismo". Por êste, a análise de uma obra é limitada à sua gênese social. O que vale dizer, com a pretensão de ser marxista o crítico entende a obra como um elemento apenas de *politização*, quando por nenhum testemunho de Marx, de Engels, de Lenin, de Trotsky ou de grandes marxistas posteriores como Gramsci e Lukács se poderia justificar o critério.

Lendo o artigo de Konder um crítico estrangeiro, europeu ou norte-americano, poderia assumir um ar de desdém ou incredulidade, como que pensando: então êstes subdesenvolvidos ainda discutem problemas tão elementares?! Na verdade, tal (hipotético) comentário teria certa razão de ser. Trata-se na verdade de um problema elementar. Acontece, porém, que não há grosseria por mais rasteira que seja que não possa voltar a ser repetida pelo homem. Daí que, como no LK os equívocos do naturalismo, do sociologismo, da mera politização requerida do artista (logo alguém retrucará que a politização é a forma mais elevada de concientização...) hoje alcancem o Brasil. Cita o autor conhecido manifesto do cpc da UNE, em que eram distinguidas a arte do povo, a arte

popular e a arte popular revolucionária. As duas primeiras, segundo o manifesto, seriam alienadas e a terceira a autêntica, a justa, a devida. Tivesse o citado manifesto sido esquecido ou renegado, ainda pouco se justificaria a preocupação de LK. Acontece, no entanto, que as suas idéias, ao contrário, continuam vivas e propagadas. E com um aspecto nôvo: na impossibilidade de os seus defensores conseguirem argumentos para justificá-la, assumem a posição do negaceio, dos juízos implícitos, de ogeriza "a estas discussões teóricas". Foi o que recentemente aconteceu no Encontro de Cultura Popular, realizado no Recife de 15 a 21 de setembro passado. Alegando de que não se deveria discutir o que significasse cultura popular, procuraram os defensores do manifesto do cpc da UNE concentrar as discussões sobre os meios práticos de incremento da cultura popular. Mas, como não poderia deixar de ser, qualquer postulação prática teria de derivar de uma formulação teórica. O que vale dizer, negando sentido à discussão do que significasse a expressão cultura popular procuraram e conseguiram os representantes do manifesto referido partir implicitamente das suas idéias básicas, que serão então acatadas na prática, sem a necessidade arriscada da sua anterior defesa em uma discussão pública. Daí decorreu muito naturalmente a eliminação em relatório geral de afirmações, contidas em um dos relatórios das subcomissões, que contrariavam os a priori implícitos (melhor seria dizer, embutidos) que não se queria discutir.

O infantilismo de esquerda de uns, ligado ao oportunismo de outros pode seriamente comprometer os programas de cultura popular. Contra uns e outros é que imediatamente se dirige o artigo resenhado de LK. — *Luiz Costa Lima*.

VEM SENDO publicado, há alguns meses, em São Paulo, um jornal semanário com o título *Brasil-Urgente*. O jornal é dirigido por um grupo de esquerdistas que, em religião, são adeptos do catolicismo. Tem uma orientação de esquerda independente e de crítica positiva diante da realidade nacional.

Convenhamos que *esquerda independente* é uma expressão ambígua e relativa. Independente de que e de quem? Significa talvez *sem partido*? Mas o jornal está bem inclinado para o PDC, pelo menos para uma certa ala do PDC, ala esta tachada de comunista pelo pessoal da indústria do anti-comunismo.

Mas creio que esta aproximação eventual de certas alas e de certos partidos vem apenas confirmar a relatividade de uma posição dita independente, mas não incrimina a linha do jornal.

Outro aspecto que corrobora essa relatividade de que falei é a colaboração de *Brasil-Urgente*, na intenção dos seus dirigentes, em obediência à chamada "doutrina social da Igreja".

A excelente equipe de *Brasil-Urgente* precisa se convencer de que 1.º) a chamada "doutrina social da Igreja" é reformista dentro do que se con-

vencionou chamar de neo-capitalismo; 2.^o) não cabe à Igreja elaborar doutrinas sociais, econômicas ou políticas, isso está completamente fora das suas atribuições; 3.^o) o interesse da Igreja pela sorte do proletariado e das classes e nações menos favorecidas é muito tardio, e mesmo depois de Leão XIII, embora a linguagem da Igreja tenha mudado, a sua ação continuou essencialmente a mesma: ao lado das classes e nações dominantes, sempre "prudente", e com um terror pânico diante do socialismo. Mesmo nós católicos temos que reconhecer isto.

Creio que *Brasil-Urgente* está muito à frente da chamada "doutrina social da Igreja", o que é ótimo. Que o jornal continui numa linha esquerdista, socializante e relativamente independente, são os meus votos.

Encontramos, entre outras preciosas colaborações, as máximas de Arapuã, egresso de *Ultima Hora* por pressão das "forças ocultas". É diretor do jornal o dominicano frei Carlos Josaphat. Endereço de *Brasil-Urgente*: Rua Cincinato Braga, 172 — São Paulo. Preço do exemplar: Cr\$ 40,00. Pode ser encontrado nas bancas da cidade. — J. A.

INFLAÇÃO

NA PÁGINA econômica da edição dominical do *Jornal do Comércio* de 25 de agosto o sr. Fernando Navarro analisa a inflação brasileira que resulta, diz, de "uma irresponsabilidade e desgoverno totais".

A personalização dessa crítica, fazendo culpada pelo caos econômico a linha governamental imposta pelo Presidente João Goulart nos parece somente emocionalizada.

Assim como devem ser afastadas as explicações simplistas da inflação no Brasil como a de sua origem estrutural e a da falta de produção acarretando o excesso da quantidade de dinheiro, afastem-se também essa tese do "mal de governo".

Os que acusam dessa forma dão sempre a impressão de estar a esperar um decreto do presidente statuindo: "Fica debelada, a partir desta data, a inflação em todo o território nacional".

O complexo econômico que o estado moderno expressa não os assusta: exigem ainda medidas do "Rei Sol".

A quantidade de dinheiro no país é cada vez mais menos proporcional ao volume da produção. Que fará então o Presidente? Mesmo se lhe fosse permitido, a um apêto de botões em sua mesa de trabalho, aumentar a produção nacional esse aumento não haveria de atingir nem os 10% anuais.

No entanto, a desvalorização da moeda em 1962, atingiu 52%. E tudo indica que deverá alcançar, neste 1963, os 70%.

É aceito que, como mecanismos estimuladores da inflação, agem a emissão, por governos, para determinados empreendimentos ou para pagamento de seus servidores; a expansão do crédito pelo sistema bancário em quantidade superior a suas disponibilidades de caixa; e finalmente o aumento de salários na área sindical em níveis superiores à produção.

Se os dois primeiros estímulos são contornáveis, podendo o Governor conter suas despesas ou a expansão do crédito bancário, o aumento de salários tem-se como irreparável.

Mas os que insistem em atacar o governo por uma política irresponsável de fixação de salários talvez estejam a exigir medidas de convulsão social. Conservar salários abaixo dos níveis de elevação do custo de vida, ao lado de soluções "heróicas" como o reajustamento de tarifas do serviço público é que, no nosso caso, representaria uma irresponsabilidade de governo. — A. L.

VANGUARDISMO E SECTARISMO

É A APROXIMAÇÃO que sugere o último número de *Invenção* (3, ano 2, junho 1963). Mas a resolução do tema exigirá uma análise de conceitos que este breve momento não comporta e aqui vão ficar apenas as seguintes anotações e interrogações. Sabemos, por exemplo, que sempre existiram sectarismos, até onde sabemos que existiram sacerdócios. Mas vanguardismo — será isto um fenômeno exclusivo do nosso tempo, quando compreendido em tôdas as suas conotações (não somente a de estar à frente, mas a de sua característica agressividade, espírito demolidor e fechado exclusivismo)? Muitos dos seus ingredientes são comuns ao sectarismo e ambos os conceitos convergem para, e muitas vezes se confundem em um terceiro: a heresia. *Dada*, por exemplo, era uma vanguarda, uma seita e com isso uma heresia.

Aqui está outra anotação: *Invenção* é e faz questão de se dizer uma equipe, e uma equipe tem de ser homogênea, pensar sobre uma linha definida do contrário não funciona como equipe. Existe, então, à maneira de uma seita, tanto mais que a revista defende e exige para tudo o rigor, "o rigor, "o rigor da informação certa" de que, de fato, ninguém que escreve, cria ou simplesmente produz deve abrir mão, a para o qual toda seita deve estar alerta. Nesse sentido *Invenção* é rigoroso porta-voz, e de uma voz incisiva que deve doer em muitos ouvidos.

"Equipe" também sôa como coisa moderna e junto ao sentido que tem o veículo de divulgação — a revista — nos dá talvez a chave da questão, que só aparentemente poderia ser considerada uma tautologia: o vanguardismo, tal como o conhecemos, é um fenômeno moderno porque a equipe é

uma forma moderna de trabalho que se distingue, pelo pensamento, do simples trabalho em comum ou do simples fechamento de grupos; e porque ao pensar e agir o faz por intermédio de um veículo de divulgação que é privilégio de nossa época: a revista literária, de arte ou de cultura. Aí está porque não podemos imaginar certos movimentos antigos de renovação como “vanguardas”, como hoje as entendemos. Eles não puderam ter a trepidação e a irreverência dos modernos, pois se fizeram à sombra de ateliers e de arcádias, sem as largas aberturas para a comunidade e o mundo que os modernos processos de divulgação vieram propiciar. Porém assim, a nosso modo, a hipótese definitiva, escapando da análise estética para o conceito de ação: uma vanguarda se caracteriza (assim como se realiza) mais ou menos na medida em que é mais ou menos ativa; na medida em que se dá mais a conhecer como “seita”; na medida, finalmente, em que existe como equipe, transferindo, o requisito de “rigor”, da noção de fechamento para a noção de informação. Em vez de rigoroso fechamento, a informação rigorosa. É por isso que *Invenção* pode falar em “não-sectarismo”, tomando o termo no seu mais estrito entendimento, de estreiteza de visão, de *narrow-mindedness*.

Outro problema consistiria em apurar o quanto adere à obra de arte de vanguarda tôdas interferências nascidas dêsse seu estado de elocução: os debates, os ataques, as provocações e os apêlos desde que a tudo isso se expõe a equipe ao abrir-se para o mundo. O que equivale a dizer: ao participar. A fórmula para *Invenção* seria, pois, a da (se pudéssemos dizer) “volição participatória” através de uma forma, por meio de “lances do nôvo necessário”, como confessa, sob a inspiração da epígrafe sarricana dêste número.

Mais importante, porém, do que esta tentativa de investigação teórica, é refletir sobre o grito de advertência que a equipe levanta contra o perigo do espírito desenvolvimentista. “O desenvolvimento — diz o editorial — é apenas um fáceis do pragmatismo brasileiro, longa manus do americano”. Diz mais que “as (nossas) artes visuais já se mostram tomadas por êste pragmatismo” e que “o próprio desenho industrial, mal começa, já vem deformado pelo “styling”: empirismo dissolvente”. *Invenção* demonstra, assim, bem conhecer o processo: o antigo símbolo das oficinas e depois das fábricas, que servia como *marca* dos produtos, agigantou-se nutrido pelo pragmatismo e acabou por ser ambígua, ambiciosa e subrepticamente denominado *imagem* — “corporate image” — e já não se diz mais a marca do produto, e sim, a imagem da empresa, em que esta procura abstrair-se, descorporificar-se, para instituir-se subliminarmente nos espíritos. A empresa deliberadamente se aliena à sua imagem para que mais facilmente o público se aliene aos seus produtos, se aliene a uma pseudo-necessidade dos seus produtos. — O. C. F.

O SUPLEMENTO literário do Jornal do Commercio (Recife-Pe.), publicou de 29-9 a 6-10-63 em forma de artigo alguns trechos do livro sobre o mamulengo de Hermilo Borbã Filho, a ser publi-

cado pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Os artigos, que são três, apresentam relação entre si, a partir da sua unidade de sentido, o que permite ao leitor uma certa visão do que vem a ser o mamulengo. O primeiro deles, sob o título de “Escultura Popular e Mamulengo” tem um caráter introdutório com desenvolvimento de um breve histórico e um esquema de diversos aspectos do mamulengo como o misticismo, a essência religiosa, o rendimento técnico, a estagnação anti-inovadora, o urbanismo já presente, além de considerações em torno da dupla função do animador do mamulengo no Nordeste brasileiro, que é ao mesmo tempo, artista e artesão, pois geralmente êle próprio faz seus bonecos. O segundo “A Comicidade no Mamulengo”, faz ver o seu teor cômico, bem como situa o seu mundo igualmente assim personificado. No último, “Ator e Espetáculo no Mamulengo”, HBF elabora a distinção entre os tipos de manipulador com a conclusão do tipo mais completo.

Tendo como ponto de partida a caracterização do tipo ideal do manipulador colocamos alguns problemas que nos atingem diretamente junto ao todo apresentado no presente trabalho. No manipulador ideal, personagem, boneco e marionetista coincidem e êle “representa para se encontrar, para fazer entrar em seu personagem elementos de si mesmo, para projetar-se em seu personagem”. Estabelecendo por êsses dois fatores “um círculo que vai dêle ao boneco e volta do boneco para êle”. Por que então, tendo o titeriteiro essas prerrogativas não representa, lançando mão da expressão que domina, a sua realidade de homem do povo dentro ou fora da sociedade atual?

Vê-se que a referência de HBF no primeiro artigo à observação apressada do historiador da arte Kunz Dittmer, na qual êste assegura que “quase nunca os artistas podem impor inovações que se afastem demasiadamente da tradição, já que se vêem obrigados a adaptar-se ao horizontal intelectual da sua comunidade para encontrar nela compreensão e reconhecimento” funciona com exclusividade se aplicada ao caso dos nossos mamulengueiros, que não inovam o seu espetáculo tecnicamente ou conteudisticamente em vista da recepção do público e do estado de exaltação que êste faz em torno dos personagens que conhecem, desejando tornar a vê-los com freqüência em situações diferentes. (o caso de “João Redondo” no Rio Grande do Norte). Por outro lado, ainda há o interesse do mamulengueiro de ter um público fixo, principalmente quando faz dessa sua atividade cultura de subsistência. E quando, na última hipótese, vem a fazer alguma coisa que sugira a realidade por êle vivida, esta se reveste de um tom satírico em meio da ingenuidade como é levada a cabo, o que determina a sua passividade de ação acrescida da intenção de se tornar agradável ao público, condição de que o marionetista não foge. É uma peça como “As bravatas do Professor Tiridá na usina do coronel Dijavunda”, que se caracteriza dentro dessa modalidade e que HBF se refere como motivo de riso pelas diferenças sociais que ela comporta.

Diante de alguns dêsses problemas pouco ou quase nada se tem a esperar do mamulengo inse-

rido num pequeno círculo de consumo e procedendo como uma pequena cultura de massa. Acreditamos na cultura do povo aproveitada por ele mesmo após um serviço de formação e por aqueles que se identificam com ela. ("Velhas Lendas Checas", filme de marionetes de Jiri Trnka, é um exemplo adequado, envolvendo toda a civilização checa através de crenças e lendas populares se constituindo numa das obras-primas do cinema). — M. F. C.

COM UM ARTIGO de Sebastião Uchoa Leite sobre "Cinema, Realidade e Invenção" e uma entrevista a seguir comentada de Carlos Lyra iniciou muito bem a Última Hora em 20 de outubro de 1963 a sua página sobre Cultura Popular.

SUL aborda o problema das relações do real com o imaginário na obra de arte. De início ele apresenta uma formulação que não parece feliz: "O cinema, portanto, como toda obra de arte, quando o é verdadeiramente, se inscreve basicamente no campo do imaginário e só circunstancialmente no campo da realidade".

A frase em primeiro lugar faz pensar que o plano do imaginário e o plano da realidade sejam irreconciliáveis e, em segundo lugar, que a arte se realiza basicamente no plano do imaginário, "circunstancialmente" no plano da realidade. Ora, esse não é o pensamento efetivo do autor. Ao longo do seu artigo, ele mostra que o campo da imaginação é o único próprio à realização artística (o que invalida aquele "circunstancialmente") e que essa transferência do acontecimento ao imaginário não significa uma recusa da realidade. Significa sim a abstração de elementos circunstanciais para uma concentração pesada sobre o que há de radical em uma situação dada. O reparo que fazemos, portanto, não é de oposição às linhas básicas do pensamento de SUL, apenas a uma formulação imprecisa.

O autor estabelece estas premissas para a análise do "cinema novo" brasileiro. Caracteriza o "cinema novo" pela "preocupação de se utilizar da realidade como base para uma criação estética de alto nível". Daí partem as suas dificuldades. Pois, recusando uma mera apresentação da realidade sem que ela seja artisticamente depurada, os diretores do "cinema novo" se chocam com a expectativa acostumada à massificação do público cinematográfico. SUL aprofunda a análise da

dificuldade detendo-se no documentário "Garrincha, Alegria do Povo" de Joaquim Pedro de Andrade. Ele observa como a intenção do diretor em "usar o tempo, o silêncio e a imagem pura como elementos de filtração da realidade" provoca a desconfiança do grande público que antes esperara um "jornal cinematográfico" e as acusações de uma crítica... pouco crítica. Segundo esta, Joaquim Pedro de Andrade enveredou por uma aristocratização quando deveria ter feito um documentário ao gosto popular. A resposta de SUL a esse populismo reacionário é incisiva: "Por aristocrático essa mesma crítica supõe tudo que não se inclui no terreno da banalidade. O que deixamos sem comentário". L. C. L.

ENFIM COMEÇA em bom tempo a saudável reação contra a Bossa Nova. Como qualquer movimento em arte que se inicia quase genialmente porque mantido apenas por uns poucos que sabem o que querem e para onde vão. Espantoso como se pode perspegar a uma música com uma realidade outra que a verdadeira música popular o cunho de uma criação essencialmente brasileira, quando a batida de fundo é nitidamente ainda uma seqüência de jazz. Sem contar com a pobreza revoltante das letras e o pleno espírito de decadência manifesta nos barquinhos e lobos maus. Daí a verdade da declaração de Carlos Lyra em entrevista a Augusto Boal, *Tristeza vai ter fim*, no suplemento de cultura popular da Última Hora (20 de outubro de 1963).

Verdade sobretudo no trecho: "A maior de todas (necessidades): precisamos decidir, de uma vez por todas, se devemos aceitar que a BN continue atrelada aos setores sociais que se constituem nos seus atuais consumidores. Ou se devemos procurar atingir camadas cada vez maiores da população" e mais além: "Precisamos declarar guerra violenta e definitiva a duas coisas: o jazz e a languidez. Essa tem origem nas preocupações extremamente subjetivas e pessoais dos compositores. Eles, parece, se interessam apenas por si mesmo e por seus poucos problemas". Assim termina a BN sufocada por si mesmo e por seus poucos problemas". Assim termina a BN sufocada antes de tudo pela ausência de participação com o povo em seus fundamentos mais dionisíaco e passionais que mórbido. A. P.

COLABORADORES

PAULO GASPAR — Professor de Ciências Políticas na Universidade Católica de Pernambuco.

BENEDITO NUNES — Professor do Departamento de Filosofia da Universidade do Pará.

LEANDRO KONDER — Jornalista, redator da revista *Estudos Sociais*.

LUIZ COSTA LIMA — Instrutor do Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia de Pernambuco da Universidade do Recife.

GADIEL PERRUCCI — Professor de Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, na Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade do Recife.

AFFONSO ROMANO — Assistente de Literatura Brasileira na Universidade de Minas Gerais.

LOPES DE ANDRADE — Professor de Geografia Econômica na Universidade da Paraíba.

EDUARDO WANDERLEY — Professor catedrático de Técnica Operatória e Cirurgia Experimental, na Faculdade de Medicina da Universidade do Recife.

SEBASTIÃO UCHOA LEITE — Professor de Seleção do Material Bibliográfico na Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade do Recife.

MIKE SUND — Professor na Universidade de Wisconsin, U.S.A.

JURACY ANDRADE — Membro da equipe do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife.

OSMAN DE FREITAS — Estudante da Faculdade de Direito da Universidade do Recife.

PIERRE FURTER — Professor no Lycée d'État de Zurique, Suíça.

ARTHUR EDUARDO CARVALHO — Pesquisador do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Recife.

ORLANDO COSTA FERREIRA — Professor de Bibliografia na Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade do Recife.

MARCUS FREDERICO CORTEZ — Redator do Rádio Universidade do Recife.

ADÃO PINHEIRO — Curador do Museu Antropológico do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Recife.

Recife. Universidade

Estudos universitários; revista de cultura da Universidade do Recife, [V.] 1— , jul.-set.— — , 1962— . Recife, Universidade do Recife [Imprensa Universitária] 1962—
v. 26 cm. trimestral.

Diretor: 1962— , João Alfredo Gonçalves da Costa Lima
Resumo em francês e inglês.

1. Educação superior — Periódicos. I. Título.

378.5 (C.D. 16. ed.)
378.4(05) (C.D.U.)

Univ. do Recife
S.C.B. 62-1278